SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018 2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO 4
AMBIENTE REGULATÓRIO 6
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS 7
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO 17
INVESTIMENTOS 18
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES 19
GOVERNANÇA CORPORATIVA 20
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS 20
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO 22
RESPONSABILIDADE SOCIAL 22
CONSIDERAÇÕES FINAIS 30
BALANÇO SOCIAL 31
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS 33
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA 34

BALANÇOS PATRIMONIAIS 35
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 37
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES 38
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 39
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 40
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 43
1. CONTEXTO OPERACIONAL 43
2. BASE DE PREPARAÇÃO 48
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO 61
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES 62
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS 65
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 68
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 68
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA 69
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS 71
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 71
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS 73
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO 75
13. ATIVOS DE CONTRATO 79
14. INVESTIMENTOS 81
15. IMOBILIZADO 101
16. INTANGÍVEIS 104
17. FORNECEDORES 105
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES 106
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES 106
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS 111
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO 111
22. PROVISÕES 117
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS 123
24. RECEITAS 126
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 129
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 132
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 133
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 136
29. SEGUROS 148
30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS 148
31. EVENTOS SUBSEQUENTES 149

PARECER DO CONSELHO FISCAL 159
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES 160
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 161
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 162

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão ("Companhia" ou "Cemig GT") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi muito positivo para a Cemig GT, com realizações que permitiram à Companhia atingir um novo patamar de sustentabilidade financeira e operacional, após um período de desafios nos últimos anos em função de um cenário macroeconômico e de hidrologia adversos e de uma maior alavancagem financeira, especialmente em razão da perda de algumas concessões de geração.

Os resultados obtidos em 2018 nos trazem a certeza do direcionamento estratégico correto adotado na condução dos negócios da Cemig GT pela Administração, e operação eficiente pelo seu qualificado grupo de colaboradores.

O exercício de 2018 marcou um grande avanço nas práticas de Governança Corporativa da Companhia, a começar pela aprovação da reforma do Estatuto, trazendo inúmeras mudanças com o objetivo de preparar a Cemig para os novos tempos, além de ajustar-se ao estabelecido na Lei 13.303/2016, que trouxe uma série de exigências com vistas à melhoria permanente da gestão das empresas estatais, nos diversos âmbitos da Federação.

Conquanto se espera que os aprimoramentos sejam contínuos, e, portanto, persistem os desafios para as futuras gestões, os avanços já implementados sedimentam um novo patamar de governança da Cemig GT, a exemplo da aprovação e implementação das diversas Políticas previstas no Estatuto, de transações com partes relacionadas, gestão de pessoas, divulgação de informações e gestão de participações.

Da mesma forma, nos conteúdos de finanças, recursos humanos e integridade foi remodelado o Comitê de Auditoria, responsável também pelas questões de elegibilidade, e instituído o Comitê de Estratégia e Finanças, ambos no âmbito do Conselho de Administração, marcando as bases para que a Cemig siga em sua trilha de crescimento, eficiência e sustentabilidade.

Os resultados tangíveis obtidos em 2018 nos trazem a certeza do direcionamento correto adotado na condução dos negócios da Cemig GT pela Administração e pelo seu qualificado grupo de colaboradores.

Todas essas ações e eventos positivos em 2018 se refletiram em nossos resultados financeiros consolidados.

Nosso lucro líquido foi de R$591 milhões, um relevante aumento de 38,08% em relação ao ano anterior, que foi de R$428 milhões.

No que se refere a gestão da dívida, continuamos focados no alongamento do seu prazo médio de vencimento e também na redução dos custos financeiros de captação. Merece destaque a captação de US$500 milhões em Eurobonds, com um custo de captação de 125,52% do CDI, considerando a operação de hedge realizada, um custo significativamente inferior a emissão de Eurobonds realizada em dezembro de 2017.

Também importante para a melhoria da liquidez da Cemig GT o recebimento da indenização dos projetos básicos das usinas de São Simão e Miranda, em agosto de 2018, no valor de R$1,1 bilhão.

Corroborando os avanços que mencionamos, as principais agências internacionais de classificação de risco promoveram sucessivas reavaliações positivas do risco de crédito da Cemig GT durante o ano de 2018, refletindo expressiva evolução dos ratings e reconhecendo o êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da nossa qualidade de crédito.

No que se refere aos nossos investimentos, merece destaque o programa de investimentos em transmissão para os próximos 5 anos, em montante superior a R$1,1 bilhão e com a garantia de recursos em função dos valores que estão sendo recebidos como indenização de transmissão por termos aceito os termos da Lei 12.783/13 (MP 579).

Não nos descuidamos também dos nossos colaboradores, comemoramos em 2018 um ano sem acidentes fatais com a força de trabalho da Cemig GT, incluindo empregados próprios e aqueles contratados por terceiros.

Temos a sustentabilidade e a responsabilidade social como parte de nossa cultura. A Cemig, nossa controladora, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Estamos otimistas quando olhamos para o futuro, na busca de solidificarmos ainda mais a sustentabilidade da Cemig GT, garantindo o retorno adequado aos acionistas, a confiança dos investidores e a satisfação dos legítimos interesses dos demais atores envolvidos em nosso negócio.

Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento e da Cemig GT como uma empresa de referência no País.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Desde a sua criação, a Cemig Geração e Transmissão sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica através de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Companhia marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural e também o seu potencial eólico, mapeado pela Cemig através do lançamento do Atlas Eólico de Minas Gerais.

A Companhia possui participação em 64 usinas, sendo 60 usinas hidrelétricas, 2 eólicas, 1 termelétrica e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.555 MW.

Transmissão

Em 2018, a Cemig GT operou e manteve 38 subestações e 4.930 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, é acessante em 6 subestações de outras transmissoras, onde opera e mantém ativos de transmissão.

A Cemig GT opera e mantém ativos de transmissão de outras 11 empresas, com as quais têm Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção, em 15 subestações (das quais 3 não são subestações da Cemig GT) e 365 km de linhas de transmissão.

Área de Atuação

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Companhia atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste.

Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão *(da controladora e compartilhada com a Cemig GT nos negócios aplicáveis)*:

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig GT adota, desde 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site *http://www.cemig.com.br*, consolidada em 9 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de Energia Elétrica

Completando o 5º ano consecutivo com afluência abaixo da média na região Sudeste, 2018 apresentou uma Energia Natural Afluente - ENA média de 90% da Média de Longo Termo - MLT ante 80% de 2017, sendo o 4º pior dos últimos 10 anos. Essa longa série mais seca vem penalizando o armazenamento dos reservatórios, que chegou a apenas 44% do nível máximo ao final do período úmido de 2018 na região sudeste.

Neste cenário o PLD chegou ao seu valor máximo nos meses de julho e agosto (R$ 505,18/MWh) e fechou o ano com valor médio de R$ 288,57/MWh (3º maior dos últimos 10 anos), ficando 11% abaixo do PLD médio de 2017. O GSF (Generation Scaling Factor) também foi impactado pela hidrologia e fechou 2018 com um valor médio de 0,84 (4º menor dos últimos 10 anos) contra 0,81 de 2017. A exposição causada pelo GSF foi mitigada ao longo do ano pela gestão de risco e repactuação do risco hidrológico.

Em 31 de agosto de 2018 a Cemig GT recebeu a indenização referente aos projetos básicos das Usinas São Simão e Miranda, no montante de R$1.139 mil, conforme previsto na Portaria MME nº 291/17. Os valores indenizados foram atualizados monetariamente pela variação da SELIC até a data do recebimento.

Já o reajuste anual da receita de geração para as usinas arrematadas no Leilão ANEEL 12/2015 é realizado de maneira similar ao reajuste da transmissão, sendo utilizado o IPCA como índice de correção da inflação.

Transmissão de energia elétrica

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela ANEEL, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. Semelhante ao que ocorre na Distribuidora, a Empresa atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das Receitas Anuais Permitidas (“RAPs”) para novos ativos.

O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, exceto quando houver Revisão Tarifária. Esse processo tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de Concessão, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap.*

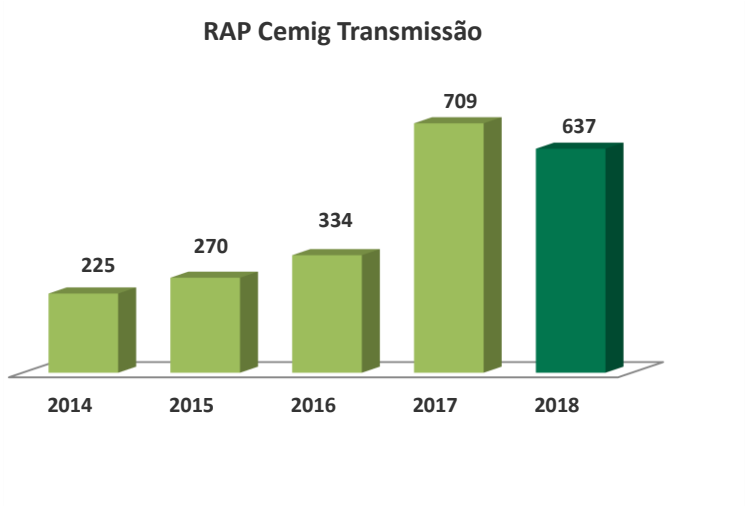
Em julho de 2018, a RAP da Cemig GT (contrato de concessão 006/97) sofreu um reajuste líquido negativo de 10,7%, composto de: (a) 4% de aplicação de IPCA sobre a receita já homologada e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias e (b) -

23,2% referente à parcela do custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME.

A Cemig GT ainda possui a concessão de uma subestação licitada, SE Itajubá 3, cujo reajuste também ocorre em julho, tendo como índice de atualização o IGP-M.

No caso da Cemig Itajubá (contrato de concessão 079/2000), o reajuste da RAP foi de 3,3%. Este contrato de concessão prevê que durante os primeiros 15 anos a RAP será constante e nos 15 anos subsequentes de operação seu valor será reduzido à metade. A RAP já sofreu a redução pela metade no ciclo 2017/2018, sendo que a partir desta data será somente reajustada pelo IGP-M.

A Receita homologada para o ciclo 2018/19 das duas concessões soma R$636,5 milhões, dos quais R$285 milhões correspondem ao custo de capital não incorporado.



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

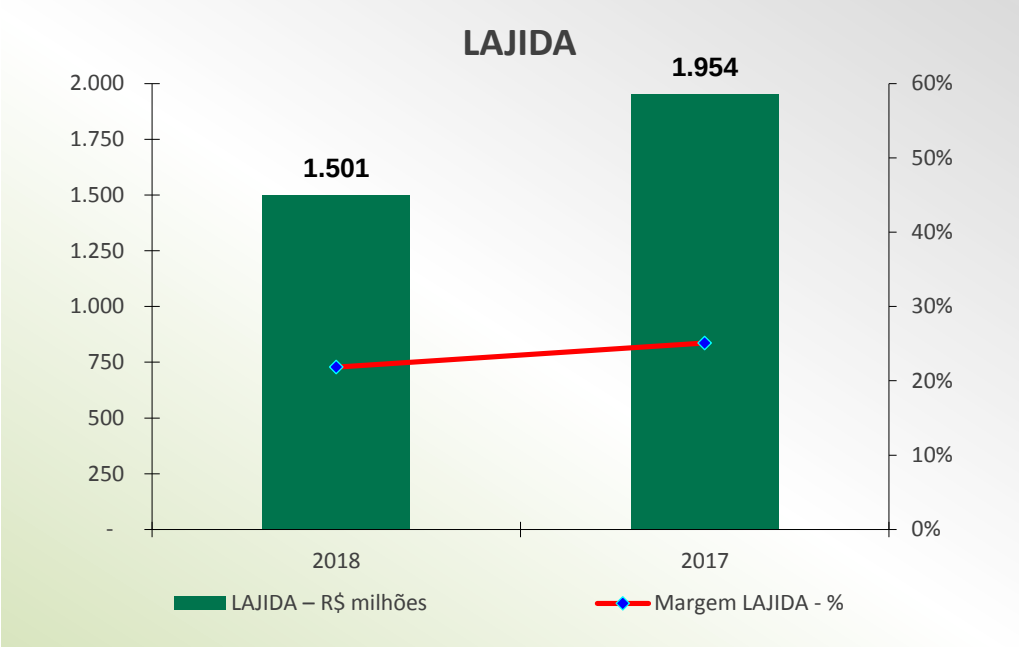
A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2018, um lucro líquido de R$591 milhões em comparação ao lucro líquido de R$428 milhões no exercício de 2017. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência destas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais variações nas receitas e despesas serão discutidas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou uma redução de 23,18% em 2018 em comparação com 2017, conforme segue:

LAJIDA - R$ milhões	2018	2017	Var %
Lucro líquido do exercício	591	428	38,08
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	385	420	(8,33)
+ Resultado Financeiro Líquido	376	948	(60,34)
+ Amortização e Depreciação	149	158	(5,70)
= LAJIDA	**1.501**	**1.954**	**(24,62)**



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA em 2018, em comparação a 2017, deve-se, principalmente, à redução de 11,72% nas receitas operacionais em comparação à menor redução nas despesas operacionais, de 4,07%, excluindo as despesas de depreciação e amortização. A margem do LAJIDA passou de 25,09% em 2017 para 21,84% em 2018.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	2018			2017		
	MWh	R$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R$/MWh)[1]	MWh	R$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R$/MWh)[1]
Industrial	15.100.812	3.245	214,91	14.486.304	3.358	231,81
Comercial	3.190.021	708	221,94	2.226.405	569	255,57
Rural	1.343	0,3	246,46	-	-	-
Subtotal	**18.292.176**	**3.953**	**216,13**	**16.712.709**	**3.927**	**234,97**
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	1	-	-	18	-
	18.292.176	**3.954**	-	**16.712.709**	**3.945**	-
Suprim. Outras Concessionárias	12.121.762	2.908	239,88	12.841.006	3.244	252,63
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(4)	-	-	(53)	-
	30.413.938	**6.858**	-	**29.553.715**	**7.136**	-

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R$6.858 milhões em 2018 em comparação a R$7.136 milhões em 2017, representando uma redução de 3,90% decorrente, principalmente da redução de 8,02% no preço médio do MWh da energia faturada para consumidores finais, parcialmente compensado pelo aumento de 2,91% na quantidade de MWh comercializada.

Receita de transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R$589 milhões em 2018 comparados a R$519 milhões em 2017, representando crescimento de 13,49%. Essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2018, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões, sendo aplicável o IPCA para o contrato da Cemig GT e IGPM para Cemig Itajubá. Em 2018, os reajustes da RAP foram de 4,00% e 3,30%, para os contratos de concessão da Cemig GT e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Receita de indenização da transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R$250 milhões em 2018, comparado a R$373 milhões em 2017, representando uma redução de 32,98%. Esta variação decorre, principalmente, do valor de R$149 milhões registrado em 2017, referente à receita registrada de forma retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos

valores não haviam sido incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores.

Adicionalmente, em julho de 2018 a parcela da RAP referente ao custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME sofreu um reajuste negativo de 23,2%.

A Companhia registra a atualização da indenização a receber com base no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R$185 milhões em 2018 comparados a R$651 milhões em de 2017, representando uma redução de 71,58%. Esta variação decorre da menor quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2018, sendo que em 2017, a Companhia reconheceu receitas referentes à energia disponível de Jaguara e Miranda. Adicionalmente, em 2018 houve uma redução de 10,98% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R$288,57/MWh em 2018 e R$324,17/MWh em 2017).

Receita de indenização da geração

Em 2018 a Companhia reconheceu receita no valor total de R$55 milhões (R$272 milhões em 2017) referente ao ajuste do saldo não amortizado dos projetos básicos das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, que foi objeto de indenização, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R$1.610 milhões em 2018 comparados a R$1.552 milhões em 2017, apresentando uma crescimento de 3,74%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R$153 milhões em 2018 comparados a R$73 milhões em 2017.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R$5.122 milhões em 2018 em comparação com R$5.472 milhões em 2017, representando uma redução de 6,61%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 25 das demonstrações financeiras.
As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R$3.853 milhões em 2018, comparados a R$4.170 milhões em 2017, representando uma redução de 7,60%. Esta variação decorre da redução de 10,98% no preço médio do MWh (R$288,57/MWh em 2018 e R$324,17/MWh em 2017).

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R$332 milhões em 2018 comparados a R$383 milhões em 2017, representando uma redução de 13,32%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2018);
- reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018, em função de Acordo Coletivo;
- redução de 9,32% no número médio de empregados, sendo 1.324 em 2018 em comparação a 1.460 em 2017.
- menor custo com programas de desligamento voluntário, sendo R$18 milhões em 2018 em comparação a R$49 milhões em 2017.

Custo de construção

O custo de construção apresentou crescimento sendo R$96 milhões em 2018 em comparação a R$25 milhões em 2017. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R$72 milhões em 2018 em comparação a uma reversão de despesa de R$59 milhões em 2017.
O resultado positivo em 2017 foi decorrente de modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a

partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R$142 milhões nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado. Mais detalhes ver nota explicativa nº 21 destas demonstrações financeiras.

Provisões operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R$117 milhões em 2018 comparados a R$150 milhões em 2017, uma redução de 22,00% decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução da provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que representou uma reversão líquida de R$5 milhões em 2018, em comparação à constituição de R$18 milhões em 2017. Em 2017 a Companhia reconheceu despesa de R$15 milhões em função do risco de crédito de um grupo de cimenteiras;
- Redução de 6,09% das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R$108 milhões em 2018, em comparação à constituição de R$115 milhões em 2017.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R$352 milhões em 2018 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R$519 milhões em 2017. As perdas verificadas nos resultados dos exercícios estão relacionadas basicamente aos investimentos em Renova e Santo Antônio Energia.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 14.

Ajuste referente à desvalorização em Investimentos

Em virtude de resultado de análise dos indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reconheceu provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Madeira Energia (Usina Santo Antônio), no montante de 127 milhões, de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido desssa investida em 31/12/2018.

Resultado de combinação de negócios

Em função do descruzamento das participações da Cemig e da Energimp nas empresas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”), Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) e Central Eólica Praia de Morgado S.A. (“Morgado”), a Cemig reconheceu uma receita de R$80 milhões referente a diferença entre o valor justo e o valor contábil das participações originalmente detidas nas usinas de Parajuru e Volta do Rio.

Mais detalhes dessa operação, vide nota explicativa nº 14.

Receitas (despesas) financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R$376 milhões em 2018 comparada a uma despesa financeira líquida de R$948 milhões em 2017, representando uma redução de 60,34%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 86,75% da receita de variação monetária sobre depósitos judiciais sendo R$11 milhões em 2018 comparados a R$83 milhões em 2017. Em 2017, a Companhia reconheceu receita de R$83 milhões, em função da reversão da provisão referente ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS (mais detalhes na nota explicativa nº 17);
- reconhecimento, em 2018, de ganhos decorrentes da operação de hedge relacionada aos Eurobonds, no valor de R$893 milhões, em comparação ao reconhecimento de perdas de R$32 milhões em 2017. O ajuste a valor justo do hedge tem sido impactado positivamente por uma redução na variação esperada do dólar norte-americano. O ganho registrado deve ser analisado em conjunto com a despesa de variação cambial dos Eurobonds, conforme descrito a seguir neste relatório;
- reconhecimento, em 2018, de receita financeira no montante de R$77 milhões referente à atualização financeira da dívida da Energimp perante a Companhia, que tem origem no descumprimento do prazo de entrada em operação dos parques eólicos adquiridos em 2009. Mais informações na nota explicativa nº14;
- aumento da receita de encargos de dívidas de pessoas ligadas que foram de R$56 milhões em 2018 comparados a R$13 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, em função da atualização financeira do contrato de mútuo entre a Cemig GT e Cemig (Controladora), celebrado em 2018;
- despesa de variação cambial no valor de R$579 milhões, em 2018, relacionada à captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds) em dezembro de 2017 e julho de 2018 nos montantes de US$1 bilhão (R$3,2 bilhões) e US$500 milhões (R$1,9 bilhão), respectivamente;
- redução de 7,11% dos encargos de empréstimos e financiamentos: R$849 milhões em 2018, comparados a R$914 milhões em 2017. Este resultado decorre, principalmente, da menor variação do CDI, principal indexador da dívida, sendo 6,40% em 2018 em comparação a 9,93% em 2017, aliado à redução da dívida indexada ao CDI;
- redução da despesa de atualização financeira dos adiantamentos de clientes sendo R$8 milhões em 2018, comparados a R$45 milhões em 2017, em função da redução do saldo adiantado em 2018.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou em 2018 despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R$385 milhões em relação ao lucro de R$976 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 39,46% de alíquota efetiva. Em 2017, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R$420 milhões em relação ao lucro de R$849 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 49,50% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10d das demonstrações financeiras.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R$302 milhões, em comparação com R$403 milhões em 31 de dezembro de 2017, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2018 totalizou R$1.678 milhões e o caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2017 totalizou R$778 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, em função do recebimento, em 2018, da indenização dos ativos não amortizados ou não depreciados, relativos aos Projetos Básicos das Usinas São Simão e Miranda.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2018 totalizou R$626.299 milhões e o caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2017 totalizou R$373 milhões. Essa variação deve-se, basicamente, pelas aquisições de novas controladas e subsidiárias no montante de R$304 milhões e realização de operação de mútuo com partes relacionadas, no montante de R$391 milhões, parcialmente compensados pelo resgate de títulos e valores mobiliários no montante de R$365 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2018 totalizou R$1.153 milhões e foi composto pela amortização de R$2.880 milhões de empréstimos e pagamento de R$221 milhões de juros sobre o capital próprio e dividendos, parcialmente compensados pela captação de R$1.948 milhões de empréstimos.

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R$430 milhões e foi composto, principalmente, pela amortização de R$3.473 milhões de empréstimos e pagamento de R$255 milhões de juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados pela captação de R$3.198 milhões de empréstimos.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

No ano de 2018, a Cemig, ainda buscando equilibrar seu fluxo de caixa, começou a perceber os reflexos positivos das iniciativas tomadas em 2017 para melhor distribuir a dívida no longo prazo. A empresa se manteve no firme propósito de alongá-la e, dando continuidade ao reperfilamento da dívida implementado no ano anterior, voltou ao mercado em 2018 em condições condizentes com sua melhor qualidade de crédito e de liquidez.

A Cemig GT, com vencimentos expressivos de dívida no segundo semestre, aproveitou-se do interesse pelos seus títulos no mercado secundário de bonds, refletindo uma melhora da percepção de risco da empresa, decidiu reabrir sua emissão de dezembro de 2017 com uma colocação adicional, em julho, no valor de US$500 milhões, a um yield de 9,14% a.a., com pagamento de juros semestrais e de principal em dezembro de 2024. Ao mesmo tempo, foi realizada operação de hedge abrangendo todo período da emissão, através de uma combinação de Call Spread do principal, em que a Cemig GT está protegida no intervalo de R$3,85/US$ e R$5,00/US$, e Swap da totalidade dos juros, trocando, assim, o cupom de 9,25% a.a. por taxa equivalente a 125,52% do CDI, o que representa significativa melhora em relação ao hedge da emissão original, cuja taxa equivalente é de 150% do CDI. Os recursos líquidos foram destinados ao pagamento de dívidas de prazos mais curtos e custo médio mais elevado, proporcionando o alongamento do perfil da dívida e redução de despesas financeiras da Cemig GT.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que, ao longo de 2018, as principais agências internacionais de classificação de risco promoveram sucessivas reavaliações do risco de crédito da Cemig GT, refletindo expressiva evolução dos ratings, ao reconhecerem o êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional, combinada com uma estratégia de gestão de passivos mais prudente.
A tabela a seguir evidencia a evolução das notas de crédito da Cemig GT, de dezembro de 2017 para dezembro de 2018:

Fitch	*Grau de Investimento*										*Grau Especulativo*											
Nacional / *Global*	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D		
dez - 17																						
dez- 18																						

Moodys	*Grau de Investimento*										*Grau Especulativo*										
Nacional / *Global*	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C
dez - 17																					
dez - 18																					

S&P	*Grau de Investimento*										*Grau Especulativo*											
Nacional / *Global*	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D
dez - 17																						
dez - 18																						

Atenta ao compromisso de redução do endividamento, a Cemig GT realizou, em setembro de 2018, com os recursos disponíveis em caixa, o pagamento integral das Cédulas de Crédito Bancário, celebradas junto ao Banco do Brasil S.A. ao final de 2017, no valor de R$742 milhões, com custo de 140% do CDI e vencimento original em 24/12/2021.

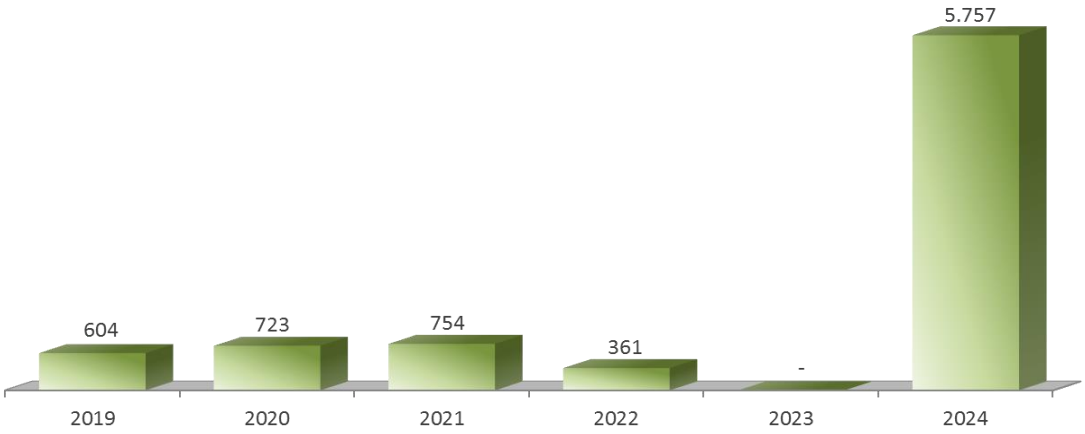
Os detalhes das captações de recursos da Cemig GT, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras.

Tantos os eurobonds quanto as debêntures contam com covenants financeiros restritivos que limitam a capacidade de endividamento da empresa e da Cemig, como garantidora. A Companhia entende, entretanto, que a manutenção das iniciativas de desinvestimento e consequente desalavancagem, bem como de eficiência operacional, assegurarão o cumprimento desses covenants financeiros.

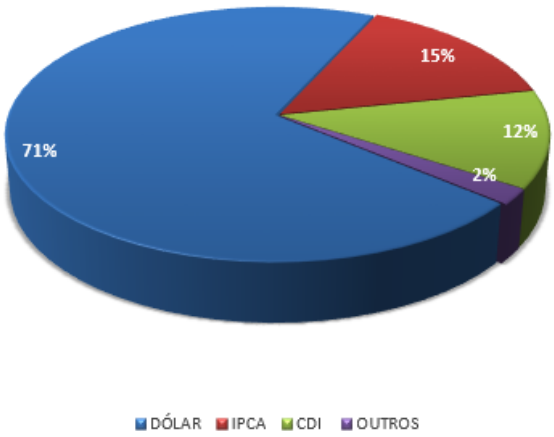
O endividamento da Cemig GT, em 31 de dezembro de 2018, no valor de R$8.199 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 5 anos. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 19 das demonstrações financeiras.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2018 (R$ milhões)



A composição da dívida da Cemig GT é reflexo das fontes de recursos à sua disposição, onde se percebe uma participação expressiva de dívida referenciada ao CDI, bem como de dívida em moeda estrangeira, que, por sua vez, está protegida contra a variação cambial por meio de instrumento de hedge, pela taxa de juros indexada ao CDI. O custo médio da dívida da Companhia é de 5,45% a.a. a preços constantes e de 9,36% a.a. em custo nominal.



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada até o dia 30 de abril de 2019, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2018, no montante de R$591 milhões e da realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R$34 milhões:

- R$29 milhões para constituição de reserva legal;
- R$50 milhões para pagamento de juros sobre o capital próprio;
- R$253 milhões, para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;

- R$293 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros.

INVESTIMENTOS

Investimentos em Geração:

O Grupo Cemig está, atualmente, envolvido na construção da Usina Hidrelétrica - UHE Belo Monte e de 4 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs: Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Fortuna II e Jacaré. Essas usinas aumentarão a capacidade instalada total de geração hidrelétrica em 1.335 MW (participação proporcional).

Ativo	Potência Proporcional (MW)
Belo Monte – (via Amazônia Energia)	818
Belo Monte – (via Aliança Norte Energia)	495
Guanhães	22
Total	**1.335**

Os investimentos realizados em 2018 foram de R$60 milhões em Guanhães, e nas usinas de Santo Antônio e Belo Monte, nos montantes de R$ 51 milhões e R$112 milhões, respectivamente.

Projeto Belo Monte: A Norte Energia S.A. - Nesa é uma empresa de propósito específico que detém a concessão para construir, operar e manter a UHE Belo Monte, localizada no rio Xingu, na região amazônica, no norte do Brasil. A Cemig GT possui uma participação indireta na Nesa de 11,69%, por intermédio das empresas Amazônia Energia S.A. (em parceria com a Light) e da Aliança Norte Energia Participações S.A. (em parceria com a Vale), ambas acionistas da Nesa. A Cemig GT já investiu aproximadamente R$1,6 bilhão nesse projeto.

A primeira unidade geradora entrou em operação em 2016 e, no momento, 18 unidades já estão gerando energia comercialmente. Quando estiver concluída, em 2020, Belo Monte terá uma capacidade total de 11.233 MW e será uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo.

Projeto Guanhães: A Guanhães Energia S.A. - Guanhães foi constituída em junho de 2006 com a finalidade de implantar e explorar quatro PCHs, situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW. A Cemig GT já investiu aproximadamente R$249 milhões nesse projeto.

As obras de implantação das usinas foram interrompidas em 2015. Em novembro de 2017, as obras foram retomadas, sendo que a primeira unidade geradora entrou em operação comercial em maio de 2018 e a nona e última unidade geradora está prevista para iniciar sua operação comercial em abril de 2019.

Em 20 de dezembro de 2018 a Cemig GT concluiu as aquisições de participação acionária detida pela empresa Energimp em Parajuru e Volta do Rio, geradoras de energia eólica, por meio de descruzamento de ativos, que envolveu dação em pagamento, permuta e pagamento de torna, no montante de 23 milhões. Adicionalmente, foi concluída a reestruturação societária envolvendo a transferência de subsidiárias integrais de geração e comercialização de energia elétrica da controladora Cemig para a Cemig GT. A referida transferência foi realizada pelo montante de R$423.163. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 14 das demonstrações financeiras.

Investimentos em Transmissão

No que se refere ao negócio de transmissão, a definição das regras de indenização dos ativos nos anos anteriores nos garantiu um fluxo de caixa estável para os próximos anos que permitiu ampliar o programa plurianual de investimentos para a Cemig GT de R$1,1 bilhão para R$1,45 bilhão, que viabilizará, no futuro, a agregação de novas receitas decorrentes desses investimentos, e a mitigação de importantes riscos para a operação do sistema.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Procedemos, em 2017, a substituição dos nossos auditores. A partir das informações Contábeis Intermediárias de junho de 2017, nossos auditores passaram a ser a Ernst & Young Auditores Independentes S.S que são responsáveis pela auditoria de nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2018	% em	2017	% em
Serviços de auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	1.183	100%	991	100%
Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSLL	313	26%	56	6%
Carta conforto para emissão de instrumentos de dívida	912	77%	845	85%
Total	**2.408**	**203%**	**1.892**	**191%**

Os serviços adicionais foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria externa e referem-se, basicamente, à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia e à elaboração de carta conforto para emissão de instrumento de

dívida, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.
Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 9 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2018, foram realizadas 31 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

O Comitê de Auditoria, criado em junho de 2018, é o órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização sobre a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por 3 membros, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição. Tem como uma de suas atribuições a execução das atividades previstas para esse Comitê na Lei Sarbanes-Oxley – SOX.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído por 5 membros, eleitos para mandato de dois anos, permitidas duas reconduções consecutivas. Suas atribuições são fixadas na legislação brasileira aplicável, e, quando com estas não conflitarem, nas leis dos países em que as ações da Cemig são listadas e negociadas. Em 2018 foram realizadas 17 reuniões do Conselho Fiscal.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Cemig GT mantém um Plano Anual de Auditoria Interna que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação dos processos e o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos. A definição de quais processos e empresas serão auditados no ano é feita com base no risco que representam para os negócios e para as demonstrações financeiras da Companhia. Os processos de risco alto são priorizados, sendo auditados com maior frequência em detrimento dos processos de menor risco.

A gestão de riscos corporativos é um processo integrante das práticas de Governança Corporativa da Cemig GT, que tem como atividade relevante o mapeamento de eventos que podem interferir no atingimento dos objetivos estratégicos definidos pela Companhia, os chamados Top Risks. A modelagem e a análise das operações sob o ponto de vista do gerenciamento de risco visam otimizar os investimentos no controle das atividades, reduzir os custos e perdas, melhorar a performance e, consequentemente, favorecer o alcance das metas traçadas pela Companhia.

Em 2018, o mapeamento dos Top Risks foi orientado por temas priorizados pelo CMRC e validados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, abrangendo os negócios Holding, Distribuição, Geração, Transmissão e Comercialização e registrados em sistema de gestão de riscos corporativos (SAP RM). O reporte dos Top Risks para a Diretoria Executiva e para o Conselho de Administração, bem como as recomendações de tratamento do CMRC para cada caso, são feitos conforme fluxo aprovado pelo Comitê.

Política Antifraude

A Companhia possui como política a vedação de doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à CEMIG e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, “Lei das Eleições”, de 30 de setembro de 1997, alterada pela Lei 13.487, de 06 de outubro de 2017.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas, Ouvidoria e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos afetos às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciantes.

O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciantes. Por meio dele, podem ser reportadas situações consideradas de caráter discriminatório.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O setor de energia elétrica na Europa, Estados Unidos e em várias outras partes do mundo está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Todas essas transformações afetam diretamente o setor energético e representam ao mesmo tempo ameaças e oportunidades para uma empresa como a Cemig GT. São mudanças que podem ser agrupadas em torno de três tendências, denominadas "3D": 1) Digitalização, 2) Descarbonização e 3) Descentralização que colocam novos tipos de demandas sobre o setor elétrico, vindas da sociedade, de outros setores da economia e do próprio governo, através de suas agências reguladoras.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, em 2018, o Programa Cemig Tech e o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- definir estratégias para a execução de Projetos de P&D a curto, médio e longo prazo;
- construir editais para captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig GT é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local.

Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Companhia.

Alguns projetos de destaque no ano de 2018 são:

Programa AI6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha 2018/2019 do AI6% envolveu a participação de 489 empregados da Cemig GT que, voluntariamente, destinaram R$409 mil, com o intuito de beneficiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 151 instituições. A Cemig GT também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A otimização de recursos, mesmo princípio que rege a sustentabilidade, foi o desafio para os projetos culturais, esportivos e de saúde durante o ano de 2018.

Saúde:

A Cemig destinou quase R$2 milhões no aprimoramento do atendimento às comunidades atendidas pelas instituições, em diferentes regiões de Minas Gerais, destacando-se o apoio a instituições hospitalares filantrópicas em Minas Gerais e cerca de 185 programas sociais.

Esportes:

Em 2018, o total investido pela Cemig em Esportes foi da ordem de R$ 4,3 milhões.

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para as crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas.

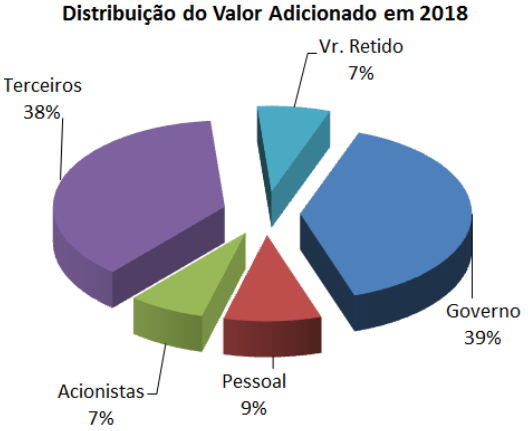
Para a Cemig GT, estes projetos fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

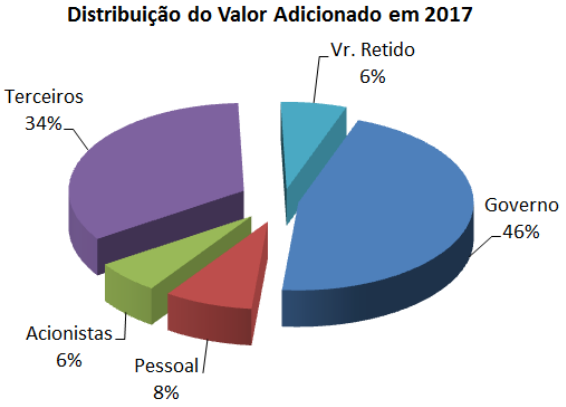
Cultura

O fortalecimento desse setor continua sendo uma das prioridades da Empresa em Cidadania Corporativa. Assim, a Cemig direcionou cerca de R$18 milhões de reais para projetos culturais pois acredita que eles geram oportunidades de lazer, ajudam na composição crítica e proporcionam desenvolvimento humano.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade com R$4.188 milhões de valor adicionado em 2018 em comparação a R$3.516 milhões em 2017.



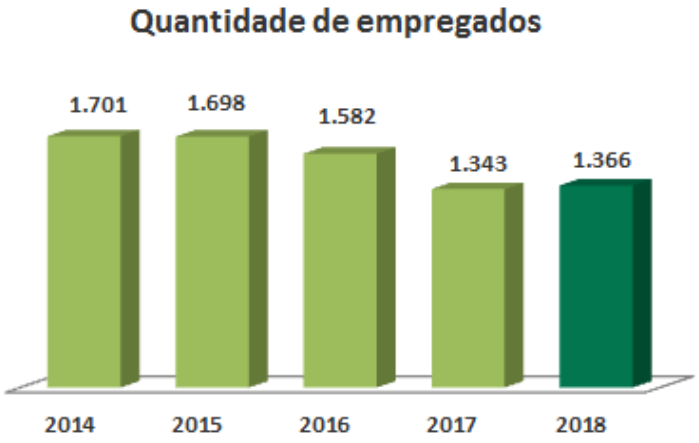


Recursos Humanos

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig GT segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Nos últimos 5 anos, em consequência dos Programas de Desligamento Voluntário Programado implementados, com a continuidade da política de desligamento de empregados em plenas condições de aposentadoria, a quantidade de empregados passou de 1.701 em 2014 para 1.366 em 2018, conforme apresentado no gráfico a seguir:



UniverCemig

Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior, além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

O ano de 2018 foi marcado na Cemig pela admissão de 308 novos empregados selecionados via Concursos Públicos 02/2017 e 03/2017 e também pela diretriz que permitiu que os serviços executados em linha viva em média tensão pudessem ser realizados por empreiteiras.

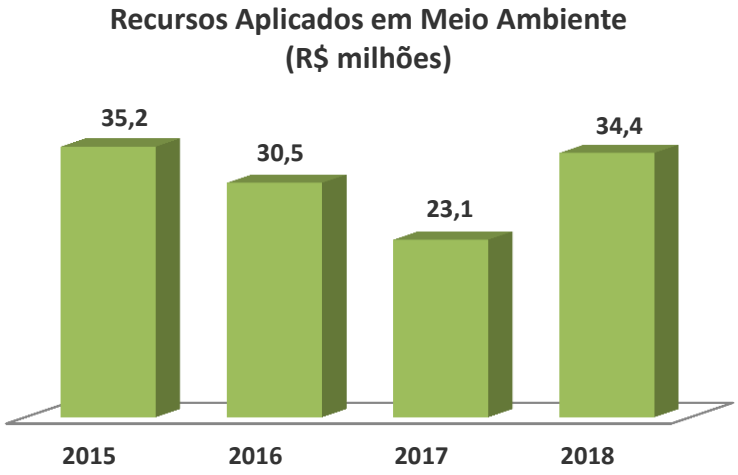
Destaca-se que nesse contexto, a UniverCemig iniciou a capacitação profissional de 121 Eletricistas de Linhas e Redes Aéreas, 11 Eletricistas de Montagem Elétrica de Linhas, 9 Eletricistas de Linhas de Transmissão, 102 técnicos, 6 engenheiros e capacitou ainda aproximadamente 65 pessoas de empreiteiras que executarão serviços em linha viva.

Essas capacitações contribuíram de forma expressiva para o aumento do número de participações em treinamentos técnicos e consequentemente do indicador homem-hora de treinamentos, tendo sido viabilizados em 2018, 7.233 participações em treinamentos técnicos para empregados próprios (2.037 para empregados da Cemig GT) e 3.039 participações para empregados de outras empresas. No total, foram 325.564 homem-hora treinados, sendo 230.454 relativos aos empregados próprios (60.922 relativos a Cemig GT) e 95.110 relativos a outras empresas.

Para os cursos online, foram investidos R$156 mil para aproximadamente 7.000 colaboradores, incluindo os diretores, conselheiros fiscais, de administração, contratados e estagiários.

Meio Ambiente

Em 2018, a Cemig GT totalizou cerca de R$ 30,5 milhões em recursos aplicados em meio ambiente. A priorização e a alocação desses recursos são revistas periodicamente pelo Comitê de Adequação Socioambiental, dentro da Estratégia Ambiental da Cemig GT. Os recursos foram aplicados em investimentos e despesas relativas ao cumprimento de obrigações e melhorias ambientais



Recursos Hídricos

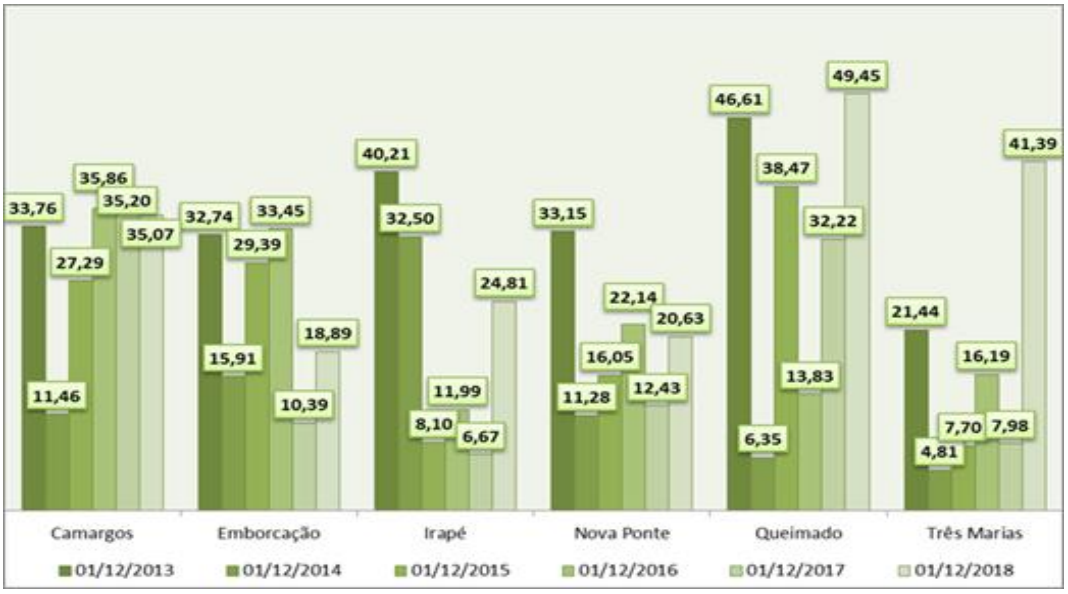
A Cemig disponibiliza em seu website dados diários dos níveis de vários de seus reservatórios.

Mesmo não consumindo água em seu processo de geração hidrelétrica, a Cemig é uma grande usuária desse recurso e, dessa forma, participa ativamente em colegiados de decisão e fóruns, acompanhando e propondo decisões mais adequadas ao setor elétrico, conciliando com os múltiplos usos das bacias hidrográficas, tais como os Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho.

A Cemig tem indicadores para gestão dos recursos hídricos, que são analisados periodicamente, mostrando a tendência de cumprimento das metas e possibilitando as eventuais intervenções necessárias. Destaca-se o Índice de Eficiência no Planejamento Energético das Usinas - IEPE, que mede a eficiência da operação energética das usinas hidrelétricas da Cemig, comparando a geração de energia verificada em relação à geração ótima, levando em consideração as vazões observadas, a manutenção de unidades geradoras e o atendimento às restrições operativas.

O gráfico abaixo traz as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2018, comparado com a mesma época de anos anteriores.

Disponibilidade Hídrica - Volume útil (% sobre total)



Segurança de Barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, que estabelece a política nacional de segurança de barragens, e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais com notório saber.

A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de planos de emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, tendo iniciado os estudos do tema em 2003. Estão disponíveis, atualmente, planos de emergência específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;

- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Periodicamente, são feitos treinamentos internos desses planos de ação de emergência – PAES, que podem ter por base discussões ou operações. Os primeiros podem ser do tipo seminários, *workshops*, exercícios de mesa ou jogos, já aqueles que têm por base operações, podem ser do tipo "drill" ou simulados. Esses treinamentos visam a avaliar e propor melhorias, em especial quanto aos fluxos de comunicação e o processo de tomada de decisão.

A Cemig manteve no ano de 2018, a política de estreitar o relacionamento com o público externo focado em situações de emergência, especificamente, os COMPDECS-coordenadorias municipais de proteção e defesa civil. Trabalhou temas inseridos no tratamento da lei nº 12.334/2010 e resolução normativa aneel nº 696/2015, apresentando a estratégia de alerta/alarme e meios de comunicação em situações de emergência de rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas em situação de emergência. Isto posto, o documento foi segregado em dois públicos alvos:

- PAE interno: onde todos os procedimentos de detecção, prevenção e correção a serem adotados em situação de emergência estão descritos para que o corpo técnico envolvido possa tomar as decisões de maneira mais adequada e ágil, tentando ao máximo preservar a estrutura do barramento e evitar o acidente;
- PAE externo: onde são desenhadas as interfaces entre a empresa e o público externo durante as situações de emergências detectadas.

Em atendimento à Resolução Normativa nº 696/2015, os PAEs internos vem sendo tratados pelas gerências internas da empresa responsáveis pela operação e manutenção das usinas hidrelétricas e sendo disponibilizados aos empreendimentos e equipe técnica de segurança de barragens e manutenção civil. Os PAEs externos devem estar disponíveis nos empreendimentos, nas prefeituras envolvidas, bem como junto às autoridades competentes e aos organismos de defesa civil.

O documento externo foca em apresentar o risco de inundação causado por cheias ordinárias e por possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig. Nos anos de 2017 e 2018, foram entregues um total 18 PAEs externos englobando 60 municípios. Ao longo do ano de 2019, outros 24 PAEs externos serão entregues para cerca de 45 municípios.

Para melhorar a percepção do risco e permitir que os planos de contingência municipais sejam desenvolvidos com melhor conteúdo técnico, a Cemig, por meio de empresa especializada contratada, realizou ao longo de 2018, levantamentos de topografia, para o processo de elaboração de base cartográfica do vale a jusante de 43 usinas hidrelétricas e para utilização em modelos computacionais de propagação hidráulica de oito cenários de vazões para subsidiar a elaboração de planos de ações emergenciais para ruptura de barragens e cheias naturais. O projeto em desenvolvimento, permite a:

- Construção de base cartográfica;
- Estimativa do hidrograma de ruptura;
- Simulação de propagação de vazões de cheias ordinárias e de ruptura;
- Elaboração de mapas temáticos;
- Estudo preliminar de sistema de notificação em massa e estimativa de população atingida.

O grande ganho que a abordagem adotada pela Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação. Além disso, o programa proximidade contará com um aplicativo móvel, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. O aplicativo será disponibilizado, contendo informações hidrológicas, operacionais e climatológicas em tempo real, que servirá de ferramenta de trabalho para as equipes de COMPDECS. Para 2019, planeja-se que sejam realizadas em torno de 40 reuniões envolvendo cerca de 500 agentes das COMPDECS.

Gestão de Resíduos

No período de janeiro a dezembro de 2018, foram encaminhadas para destinação final 72 toneladas de resíduos industriais: 29% desses resíduos foram alienados ou reciclados; 11% regenerados, reutilizados ou descontaminados; e 60% coprocessados, incinerados, enviados para tratamento (efluentes e lodos) ou dispostos em aterro industrial.

Os resíduos alienados são constituídos, principalmente, por cabos e fios, sucata de transformadores, sucatas metálicas, sucata de medidores, postes, cruzetas, aparas e resíduos de madeira. A receita obtida com a venda desse resíduo alcançou R$ 41 mil em 2018.

Programas para a Ictiofauna

As ações do Peixe Vivo são sustentadas em três pilares: (a) Programas de Conservação e Manejo, que visam à adoção das melhores práticas para conservação de peixes; (b) Pesquisa e Desenvolvimento, que amplia o conhecimento científico sobre a ictiofauna e proporcionam subsídios para estratégias de conservação mais eficientes; e (c) Relacionamento com a Comunidade que divulga as ações e resultados do Programa

para a sociedade, buscando seu envolvimento na construção do planejamento estratégico.

Durante o ano de 2018 foram executados 5 projetos de pesquisa, com uso de recursos próprios e de P&D, bem como publicados 12 trabalhos relacionados aos projetos ou ações do programa peixe vivo, apresentando resultados dos projetos em andamento e de projetos que já encerraram. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do peixe vivo em 2018, envolveram um total de 32 pessoas de instituições de ensino e pesquisa.

Atualmente o Programa de peixamento da Cemig inclui as atividades de peixamento realizadas por suas duas estações próprias, Itutinga e Machado Mineiro. No ano de 2018, foram produzidos e soltos 198.956 alevinos. Ao longo do ano ocorreram um total de 26 peixamentos, realizados em 16 municípios mineiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig GT é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1) Base de Cálculo	2018 Controladora			2017 Controladora		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			6.174.729			7.150.456
Resultado Operacional (RO)			1.236.306			1.690.396
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			306.221			364.628
2) Indicadores Sociais Internos	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre FPB**	**%Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre FPB**	**%Sobre RL**
Alimentação	19.163	6,26	0,31	20.599	5,65	0,29
Encargos sociais compulsórios	70.226	22,93	1,14	75.169	20,62	1,05
Previdência privada	20.396	6,66	0,33	22.133	6,07	0,31
Saúde	10.720	3,50	0,17	11.849	3,25	0,17
Segurança e medicina no trabalho	5.631	1,84	0,09	5.988	1,64	0,08
Educação	264	0,09	0,00	74	0,02	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	9.122	2,98	0,15	9.126	2,50	0,13
Creches ou auxílio-creche	762	0,25	0,01	732	0,20	0,01
Participação nos lucros ou resultados	999	0,33	0,02	984	0,27	0,01
Outros	3.389	1,11	0,05	3.785	1,04	0,05
Total - Indicadores Sociais Internos	**140.672**	**45,94**	**2,28**	**150.439**	**41,26**	**2,10**
3) Indicadores Sociais Externos	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre RO**	**%Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre RO**	**%Sobre RL**
Educação	65	0,01	0,00	64	0,00	0,00
Cultura	2.884	0,23	0,05	3.496	0,21	0,05
Saúde e saneamento	838	0,07	0,01	1.654	0,10	0,02
Esporte	1.228	0,10	0,02	-	-	-
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	2.506	0,20	0,04	-	-	-
Total das Contribuições para a Sociedade	**7.521**	**0,61**	**0,12**	**5.214**	**0,31**	**0,07**
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.399.035	113,16	22,66	1.381.330	81,72	19,32
Total – Indicadores Sociais Externos	**1.406.556**	**113,77**	**22,78**	**1.386.544**	**82,02**	**19,39**
4) Indicadores Ambientais	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre RO**	**%Sobre RL**	**Valor (Mil R$)**	**%Sobre RO**	**%Sobre RL**
Relacionados com a operação da empresa	30.506	2,46	0,49	23.100	1,37	0,32
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	**30.506**	**2,46**	**0,49**	**23.100**	**1,37**	**0,32**
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do exercício			1.366			1.343
Nº de admissões durante o exercício			76			2
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			127			127
Nº de estagiários (as)			84			64
Escolaridade dos Empregados						
- Superior e extensão universitária			527			527
- 2° Grau			807			807
- 1° Grau			10			10
- Até 1° Grau incompleto			0			-
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			614			587
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			190			185
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			12,50%			13,10
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			61			60
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			2,50%			2,38
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			30			14

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2018			Metas 2019		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	28,61			NÃO HÁ META		
Número total de acidentes de trabalho considerar empregados próprios	23			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	( ) direção e gerências	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA	( ) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) serão sugeridos	( ) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	( ) apoia	( ) apoia	(x) organiza e incentiva	( ) apoia	( ) apoia	( ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	no Procon ___ ND ___	no Procon ___ ND ___	na Justiça __ ND ____	no Procon ___ ND ___	no Procon ___ ND ___	na Justiça __ ND ____
% de reclamações e críticas solucionadas:	no Procon ___ ND __%	no Procon ___ ND __%	na Justiça ___ ND __%	no Procon ___ ND __%	no Procon ___ ND __%	na Justiça ___ ND __%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$)	Em 2018: 4.191.472			Em 2017: 3.516.251		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	38,65% governo 6,40% acionistas	9,19% colaboradores(as) 37,33% terceiros 7,24% retido		45,93% governo 6,09% acionistas	8,16% colaboradores(as) 33,73% terceiros 6,09% retido	

7) Outras Informações	2018	2017
Investimentos em questões ambientais	R$18,9 milhões	R$23,1 milhões
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	42 reservatórios e 192 estações de coletas de dados físicos, químicos e biológicos	42 reservatórios e 180 estações de coletas de dados físicos, químicos e biológicos
Resíduos e materiais inservíveis	21 toneladas	320,6 toneladas
Receita com as vendas dos resíduos	R$41 mil	R$201,4 mil

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2018 Controladora	2017 Controladora
Atendimento		
Número de consumidores	1.306	1.243
Número de empregados	1.366	1.343
Energia vendida por empregado - MWh	20.804	21.332
Mercado		
Geração própria - GWh	4.953	5.712
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R$/MWh) – Industrial	197,50	204,23
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	53	59
Capacidade Instalada (MW)	3.675	4.854
Financeiros		
Receita operacional líquida - R$ milhões	6.175	7.150
Margem operacional - %	20,02	23,64
LAJIDA ou EBITDA - R$ milhões	1.501	1.849
Resultado - R$ milhões	591	428
Resultado por ação	0,2039	0,1479
Patrimônio líquido - R$ milhões	4.980	4.794
Valor patrimonial por ação	1,72	1,65
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	11,86	9,34
Endividamento do patrimônio líquido - %	232,76	257,13
Liquidez Corrente	0,90	0,76
Liquidez Geral	1,43	0,61

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
NOMES
Adézio de Almeida Lima
Marco Antônio Soares da Cunha Castelo Branco
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Luiz Guilherme Piva
Marco Aurélio Crocco Afonso
Marcelo Gasparino da Silva
José Pais Rangel
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes
Márcio José Peres

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Helvécio Miranda Magalhães Júnior
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Flávia Cristina Mendonça Faria Da Pieve
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino	Wieland Siberschneider
Rodrigo de Mesquita Pereira	Michele da Silva Gonsales
Cláudio Morais Machado	Carlos Roberto de Albuquerque Sá

COMITÊ DE AUDITORIA
NOMES
José Pais Rangel
Pedro Carlos Mello
Gilberto José Cardoso

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Cledorvino Belini	Diretor Presidente
Dimas Costa	Diretor Comercial
Daniel Faria Costa	Diretor de Gestão de Participações
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretor de Distribuição e Comercialização
Maurício Fernandes Leonardo Júnior	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretor de Geração e Transmissão, interina e cumulativamente
Ronaldo Gomes de Abreu	Diretor de Gestão Empresarial, interina e cumulativamente

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores
Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico
Site: www.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	301.696	403.339	226.830	366.169
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	7	161.848	520.963	12.922	397.734
Consumidores e Revendedores	8	879.875	850.487	730.991	763.187
Concessionários - Transporte de Energia	8	71.164	89.153	71.236	89.249
Tributos Compensáveis	9	48.505	30.840	41.166	30.064
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	10a	159.160	138.435	156.738	138.435
Dividendos a receber		98.842	75.480	98.842	75.480
Ativo Financeiro da Concessão	12	423.511	689.353	180.995	456.101
Ativos de Contrato	13	130.951	-	130.951	-
Adiantamento a Fornecedores		6.785	98.914	2.036	69.914
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		17.159	16.681	17.159	16.681
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	28	69.643	-	69.643	-
Outros Créditos		168.167	60.427	154.619	63.757
TOTAL DO CIRCULANTE		**2.537.306**	**2.974.072**	**1.894.128**	**2.466.771**
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	7	21.498	14.659	1.709	11.191
Consumidores e Revendedores	8	5.020	-	5.020	-
Tributos Compensáveis	9	17.825	8.272	17.068	8.272
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	3.115	-	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	11	374.374	309.994	338.779	309.994
Valores a receber de Partes Relacionadas	27	921.288	351.709	927.913	357.549
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		22.981	35.060	22.981	35.060
Adiantamento a Fornecedores		87.285	5.084	87.285	2.061
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	28	743.692	8.649	743.692	8.649
Outros Créditos		59.290	59.886	58.945	59.875
Ativo Financeiro da Concessão	12	4.097.935	6.024.377	1.931.521	3.920.494
Ativos de Contrato	13	998.359	-	998.359	
Investimentos	14	4.205.308	4.723.336	7.488.441	7.209.862
Imobilizado	15	2.659.221	2.162.890	2.025.205	2.155.847
Intangíveis	16	197.583	32.640	30.715	32.640
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**14.414.774**	**13.736.556**	**14.677.633**	**14.111.494**
TOTAL DO ATIVO		**16.952.080**	**16.710.628**	**16.571.761**	**16.578.265**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	19	44.338	153.991	44.338	153.991
Debêntures	19	559.873	1.453.430	559.873	1.456.365
Fornecedores	17	484.726	472.043	436.114	454.512
Imposto de Renda e Contribuição Social	10b	112.057	99.832	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	18	57.664	133.666	46.453	126.038
Encargos Regulatórios	20	139.457	151.532	131.615	149.698
Obrigações Pós-Emprego	21	57.052	52.395	57.052	52.395
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	23	660.068	564.230	659.622	564.230
Salários e Encargos Sociais		62.724	48.547	61.743	48.547
Adiantamento de Clientes	8	40.267	190.758	40.267	190.758
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	28	-	12.596	-	12.596
Outras Obrigações		74.191	59.230	72.900	54.734
TOTAL DO CIRCULANTE		**2.292.417**	**3.392.250**	**2.109.977**	**3.263.864**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	19	5.919.979	3.977.975	5.756.612	3.977.975
Debêntures	19	1.674.722	2.734.767	1.674.722	2.734.767
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	461.731	416.446	436.071	416.305
Impostos, Taxas e Contribuições	18	4.445	3.830	4.124	3.830
Encargos Regulatórios	20	59.349	84.557	54.048	80.737
Obrigações Pós-Emprego	21	1.019.794	852.136	1.019.794	852.136
Provisões	22	98.708	96.310	97.793	96.294
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	28	-	28.515	-	28.515
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda)	28	419.148	311.593	419.148	311.593
Outras Obrigações		21.651	18.417	19.336	18.417
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**9.679.527**	**8.524.546**	**9.481.648**	**8.520.569**
TOTAL DO PASSIVO		**11.971.944**	**11.916.796**	**11.591.625**	**11.784.433**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital Social		2.600.000	1.837.710	2.600.000	1.837.710
Reservas de Lucros		2.362.614	2.702.600	2.362.614	2.702.600
Ajustes de Avaliação Patrimonial		17.522	153.522	17.522	153.522
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	100.000	-	100.000
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**4.980.136**	**4.793.832**	**4.980.136**	**4.793.832**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**16.952.080**	**16.710.628**	**16.571.761**	**16.578.265**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA	24	**6.874.237**	**7.786.741**	**6.174.729**	**7.150.456**
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	25				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(213.698)	(350.191)	(176.403)	(314.899)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.853.066)	(4.169.830)	(3.764.279)	(4.109.536)
		(4.066.764)	(4.520.021)	(3.940.682)	(4.424.435)
CUSTO	25				
Pessoal e Administradores		(277.183)	(307.611)	(251.397)	(289.091)
Materiais		(42.021)	(20.294)	(38.990)	(18.422)
Serviços de Terceiros		(117.081)	(80.105)	(94.707)	(63.611)
Depreciação e Amortização		(143.242)	(152.974)	(140.680)	(152.897)
Provisões Operacionais, líquidas		(14.062)	(8.462)	(14.049)	(8.446)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(95.712)	(24.827)	(95.712)	(24.827)
Outros Custos Operacionais		(23.524)	(35.772)	(21.847)	(32.111)
		(712.825)	(630.045)	(657.382)	(589.405)
CUSTO TOTAL		**(4.779.589)**	**(5.150.066)**	**(4.598.064)**	**(5.013.840)**
LUCRO BRUTO		**2.094.648**	**2.636.675**	**1.576.665**	**2.136.616**
DESPESA OPERACIONAL	25				
Despesas com vendas		4.628	(17.514)	(2.863)	(17.514)
Despesas Gerais e Administrativas		(109.480)	(173.222)	(109.480)	(173.222)
Outras Despesas Operacionais		(237.379)	(130.829)	(235.672)	(130.208)
		(342.231)	(321.565)	(348.015)	(320.944)
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	(352.389)	(519.024)	55.390	(125.276)
Remensuração de participação anterior de adquiridas	14	79.693	-	79.693	-
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	14	(127.427)	-	(127.427)	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		**1.352.294**	**1.796.086**	**1.236.306**	**1.690.396**
Receitas Financeiras	26	1.163.788	216.535	1.145.218	190.608
Despesas Financeiras	26	(1.540.234)	(1.164.121)	(1.538.366)	(1.163.768)
Resultado antes dos Impostos		**975.848**	**848.500**	**843.158**	**717.236**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10d	(313.003)	(253.842)	(180.278)	(122.074)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10d	(72.062)	(166.199)	(72.097)	(166.703)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**590.783**	**428.459**	**590.783**	**428.459**
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária – R$	**23**	**0,2039**	**0,1479**	**0,2039**	**0,1479**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**590.783**	**428.459**	**590.783**	**428.459**
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (nota 21)	(153.918)	(105.666)	(153.918)	(105.666)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (nota 10c)	52.331	35.927	52.331	35.927
	(101.587)	(69.739)	(101.587)	(69.739)
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração de resultado em exercícios subsequentes				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto referente a valor justo de ativo financeiro disponível para venda.	-	(33.852)	-	(33.852)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**489.196**	**324.868**	**489.196**	**324.868**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Adiantamento Para Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**1.837.710**	**-**	**2.474.659**	**270.825**	**-**	**4.583.194**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	428.459	428.459
Outros resultados abrangentes						
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	-	-	-	(69.739)	-	(69.739)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	(33.852)	-	(33.852)
Resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**(103.591)**	**428.459**	**324.868**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	100.000	-	-	-	100.000
Realização de Reservas						
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(13.712)	13.712	-
Dividendos Estatutários (R$0,0740 p/ação)	-	-	-	-	(214.230)	(214.230)
Constituição de Reservas						
Reserva Legal	-	-	21.423	-	(21.423)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	206.372	-	(206.372)	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	146	-	(146)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**1.837.710**	**100.000**	**2.702.600**	**153.522**	**-**	**4.793.832**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	590.783	590.783
Outros resultados abrangentes						
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(101.587)	-	(101.587)
Resultado abrangente do exercício	**-**	**-**	**-**	**(101.587)**	**590.783**	**489.196**
Aumento de Capital	762.290	(100.000)	(662.290)	-	-	-
Realização de Reservas						
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(34.413)	34.413	-
Juros sobre o capital próprio (R$0,0173 p/ação)	-	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Dividendos Estatutários (R$0,0873 p/ação)	-	-	-	-	(252.892)	(252.892)
Constituição de Reservas						
Reserva Legal	-	-	29.539	-	(29.539)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	292.765	-	(292.765)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**2.600.000**	**-**	**2.362.614**	**17.522**	**-**	**4.980.136**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		590.783	428.459	590.783	428.459
Ajustes por:					
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:					
Depreciação e Amortização	25	148.756	158.226	146.194	158.150
Baixas de valor residual líquido de Imobilizado, Intangível e Financeiro		29.443	26.796	29.404	26.796
Atualização financeira do ativo financeiro da Concessão	12	(538.711)	(595.201)	(217.286)	(278.320)
Atualização financeira do ativo de contrato	13	(88.421)	-	(88.421)	-
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	13	(12.934)		(12.934)	-
Ajuste da BRR dos ativos de transmissão		-	(74.627)	-	(74.627)
Equivalência Patrimonial	14	352.389	519.024	(55.390)	125.276
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	14	127.427	-	127.427	-
Juros e variações monetárias		730.830	961.683	734.531	962.862
Variação Cambial		579.609	(56.638)	579.609	(56.638)
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	19	19.718	28.684	19.718	28.684
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10c	72.062	166.199	72.097	166.703
Ajuste Indenização Usinas Não Renovadas (Portaria 291)	12	-	(271.607)	-	(271.607)
Provisões para Perdas Operacionais, líquidas	25	9.887	34.184	17.365	34.168
Perdas com outros créditos	14	12.466	-	12.466	-
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	28	(892.643)	32.462	(892.643)	32.462
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	28	107.555	115.420	107.555	115.420
Provisão para ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia – Renova		(60.341)	-	(60.341)	-
Obrigações Pós-Emprego	21	87.747	(43.754)	87.747	(43.754)
Remensuração de participação anterior de controladas adquiridas	14	(79.693)	-	(79.693)	-
Ganho na alienação de participação societária	14	(15.578)	-	(15.578)	-
Indenização descruzamento de ativos	14	(2.108)	-	(2.108)	-
		1.178.243	**1.429.310**	**1.100.502**	**1.354.034**
(Aumento) Redução de Ativos					
Consumidores e Revendedores		14.097	(143.062)	24.313	(103.850)
Tributos Compensáveis		(22.332)	31.251	(19.898)	32.020
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar		(22.922)	(13.585)	(19.999)	(13.585)
Transporte de Energia		17.989	(52.463)	18.013	(52.559)
Depósitos vinculados a litígios		(17.606)	2.140	(17.589)	2.140
Dividendos Recebidos		107.917	165.457	469.148	554.605
Ativos Financeiros da Concessão		1.638.192	398.220	1.388.562	164.709
Ativo de Contrato		65.815	-	65.815	-
Adiantamento a Fornecedores		(30.263)	(96.064)	(61.110)	(65.220)
Outros		(71.995)	72.756	(78.756)	96.510
		1.678.892	**364.650**	**1.768.499**	**614.770**
(Aumento) Redução de Passivos					
Fornecedores		(26.446)	95.005	(18.398)	81.808
Impostos, Taxas e Contribuições		(52.078)	(95.948)	(51.706)	(99.662)
Imposto de Renda e Contribuição Social		313.003	247.868	180.278	122.074
Salários e Contribuições Sociais		13.131	(4.010)	13.196	(4.007)
Encargos Regulatórios		(42.312)	38.066	(44.772)	36.316
Obrigações Pós-Emprego		(69.350)	(63.843)	(69.350)	(63.843)
Adiantamento de Clientes		(158.893)	(34.955)	(158.893)	(34.955)
Outros		(16.199)	8.364	(12.203)	5.209
		(39.144)	**190.547**	**(161.848)**	**42.940**
Caixa Gerado nas Operações		**2.817.991**	**1.984.507**	**2.707.153**	**2.011.744**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(320.731)	(126.494)	(193.909)	(94.460)
Juros Pagos	19	(856.547)	(1.080.075)	(856.547)	(1.080.075)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap)		37.330	-	37.330	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**1.678.043**	**777.938**	**1.694.027**	**837.209**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	14b	(234.161)	(254.231)	(234.201)	(254.231)
Aquisição de controladas em reorganização societária	14	(423.163)	-	(423.163)	-
Caixa oriundo de reorganização societária	14	119.847	-	-	-
Aquisição de controladas em combinação de negócios	14	(5.218)	-	(5.218)	-
Caixa oriundo de combinação de negócios	14	4.144	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas		(390.737)	-	(390.737)	-
No Imobilizado	15	(59.038)	(32.591)	(41.344)	(27.244)
No Intangível	16	(2.654)	(1.858)	(2.654)	(1.858)
Em Títulos e Valores Mobiliários		364.681	(83.841)	403.764	(119.054)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(626.299)**	**(372.521)**	**(693.553)**	**(402.387)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos Obtidos	19	1.948.018	3.198.320	1.948.018	3.198.320
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos pagos		(221.074)	(255.000)	(207.500)	(255.000)
Pagamentos de Empréstimos	19	(2.880.331)	(3.473.225)	(2.880.331)	(3.473.225)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	23	-	100.000	-	100.000
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(1.153.387)**	**(429.905)**	**(1.139.813)**	**(429.905)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(101.643)**	**(24.488)**	**(139.339)**	**4.917**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	**403.339**	**427.827**	**366.169**	**361.252**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	**301.696**	**403.339**	**226.830**	**366.169**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado				Controladora			
	2018		2017		2018		2017	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	7.761.383		8.351.996		7.258.852		7.923.921	
Receita de Construção	95.712		24.827		95.712		24.827	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	321.425		316.881		-		-	
Investimentos em Imobilizado	42.767		29.441		42.767		29.441	
Receita de Indenização da Transmissão	250.375		373.217		250.375		373.217	
Receita de Indenização de Geração	55.332		271.607		55.332		271.607	
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	4.628		(17.514)		(2.863)		(17.514)	
Outras receitas (despesas)	117		-		117		-	
	8.531.739		**9.350.455**		**7.700.292**		**8.605.499**	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.223.835)		(4.539.084)		(4.128.863)		(4.474.032)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(234.297)		(382.206)		(193.946)		(344.159)	
Serviços de Terceiros	(197.208)		(158.145)		(174.819)		(141.642)	
Materiais	(126.711)		(63.367)		(123.679)		(61.495)	
Concessão Onerosa	(2.681)		(3.087)		(2.681)		(3.087)	
Outros Custos Operacionais	(174.124)		(227.601)		(171.756)		(224.162)	
	(4.958.856)		**(5.373.490)**		**(4.795.744)**		**(5.248.577)**	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**3.572.883**		**3.976.965**		**2.904.548**		**3.356.922**	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(148.756)		(158.226)		(146.194)		(158.150)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**3.424.127**		**3.818.739**		**2.758.354**		**3.198.772**	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(352.389)		(519.024)		55.390		(125.276)	
Receitas Financeiras	1.163.788		216.535		1.145.218		190.608	
Remensuração da participação anterior em controladas adquiridas	79.693		-		79.693		-	
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	(127.427)		-		(127.427)		-	
	763.665		**(302.489)**		**1.152.874**		**65.332**	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**4.187.792**		**3.516.250**		**3.911.228**		**3.264.104**	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	**385.237**	**9,20**	**286.829**	**8,16**	**359.316**	**9,19**	**269.251**	**8,27**
Remuneração direta	245.702	5,87	245.639	6,98	219.754	5,62	229.125	7,04
Benefícios	105.971	2,53	(23.730)	(0,67)	105.981	2,71	(24.483)	(0,75)
FGTS	15.185	0,36	15.437	0,44	15.202	0,39	15.126	0,46
Programa de Desligamento Voluntário Programado	18.379	0,44	49.483	1,41	18.379	0,47	49.483	1,52
Impostos, Taxas e Contribuições	**1.647.142**	**39,33**	**1.614.926**	**45,93**	**1.399.035**	**35,77**	**1.381.330**	**42,31**
Federais	1.085.962	25,93	994.251	28,28	883.496	22,59	797.871	24,44
Estaduais	557.776	13,32	617.362	17,56	512.484	13,10	580.155	17,77
Municipais	3.404	0,08	3.313	0,09	3.055	0,08	3.304	0,10
Remuneração de Capitais de Terceiros	**1.564.630**	**37,36**	**1.186.036**	**33,73**	**1.562.094**	**39,94**	**1.185.064**	**36,30**
Juros	1.540.234	36,78	1.164.121	33,11	1.538.366	39,33	1.163.768	35,65
Aluguéis	24.396	0,58	21.915	0,62	23.728	0,61	21.296	0,65
Remuneração de Capitais Próprios	**590.783**	**14,11**	**428.459**	**12,18**	**590.783**	**15,11**	**428.459**	**13,12**
Juros Sobre Capital Próprio	50.000	1,19	-	-	50.000	1,28	-	-
Dividendos	252.892	6,04	214.230	6,09	252.892	6,47	214.230	6,56
Lucros Retidos	287.891	6,87	214.229	6,09	287.891	7,36	214.229	6,56
	4.187.792	**100,00**	**3.516.250**	**100,00**	**3.911.228**	**100,00**	**3.264.104**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia", " Cemig GT" ou "Cemig Geração e Transmissão") é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig"), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 64 usinas, sendo 60 usinas hidrelétricas, 2 eólicas, 1 termelétrica e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.555 MW (informações não auditadas pelos auditores independentes).

A Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas, Controladas em conjunto e Coligada, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais.

- Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia") (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

- Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca") (Controlada em conjunto) - Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais.

- Madeira Energia S.A. ("Madeira") (Coligada) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia.

- Lightger S.A. ("Light Ger") (Controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica , mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.

- Renova Energia S.A. ("Renova") (Controlada em conjunto) – Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

- Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE") (Controlada em conjunto) - A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais.

- Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte") (Controlada em conjunto) Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig GT, que detém 49,9% de participação, e a Vale S.A, que detém os 50,1% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9%, na participação da Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.

- Amazônia Energia Participações S.A ("Amazônia Energia") (Controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig GT, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.

- Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança") (Controlada em conjunto) - sociedade por ações de capital fechado, criada pela Cemig GT e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração, e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa, na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil,

Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Com esses ativos a controlada em conjunto tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica em operação de 1.170 MW (668 MW médios de capacidade física), entre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT, detêm 55% e 45% do capital total, respectivamente.

- Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("UHE Itaocara") – sociedade anônima, (controlada em conjunto) o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).

- Cemig Geração Três Marias S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW de potência instalada e 239 MW médios de garantia física.

- Cemig Geração Salto Grande S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de garantia física.

- Cemig Geração Camargos S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de garantia física.

- Cemig Geração Itutinga S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de garantia física.

- Cemig Geração Leste S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de garantia física.

- Cemig Geração Oeste S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de garantia física.

- Cemig Geração Sul S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig GT, tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de garantia física.

- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru") (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará.

- Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio") (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, em dezembro de 2018, foi concluída a operação de reestruturação societária do Grupo Cemig, com a transferência das seguintes subsidiárias integrais de geração e comercialização de energia elétrica da controladora Cemig para a Cemig GT:

- Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho.

- Horizontes Energia S.A. ("Horizontes") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina.

- Rosal Energia S.A. ("Rosal") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

- Cemig PCH S.A. ("PCH") (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim.

- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.

- Usina Termelétrica Barreiro S.A. ("UTE Barreiro") (controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais.

- Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (anteriormente denominada Central Termelétrica de Cogeração S.A.) (controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos.

- Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading") (controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.

Controlada e Controladas em Conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia") (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. As PCHs Senhora do Porto e Dores, mencionadas acima, entraram em operação em 2018 e a previsão para a entrada em operação das PCHs Fortuna e Jacaré é até o segundo trimestre de 2019.

- Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari") (Controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos.

Mais detalhes, ver nota explicativa nº 14.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo no valor de R$1.678 milhões (positivo de R$778 milhões em 31 de dezembro de 2017) e a controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo de R$1.792 milhões e (positivo de R$837 milhões em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, consolidados da Cemig GT totalizaram R$604 miilhões e R$7.595 milhões, respectivamente.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Mudanças no Estatuto Social da Companhia – aprimoramento da Governança Corporativa

Em 11 de junho de 2018, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou alterações no Estatuto Social da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 ("Lei das Estatais"). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- Redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;

- Criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal.

As alterações no estatuto não impactaram a política de dividendos da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de março de 2019, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos;
- Nota 12 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota 13 – Ativos de Contrato
- Nota 14 – Investimentos;
- Nota 15 – Imobilizados e vidas úteis de ativos;
- Nota 16 – Intangíveis e vidas úteis de ativos;
- Nota 21 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 22 – Provisões;

- Nota 24 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 28 – Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 15/ CPC 47 – Receita de Contratos com clientes

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida à medida em que uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A entidade deve reconhecer a receita somente quando for provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

A Companhia e suas controladas avaliaram os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método retrospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, e o impacto em função da adoção da norma refere-se à alteração na classificação dos ativos vinculados à infraestrutura de transmissão. Considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade das linhas de transmissão, os ativos vinculados à infraestrutura de transmissão, que até o exercício de 2017 eram reconhecidos como ativos

financeiros, passaram a ser reconhecidos a partir de 2018 como ativo de contrato. Mais detalhes na nota explicativa nº 13 – Ativos de Contrato.

Na tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 15/CPC 47 no balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorrendo impacto na demonstração do resultado do exercício na mesma data:

Balanço Patrimonial - Consolidado	2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste IFRS 15/CPC 47	2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47
Ativo circulante	**2.537.306**	**-**	**2.537.306**
Ativo financeiro da concessão	554.462	(130.951)	423.511
Ativos de contrato		130.951	130.951
Outros ativos circulantes	1.982.844	-	1.982.844
Ativo não circulante	**14.414.774**	**-**	**14.414.774**
Ativo financeiro da concessão	5.096.294	(998.359)	4.097.935
Ativos de contrato	-	998.359	998.359
Outros ativos não circulantes	9.318.480	-	9.318.480
Passivo circulante	**2.292.417**	**-**	**2.292.417**
Passivo não circulante	**9.679.527**	**-**	**9.679.527**
Patrimônio líquido	**4.980.136**	**-**	**4.980.136**

Balanço Patrimonial - Controladora	2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste IFRS 15/CPC 47	2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47
Ativo circulante	**1.894.128**	**-**	**1.894.128**
Ativo financeiro da concessão	311.946	(130.951)	180.995
Ativos de contrato	-	130.951	130.951
Outros ativos circulantes	1.582.182	-	1.582.182
Ativo não circulante	**14.677.633**	**-**	**14.677.633**
Ativo financeiro da concessão	2.929.880	(998.359)	1.931.521
Ativos de contrato	-	998.359	998.359
Outros ativos não circulantes	11.747.753	-	11.747.753
Passivo circulante	**2.109.977**	**-**	**2.109.977**
Passivo não circulante	**9.481.648**	**-**	**9.481.648**
Patrimônio líquido	**4.980.136**	**-**	**4.980.136**

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia e suas controladas passaram a reclassificá-las de acordo com a norma atual, conforme abaixo:

Consolidado	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (1)	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (2)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (2)	Mantidos para negociação	Valor justo resultado
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Adiantamentos a Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Vinculados a Litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Indenizações a Receber – Transmissão	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Indenizações a Receber – Geração	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros Créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Concessões a Pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Adiantamento de Clientes	Custo amortizado	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	Valor justo resultado	Valor justo resultado

(1) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos;
(2) A Companhia possui "títulos e valores mobiliários" com classificações distintas, de acordo com a IFRS 9/CPC 48.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas na realização dos créditos, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Este modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos de contrato.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. Essa alteração trazida pela norma não surtiu efeitos para a Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47/IFRS 15; (ii) Edição do CPC 48/IFRS 9; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10/IFRS 2; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28/IAS 40; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 – 2016.

Os impactos da adoção da IFRS 15/CPC 47 e IFRS 9/CPC 48 estão refletidos nos parágrafos acima. Com relação às alterações introduzidas por esses pronunciamentos no IFRIC 12/ICPC 01 (R1), destacamos abaixo os reflexos no reconhecimento dos ativos das controladas de transmissão.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos decorrentes das alterações nos demais pronunciamentos.

• ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão

As alterações introduzidas pela IFRS 15/CPC 47 e IFRS9/CPC 48 impactaram o segmento de transmissão na classificação e mensuração de seus ativos, já que estão sob o alcance da IFRIC 12/ICPC 01. Conforme requerido no pronunciamento, a alocação de preço é exigida para cada tipo de obrigação de performance identificada no contrato com o cliente, devendo ainda classificar o ativo financeiro entre custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia, no segmento de transmissão, concluiu que possui um único contrato com cliente (concessão da linha de transmissão) com as seguintes obrigações de desempenho identificadas: (i) construir; (ii) operar e manter; e (iii) financiar o poder concedente. Desta forma, com base nas características contratuais, a Companhia classificou o ativo como contratual uma vez que, para sua realização, os fluxos financeiros são influenciados por fatores de desempenho operacional bem como de condições futuras decorrentes de procedimentos de revisões tarifárias periódicas, não sendo estes ativos recebíveis apenas pela passagem do tempo, condição precedente para classificação sua classificação como ativo financeiro de acordo com a IFRS 9/CPC 48.

Por se tratar de contratos com clientes de longo prazo, a Companhia identificou que existe componente de financiamento significativo que é considerado para o cálculo do financiamento ao Poder Concedente, conforme mencionado acima.

Os impactos relativos à mensuração dos ativos de contrato estão descritos na nota explicativa nº 13.

2.6 Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto do arrendamento durante o prazo de sua vigência (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e pretende adotar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16, não reapresentará as informações e saldos em base comparativa.

Durante 2018, a Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação detalhada do impacto do IFRS 16/CPC 06 (R2), com base nos seguintes contratos afetados:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

Impacto sobre o balanço patrimonial:

Controladora e Consolidado	01/01/2019
Ativo - Direito de uso	59.546
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	59.546

IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia e suas controladas adotarão a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia e suas controladas ainda estão avaliando os potenciais efeitos da aplicação dessa nova Interpretação sobre os valores e divulgações apresentados em suas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas analisaram as demais normas alteradas e interpretações não vigentes e concluiu que as mesmas não deverão ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e suas controladas que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários, os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *Swap*) são mantidos para regular

as exposições da Companhia a riscos de variação de moeda estrangeira. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda) – as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec ("PUT SAAG") foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM), tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 2018.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com Consumidores, Revendedores, Concessionários de Transporte de Energia, adiantamentos a fornecedores, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento, os ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga, indenizações a receber dos ativos de transmissão, valores a receber de partes relacionadas, empréstimos financiamentos, debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), fornecedores, concessões a pagar, adiantamento de clientes, e outros créditos.

b) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) consumidores com valores significativos em aberto, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora

e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo.

Os investimentos da Companhia incluem o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada identificado no processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

d) Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a Companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecido no investimento como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, e (ii) ágio, quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e, esta diferença representa a expectativa de geração de valor futura. O ágio decorrente da combinação de negócios é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio (goodwill). O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento.

e) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de transmissão – Os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos de contrato a partir de 1º de janeiro de 2018, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade das linhas de transmissão. Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseada no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida ("RAP"), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao lucro líquido do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo de contrato.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo de contrato.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, parte dos ativos de transmissão das concessões é objeto de indenização pelo Poder Concedente, tendo sido baixada em 31 de dezembro de 2012, com o reconhecimento de um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida no período de 8 anos. Mais informações na nota explicativa nº 13 – Ativos de Contrato.

Atividade de geração – Para as usinas cuja concessão foi obtida através de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

f) Ativos Intangíveis

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

g) Imobilizado

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas estão demonstradas na nota explicativa nº 15.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados

como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento da baixa do ativo.

h) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

i) Benefícios a Empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes.

Benefícios de curto prazo a empregados – A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.
Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k) Receita Operacional
De forma geral, para os negócios da Companhia e suas controladas no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A entidade reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as

receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

l) Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

m) Informação por Segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.
Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o exercício para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível e Imobilizado.

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial, respectivamente, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As seguintes sociedades são consideradas controladas e estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Sociedades Controladas	2018	2017
	Participação Direta (%)	Participação Direta (%)
Cemig Baguari Energia S.A.	100,00	100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	100,00	100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	100,00	100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	100,00	100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	100,00	100,00
Cemig Geração Sul S.A.	100,00	100,00
Cemig Geração Leste S.A.	100,00	100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	100,00	100,00
Sá Carvalho S.A. (1)	100,00	-
Horizontes Energia S.A. (1)	100,00	-
Rosal Energia S.A. (1)	100,00	-
Cemig PCH S.A. (1)	100,00	-
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (1)	100,00	-
Usina Termelétrica do Barreiro S.A. (1)	100,00	-
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (1)	100,00	-
Cemig Trading S.A. (1)	100,00	-
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (2)	100,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A. (2)	100,00	49,00

(1) Em 30 de novembro de 2018, a Cemig, controladora da Companhia, concluiu a transação de reestruturação societária em que transferiu para a Companhia as suas subsidiárias integrais Rosal Energia, Sá Carvalho, Horizontes Energia, Cemig PCH, UTE Barreiro, Empresa de Comercialização de Energia Elétrica, Cemig Comercializadora de Energia Incentivada e Cemig Trading. Mais detalhes na nota explicativa no 14.

(2) Aquisições decorrentes do descruzamento de ativos entre a Companhia e a Energimp. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig GT, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à ANEEL, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão	Contrato de concessão	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1) Salto Voltão (1) Salto Paraopeba (1) Salto do Passo Velho (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	07/2025 10/2030 10/2030 10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (4)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	Cemig GT	79/2000	10/2030

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

(2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo a mesma classificada como ativo financeiro da concessão.

(3) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

(4) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, até o exercício de 2017, estavam dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, dentro do modelo de ativo financeiro. Entretanto, considerando a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2018, do CPC.47, com a análise das obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica, esses ativos passaram a ser classificados como ativos de contrato.

Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia e suas controladas vendem energia elétrica através de leilões para as distribuidoras atenderem às demandas de seu mercado cativo e vende energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). No ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCH"), auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as concessões de transmissão, a parcela dos ativos que não será amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo de Contrato, considerado a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade das linhas de transmissão.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Valor Nominal em 2018	Valor Presente em 2018	Período de Vigência da concessão	Índice de Atualização
Irapé	100,00	32.964	14.707	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	82,50	8.229	4.027	01/2004 a 12/2032	IGPM
PCH Salto Morais	100,00	-	-	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras	100,00	-	-	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (*)	100,00	-	-	06/2013 a 08/2025	IPCA

(*)Diversas PCH's, com potência instalada inferior a 50 MW.: Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de

custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2018, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Parcelas Pagas em 2018	Valor Nominal das parcelas a serem pagas em 12 meses	Valor Presente das parcelas a serem pagas em 12 meses
Irapé	1.762	2.019	1.902
Queimado (Consórcio)	501	588	554
PCH Salto Morais	12	-	-
PCH Rio de Pedras	35	-	-
Diversas PCH's (*)	171	-	-

(*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão.

A taxa utilizada pela Companhia e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%,, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração e comercialização.

As informações por segmento referentes aos exercícios de 2018 e 2017 estão apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2018			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
ATIVO	**14.191.814**	**2.699.359**	**60.907**	**16.952.080**
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	**4.205.308**	**-**	**-**	**4.205.308**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**542.243**	**-**	**-**	**542.243**
ADIÇÕES AO ATIVO DE CONTRATO	**-**	**95.712**	**-**	**95.712**
	-		-	
RECEITA LÍQUIDA	**6.188.724**	**675.656**	**9.857**	**6.874.237**
	-	-	-	-
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	-	-	-	-
Energia de Uso da Rede Básica de Transmissão	(3.853.066)	-	-	(3.853.066)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(213.698)	-	-	(213.698)
	(4.066.764)	**-**	**-**	**(4.066.764)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			-	-
Pessoal	(223.908)	(108.125)	(86)	(332.119)
Participação dos Empregados no Resultado	(10.166)	(6.651)	-	(16.817)
Obrigações Pós Emprego	(45.619)	(26.716)	-	(72.335)
Materiais	(38.043)	(5.059)	-	(43.102)
Serviços de Terceiros	(107.753)	(40.338)	(17)	(148.108)
Depreciação e Amortização	(148.756)	-	-	(148.756)
Provisões	(105.916)	(11.526)	-	(117.442)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(95.712)	-	(95.712)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(63.755)	(16.906)	(4)	(80.665)
	(743.916)	**(311.033)**	**(107)**	**(1.055.056)**
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	**(4.810.680)**	**(311.033)**	**(107)**	**(5.121.820)**
	-	-	-	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(352.389)	-	-	(352.389)
Resultado com Combinações de Negócios	79.693	-	-	79.693
Ajuste referente à desvalorização em Investimento	(127.427)	-		(127.427)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	**977.921**	**364.623**	**9.750**	**1.352.294**
Receitas Financeiras	1.102.622	60.959	207	1.163.788
Despesas Financeiras	(1.535.727)	(4.507)	-	(1.540.234)
Resultado antes do IR e CSLL	**544.816**	**421.075**	**9.957**	**975.848**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(261.780)	(122.073)	(1.212)	(385.065)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**283.036**	**299.002**	**8.745**	**590.783**

(1) Novo segmento operacional apresentado em função da aquisição de controlodas no processo de reestruturação societária do Grupo Cemig, conforme mencionado na nota explicativa nº 14.

A composição da Receita da Companhia e suas controladas segregada por atividade em 2018 é conforme segue:

	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	6.858.482	-	-	6.858.482
Receita de Transmissão – com impostos	-	589.055	-	589.055
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga	321.425	-	-	321.425
Receita de Construção	-	95.712	-	95.712
Transações com energia na CCEE	185.469	-	-	185.469
Receita de Indenização da Transmissão	-	250.375	-	250.375
Receita de Indenização da Geração	55.332	-	-	55.332
Outras receitas operacionais	89.554	28.275	10.548	128.377
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(1.321.538)	(287.761)	(691)	(1.609.990)
Receita Operacional Líquida	**6.188.724**	**675.656**	**9.857**	**6.874.237**

Mais detalhes sobre as receitas operacionais, ver nota explicativa nº 24.

DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2017		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	**13.877.753**	**2.832.875**	**16.710.628**
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	**4.723.336**	**-**	**4.723.336**
ADIÇÕES AO SEGMENTO	**288.680**	**-**	**288.680**
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	**-**	**24.827**	**24.827**
RECEITA LÍQUIDA	**7.009.781**	**776.960**	**7.786.741**
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.169.830)	-	(4.169.830)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(350.191)	-	(350.191)
	(4.520.021)	**-**	**(4.520.021)**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			-
Pessoal	(276.863)	(106.285)	(383.148)
Participação dos Empregados no Resultado	(925)	(59)	(984)
Obrigações Pós Emprego (recuperação de despesas)	39.235	19.316	58.551
Materiais	(20.641)	(3.595)	(24.236)
Serviços de Terceiros	(111.292)	(31.471)	(142.763)
Depreciação e Amortização	(158.226)	-	(158.226)
Provisões	(139.528)	(10.076)	(149.604)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(24.827)	(24.827)
Outros Custos e Despesas Operacionais, líquidos	(115.661)	(10.712)	(126.373)
	(783.901)	**(167.709)**	**(951.610)**
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	**(5.303.922)**	**(167.709)**	**(5.471.631)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(519.024)	-	(519.024)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	**1.186.835**	**609.251**	**1.796.086**
Receitas Financeiras	207.567	8.968	216.535
Despesas Financeiras	(1.160.678)	(3.443)	(1.164.121)
Resultado antes do IR e CSLL	**233.724**	**614.776**	**848.500**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(231.210)	(188.831)	(420.041)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**2.514**	**425.945**	**428.459**

A composição da Receita da Companhia e suas controladas segregada por atividade em 2017 é conforme segue:

	Geração	Transmissão	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	7.135.743	-	7.135.743
Receita de Transmissão – com impostos	-	519.184	519.184
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga	316.881	-	316.881
Receita de Construção	-	24.827	24.827
Transações com energia na CCEE	651.132	-	651.132
Receita de Indenização da Transmissão	-	373.217	373.217
Receita de Indenização da Geração	271.607	-	271.607
Outras receitas operacionais	19.100	26.837	45.937
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(1.384.682)	(167.105)	(1.551.787)
Receita Operacional Líquida	**7.009.781**	**776.960**	**7.786.741**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Contas Bancárias	4.135	4.700	3.583	2.077
Aplicações Financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários	246.691	282.675	219.204	274.542
Overnight	50.870	111.657	4.043	85.243
Outros	-	4.307	-	4.307
	297.561	**398.639**	**223.247**	**364.092**
	301.696	**403.339**	**226.830**	**366.169**

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 75% a 106% conforme operação (85% a 106% em 2017).

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% (6,89% em 2017) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa n° 28.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Certificados de depósitos bancários	-	1.214	-	927
Letras Financeiras – Bancos	118.374	149.459	9.409	114.102
Letras Financeiras do Tesouro	56.572	364.561	4.496	278.319
Debêntures	8.338	20.334	663	15.524
Outros	62	54	63	53
	183.346	**535.622**	**14.631**	**408.925**
Ativo Circulante	**161.848**	**520.963**	**12.922**	**397.734**
Ativo Não Circulante	**21.498**	**14.659**	**1.709**	**11.191**

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 111,25% do CDI (102,10% a 112% em 2017).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de

remuneração que variam entre 104,25% a 151% do CDI (104,25% a 161,54% do CDI em 2017).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 27.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos 91 até 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	Consolidado	
	Faturado	Não Faturado				2018	2017
Industrial	6.739	242.735	28.903	22.885	39.750	341.012	331.437
Comércio, Serviços e Outras	11.243	55.687	735	-	10	67.675	38.589
Produtor rural	-	-	45	-	-	45	-
Suprimento a Outras Concessionárias	-	294.592	36.324	2.250	1.763	334.929	308.589
Concessionários – Transp. de Energia	3.293	62.369	638	294	4.570	71.164	89.153
Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	305	787	157.707	-	6.921	165.720	193.495
Perdas estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(24.486)	(24.486)	(21.623)
	21.580	**656.170**	**224.352**	**25.429**	**28.528**	**956.059**	**939.640**
Ativo Circulante						**951.039**	**939.640**
Consumidores e Revendedores						**879.875**	**850.487**
Concessionários – Transp. Energia						**71.164**	**89.153**
Ativo Não Circulante						**5.020**	**-**
Consumidores e Revendedores						**5.020**	**-**

(1) As transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 27.

	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos 91 até 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias	Controladora	
	Faturado	Não Faturado				2018	2017
Industrial	6.739	218.313	1.181	7.142	18.246	251.621	286.360
Comércio, Serviços e Outras	11.243	55.687	735	-	10	67.675	38.589
Produtor rural	-	-	45	-	-	45	-
Suprimento a Outras Concessionárias	-	247.796	33.780	1.596	1.763	284.935	273.526
Concessionários – Transp. de Energia	3.365	62.369	638	294	4.570	71.236	89.249
Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	304	-	155.917	-	-	156.221	186.335
Perdas estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	**(24.486)**	(24.486)	(21.623)
	21.651	**584.165**	**192.296**	**9.032**	**103**	**807.247**	**852.436**
Ativo Circulante						**802.227**	**852.436**
Consumidores e Revendedores						**730.991**	**763.187**
Concessionários – Transp. Energia						**71.236**	**89.249**
Ativo Não Circulante						**5.020**	**-**
Consumidores e Revendedores						**5.020**	**-**

A exposição da Companhia e de suas controladas a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 28.

O ajuste para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**4.109**	**4.109**
Constituição de provisão, líquida	17.514	17.514
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**21.623**	**21.623**
Saldo oriundo de Reorganização societária	17.570	-
Baixas	(10.079)	-
Constituição de provisão, líquida (nota 28c)	(4.628)	2.863
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**24.486**	**24.486**

Adiantamento de Clientes

A Companhia recebeu de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**181.200**
Adição	282.602
Baixa	(317.557)
Atualização Financeira	44.513
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**190.758**
Baixa	(158.893)
Atualização Financeira	8.402
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**40.267**

Os adiantamentos serão atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Companhia, nas condições a seguir:

2018					
Contraparte	Período previsto para faturamento da energia	Índice de atualização dos valores antecipados	Quantidade de MWh a entregar	Saldos em 2018	Saldos em 2017
BTG Pactual	-	1,2 a 1,57% a.m.	-	-	42.920
Deal Comercializadora	-	1,2% a.m.	-	-	772
White Martins Gases Industriais Ltda	janeiro a março de 2019	124% do CDI	71.574	40.267	147.066
				40.267	**190.758**

A receita de venda de energia antecipada é reconhecida no resultado apenas quando ocorre a sua efetiva entrega, pois se entende que as obrigações de desempenho foram cumpridas.

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
ICMS a Recuperar	24.300	6.644	18.385	5.868
COFINS	5.316	2.400	4.161	2.400
PASEP	1.018	488	773	488
INSS	14.662	13.690	14.662	13.690
Outros	3.209	7.618	3.185	7.618
	48.505	**30.840**	**41.166**	**30.064**
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	17.068	7.731	17.068	7.731
COFINS	-	451	-	451
PASEP	-	90	-	90
Outros	757	-	-	-
	17.825	**8.272**	**17.068**	**8.272**
	66.330	**39.112**	**58.234**	**38.336**

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2019.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Imposto de renda	90.679	85.093	88.599	85.093
Contribuição social	68.481	53.342	68.139	53.342
	159.160	**138.435**	**156.738**	**138.435**
Não Circulante				
Imposto de renda	2.499	-	-	-
Contribuição social	616	-	-	-
	3.115	**-**	**-**	**-**

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no ativo não circulante são decorrentes das retenções na fonte sobre a energia vendida no âmbito do Proinfa por empresas optantes pelo lucro presumido, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas empresas controladas sujeitas ao

lucro real que optaram pelo recolhimento mensal por estimativa sobre a receita, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Imposto de renda	83.207	73.449	-	-
Contribuição social	28.850	26.383	-	-
	112.057	**99.832**	**-**	**-**

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cemig GT e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais/ base negativa e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
ATIVO				
Obrigações Pós-Emprego	316.092	252.231	316.092	252.231
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	8.326	7.352	8.326	7.352
Provisões para contingências	33.532	32.740	33.250	32.740
Provisão PUT SAAG	142.510	105.942	142.510	105.942
Provisão para perdas em investimentos	273.558	244.774	273.558	244.774
Outras provisões	23.130	15.588	23.130	15.588
Concessão Onerosa	7.683	8.227	7.683	8.227
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	-	11.037	-	11.037
Outros	6.534	2.235	6.262	2.235
	811.365	**680.126**	**810.811**	**680.126**
PASSIVO				
Custo Atribuído	(239.092)	(236.262)	(218.534)	(236.262)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa dos ativos da concessão	(552.327)	(675.533)	(552.327)	(675.533)
Valor justo de Participações Societárias	(155.457)	(136.967)	(155.457)	(136.967)
Atualização de Depósitos Judiciais	(29.708)	(28.007)	(28.752)	(28.007)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	(276.534)	-	(276.534)	-
Outros	(19.978)	(19.803)	(15.278)	(19.662)
	(1.273.096)	**(1.096.572)**	**(1.246.882)**	**(1.096.431)**
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	**(461.731)**	**(416.446)**	**(436.071)**	**(416.305)**

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(286.174)**	**(285.529)**
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	35.927	35.927
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	(166.199)	(166.703)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(416.446)**	**(416.305)**
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	(72.062)	(72.097)
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos (Nota 21)	52.331	52.331
Saldo de tributos diferidos oriundos de combinação de negócios (Nota 14)	(3.300)	-
Saldo de tributos diferidos oriundos de reorganização societária (Nota 14)	(22.254)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(461.731)**	**(436.071)**

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2019, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, referente

à projeção de lucros tributáveis futuros da Companhia. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 28 de março de 2019.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2018, conforme abaixo

2019	134.609
2020	128.646
2021	128.646
2022	128.646
2023	128.646
2024	32.435
2025	32.435
2026	32.435
2027	32.435
2028	32.432
	811.365

d) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Resultado Antes dos Impostos	**975.848**	**848.500**	**843.158**	**717.236**
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal (34%)	(331.788)	(288.489)	(286.674)	(243.860)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Juros sobre o Capital Próprio	17.000		17.000	
Incentivos Fiscais	7.070	8.086	5.826	5.284
Resultado de Equivalência Patrimonial	(125.748)	(190.089)	12.897	(56.215)
Ganho na Diluição de Participação Societária	-	7.686	-	7.686
Multas Indedutíveis	(641)	(408)	(641)	(403)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.797)	(1.882)	(1.447)	(1.108)
Diferença de Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	49.995	45.063	-	-
Provisão para perdas com investimentos	(4.238)	-	(4.238)	-
Outros	5.082	(8)	4.902	(161)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	**(385.065)**	**(420.041)**	**(252.375)**	**(288.777)**
Imposto Corrente	(313.003)	(253.842)	(180.278)	(122.074)
Imposto Diferido	(72.062)	(166.199)	(72.097)	(166.703)
	(385.065)	**(420.041)**	**(252.375)**	**(288.777)**
Alíquota Efetiva	**39,46%**	**49,50%**	**29,93%**	**40,26%**

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas	30.183	29.676	29.649	29.676
Fiscais				
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	16.791	14.908	15.475	14.908
PASEP/COFINS	201.211	183.606	189.922	183.606
IR/INSS - Indenização do Anuênio (1)	64.786	63.027	64.786	63.027
IPTU	10.364	6.497	10.364	6.497
CSLL (2)	18.062	-	18.062	-
Outros	1.496	4.186	1.496	4.186
	312.710	**272.224**	**300.105**	**272.224**
Outros				
Bloqueio Judicial	763	521	731	521
Regulatórios	3.537	3.308	3.537	3.308
Outros	27.181	4.265	4.757	4.265
	31.481	**8.094**	**9.025**	**8.094**
	374.374	**309.994**	**338.779**	**309.994**

(1) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Indenização do Anuênio).
(2) Depósito judicial relativo ao processo que discute a autuação referente à tributação de CSLL dos valores das doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, das despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

(a) Inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS

Refere-se aos depósitos relacionados ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia reverteu a provisão no montante de R$101.233, com efeito no lucro líquido do exercício de 2017, registrada como reversão de deduções à receita, no 4º trimestre daquele ano, remanescendo um depósito judicial no montante de R$201.211 em 31 de dezembro de 2018 (R$183.606 em 31 de dezembro de 2017).

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Transmissão - Indenização a receber (1)	1.296.314	1.928.038	1.296.314	1.928.038
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa (1)	-	547.800	-	547.800
Geração – Indenização a receber	816.202	1.900.757	816.202	1.900.757
Geração – Bonificação de outorga	2.408.930	2.337.135	-	-
	4.521.446	**6.713.730**	**2.112.516**	**4.376.595**
Circulante	**423.511**	**689.353**	**180.995**	**456.101**
Não Circulante	**4.097.935**	**6.024.377**	**1.931.521**	**3.920.494**

(1) Parte dos ativos vinculados à infraestrutura de transmissão passaram a ser reconhecidos a partir de 2018 como ativos de contrato, conforme requerido pela IFRS 15/ CPC 47. Mais detalhes na nota explicativa nº 13 – Ativos de Contrato.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**2.800.389**	**2.287.511**	**5.087.900**	**546.624**	**2.287.511**	**2.834.135**
Adição	-	24.827	24.827	-	24.827	24.827
Atualização Financeira	316.881	223.962	540.843	-	223.962	223.962
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa	-	54.358	54.358	-	54.358	54.358
Recebimentos	(233.511)	(264.164)	(497.675)	-	(264.164)	(264.164)
Baixas	-	(1.741)	(1.741)	-	(1.741)	(1.741)
Transferências entre Imobilizado/Ativo Financeiro/Intangível	-	1.830	1.830	-	1.830	1.830
Transferência do imobilizado das Usinas não renovadas (Volta Grande, Miranda e São Simão)	1.082.526	-	1.082.526	1.082.526	-	1.082.526
Ajuste da BRR dos ativos de transmissão	-	149.255	149.255	-	149.255	149.255
Ajuste Indenização Usinas não renovadas (Portaria 291) – incluindo atualização financeira	271.607	-	271.607	271.607	-	271.607
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**4.237.892**	**2.475.838**	**6.713.730**	**1.900.757**	**2.475.838**	**4.376.595**
Efeitos da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 (1)	-	(1.092.271)	(1.092.271)	-	(1.092.271)	(1.092.271)
Atualização Financeira	376.757	161.954	538.711	55.332	161.954	217.286
Recebimentos	(1.388.985)	(249.207)	(1.638.192)	(1.139.355)	(249.207)	(1.388.562)
Transferências Imobilizado	(532)	-	(532)	(532)	-	(532)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**3.225.132**	**1.296.314**	**4.521.446**	**816.202**	**1.296.314**	**2.112.516**

(1) Maiores detalhes vide nota explicativa nº 13.

Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.
Em 22 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da

indenização. A Portaria determinou, ainda, que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas ("RAP").

Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 31 de dezembro de 2018, no montante de R$1.296.314 (R$1.928.038 em 31 de dezembro de 2017) é classificado como ativo financeiro, mensurado pelo método do custo amortizado, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R$936.945 (R$992.802 em 31 de dezembro de 2017) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP, desde julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silicio Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R$359.369 em 31 de dezembro de 2018 (R$316.138 em 31 de dezembro de 2017), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 31 de dezembro de 2018.

Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017

A Aneel julgou devido o pleito da Companhia relativo à inclusão de alguns cabos condutores no cálculo tarifário e apurou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias de 23 de junho de 2009 e 8 de junho de 2010. Os novos valores calculados dos referidos condutores na Base de Remuneração de Ativos para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 foram atualizados, tendo sido apurado o valor total de R$149.255, a preços de julho de 2017, recebido pela Cemig GT em doze meses via RAP até junho de 2018.

Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído ("*Deemed Cost*"), estão reconhecidos no Ativo Financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e montam R$816.202 em 31 de dezembro de 2018 (R$816.411 em 31 de dezembro de 2017).

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguara	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	**203.545**	**816.202**

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2018, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguara, São Simão e Miranda, nos valores de R$174.203, R$2.711 e R$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

Usinas de Miranda e São Simão – projetos básicos

A Companhia recebeu em 31 de agosto de 2018 a indenização referente aos projetos básicos das Usinas São Simão e Miranda, no montante de R$1.139.355, conforme previsto na Portaria MME nº 291/17. Os valores indenizados foram atualizados monetariamente pela variação da SELIC até a data do recebimento.

Usinas	Miranda	São Simão	Total
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico com base no Custo Atribuído em 31/12/2017	**609.995**	**202.744**	**812.739**
Ajuste conforme Portaria MME 291/17	174.157	40.855	215.012
Valores Portaria MME	**784.152**	**243.599**	**1.027.751**
Atualização	25.373	31.222	56.595
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 31/12/17	**809.525**	**274.821**	**1.084.346**
Atualização (1)	42.118	12.891	55.009
Recebimentos	**(851.643)**	**(287.712)**	**(1.139.355)**
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 31/12/18	**-**	**-**	**-**

(1) Atualização líquida de transferências de R$323.

Bonificação pela outorga – Concessões de geração

A bonificação pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	173.892	(134.126)	1.369.900
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	54.816	(42.299)	429.910
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	22.990	(17.983)	160.601
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	17.129	(13.387)	120.452
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	23.884	(18.837)	157.217
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	17.867	(14.303)	106.697
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	10.847	(8.695)	64.153
Total		**2.337.135**	**321.425**	**(249.630)**	**2.408.930**

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.283.197	172.402	(125.465)	1.330.134
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	402.639	54.322	(39.568)	417.393
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	149.904	22.512	(16.822)	155.594
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	112.447	16.786	(12.523)	116.710
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	146.553	23.237	(17.620)	152.170
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	99.315	17.198	(13.380)	103.133
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.710	10.424	(8.133)	62.001
Total		**2.253.765**	**316.881**	**(233.511)**	**2.337.135**

A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

13. ATIVOS DE CONTRATO

De acordo com a IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com o cliente, os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos contratuais a partir de 1º de janeiro de 2018, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade das linhas de transmissão, como segue:

Saldo remanescente a ser recebido através da RAP

O saldo remanescente da indenização de transmissão em função da adesão aos termos da Lei 12.783/13 no montante de R$492.405 em 31 de dezembro de 2018 (R$544.471 em 31 de dezembro de 2017, antes classificado como ativo financeiro) foi incorporado à Base de remuneração de ativos e está sendo recuperado via RAP.

Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a receber é de R$636.905 (R$547.800 em 31 de dezembro de 2017, antes classificado como ativo financeiro).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passou a ser registrada como um ativo de contrato, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho.

Os saldos dos ativos de contrato são como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Transmissão – ativos de indenização incorporados a base de remuneração de ativos	492.405	-	492.405	-
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	636.905	-	636.905	-
	1.129.310	**-**	**1.129.310**	**-**
Circulante	**130.951**	**-**	**130.951**	**-**
Não Circulante	**998.359**	**-**	**998.359**	**-**

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Efeitos da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15	1.092.271
Adições	95.712
Atualização financeira	88.421
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	12.934
Recebimentos	(161.527)
Transferências para o Imobilizado	1.499
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.129.310**

14. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Coligadas				
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	270.090	534.761	270.090	534.761
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	470.022	582.504	470.022	582.504
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	57.957	49.213	57.957
Guanhães Energia	111.838	25.018	111.838	25.018
Hidrelétrica Pipoca	30.629	26.023	30.629	26.023
Lightger	42.191	40.832	42.191	40.832
Baguari Energia	162.224	148.422	162.224	148.422
Aliança Norte (usina Belo Monte)	663.755	576.704	663.755	576.704
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.012.636	866.554	1.012.636	866.554
Aliança Geração	1.216.860	1.242.170	1.216.860	1.242.170
Retiro Baixo	170.720	157.773	170.720	157.773
Renova	-	282.524	-	282.524
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	3.699	5.130	3.699
Central Eólica Praias Parajuru (1)	-	60.101	-	60.101
Central Eólica Volta do Rio (1)	-	67.725	-	67.725
Central Eólica Praias de Morgado (1)	-	50.569	-	50.569
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	36	23
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.395.614	1.391.822
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	440.083	440.122
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	178.544	171.279
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	131.570	130.426
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	176.424	167.571
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	120.686	115.885
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	69.898	69.398
Rosal Energia S.A. (2)	-	-	124.898	-
Sá Carvalho S.A. (1)	-	-	94.447	-
Horizontes Energia S.A. (2)	-	-	54.953	-
Cemig PCH S.A. (2)	-	-	92.987	-
Usina Termelétrica do Barreiro S.A. (2)	-	-	18.406	-
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (2)	-	-	26.755	-
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (2)	-	-	2.841	-
Cemig Trading S.A. (1)	-	-	28.135	-
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (1)	-	-	145.880	-
Central Eólica Volta do Rio S.A. (1)	-	-	180.976	-
Total do Investimento	**4.205.308**	**4.723.336**	**7.488.441**	**7.209.862**

(1) Movimentações decorrentes do descruzamento de ativos entre a Companhia e a Energimp. Detalhamento da operação no tópico "Descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp – Aquisição de controle" desta nota.

(2) Em 30 de novembro de 2018, a Cemig, controladora da Companhia, concluiu a transação de reestruturação societária em que transferiu para a Companhia as suas subsidiárias integrais Rosal Energia, Sá Carvalho, Horizontes Energia, Cemig PCH, UTE Barreiro, Empresa de Comercialização de Energia Elétrica, Cemig Comercializadora de Energia Incentivada e Cemig Trading.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto e à participação na usina de Santo Antônio.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado 2016	Amortização	Baixa	Controladora e Consolidado 2017	Adição	Amortização	Baixa	Controladora e Consolidado 2018
Retiro Baixo	29.525	(1.181)	-	28.344	5.691	(2.069)	-	31.966
Central Eólica Praias de Parajuru (1)	19.341	(1.527)	(1.311)	16.503	51.198	(1.415)	-	66.286
Central Eólica Volta do Rio (1)	13.807	(1.010)	(1.762)	11.035	85.655	(871)	-	95.819
Central Eólica Praias de Morgado (1)	27.406	(2.055)	(1.395)	23.956	-	(1.943)	(22.013)	-
Madeira Energia (2) (Usina Santo Antônio)	157.340	(5.956)	-	151.384	-	(5.957)	(127.427)	18.000
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	56.518	(1.972)	-	54.546	-	(1.971)	-	52.575
	303.937	**(13.701)**	**(4.468)**	**285.768**	**142.544**	**(14.226)**	**(149.440)**	**264.646**

(1) Movimentações decorrentes do descruzamento de ativos entre a Companhia e a Energimp. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Detalhamento da operação no tópico "Descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp – Aquisição de controle" desta nota.

(2) Em virtude de resultado de análise dos indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reconheceu provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Madeira Energia (Usina Santo Antônio), de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido dessa investida em 31/12/2018.

b) A movimentação dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Consolidado	2017	Equivalência Patrimonial	Aportes	Aquisições	Dividendos	Baixas	Outros	2018
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	10.065	-	-	(18.809)		-	49.213
Guanhães Energia	25.018	26.968	59.852	-	-		-	111.838
Hidrelétrica Pipoca	26.023	6.886	-	-	(2.280)		-	30.629
Madeira Energia (usina Santo Antônio) (1)	534.761	(162.564)	25.320	-	-		(127.427)	270.090
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	582.504	(138.634)	26.152	-	-		-	470.022
Baguari Energia	148.422	28.411	-	-	(14.609)		-	162.224
Central Eólica Praias Parajuru (2)	60.101	(6.011)	-	95.228	-	(3.438)	(145.880)	-
Central Eólica Volta do Rio (2)	67.725	(15.835)	-	151.162	-	(22.076)	(180.976)	-
Central Eólica Praias de Morgado (2)	50.569	(15.455)	-	-	-	(11.822)	(23.292)	-
Lightger	40.832	3.138	-	-	(1.779)		-	42.191
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	866.554	76.925	69.157	-	-		-	1.012.636
Aliança Norte (usina Belo Monte)	576.704	44.483	42.568	-	-		-	663.755
Aliança Geração	1.242.170	65.354	-	-	(90.664)		-	1.216.860
Retiro Baixo	157.773	10.394	5.691	-	(3.138)		-	170.720
Renova	282.524	(282.524)	-	-	-		-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.990)	5.421	-	-		-	5.130
Total do Investimento	**4.723.336**	**(352.389)**	**234.161**	**246.390**	**(131.279)**	**(37.336)**	**(477.575)**	**4.205.308**

(1) Em virtude de resultado de análise dos indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reconheceu provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Madeira Energia (Usina Santo Antônio), de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido desssa investida em 31/12/2018;

(2) Movimentações decorrentes do descruzamento de ativos entre a Companhia e a Energimp. Detalhamento da operação no tópico "Descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp – Aquisição de controle" desta nota;

Controladora	2017	Equivalência	Aportes	Aquisições	Baixas	Dividendos	Outros	2018

		Patrimonial						
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	10.065	-	-	-	(18.809)	-	49.213
Guanhães Energia	25.018	26.968	59.852	-	-	-	-	111.838
Hidrelétrica Pipoca	26.023	6.886	-	-	-	(2.280)	-	30.629
Madeira Energia (usina de Santo Antônio) (1)	534.761	(162.564)	25.320	-	-	-	(127.427)	270.090
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	582.504	(138.634)	26.152	-	-	-	-	470.022
Baguari Energia	148.422	28.411	-	-	-	(14.609)	-	162.224
Central Eólica Praias Parajuru (2)	60.101	(6.011)	-	95.228	(3.438)	-	-	145.880
Central Eólica Volta do Rio (2)	67.725	(15.835)	-	151.162	(22.076)	-	-	180.976
Central Eólica Praias de Morgado (2)	50.569	(15.455)	-	-	(11.822)	-	(23.292)	-
Lightger	40.832	3.138	-	-	-	(1.779)	-	42.191
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	866.554	76.925	69.157	-	-	-	-	1.012.636
Aliança Norte (usina Belo Monte)	576.704	44.483	42.568	-	-	-	-	663.755
Aliança Geração	1.242.170	65.354	-	-	-	(90.664)	-	1.216.860
Retiro Baixo	157.773	10.394	5.691	-	-	(3.138)	-	170.720
Renova	282.524	(282.524)	-	-	-	-	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.990)	5.421	-	-	-	-	5.130
Cemig Baguari	23	(27)	40	-	-	-	-	36
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.391.822	173.993	-	-	-	(170.201)	-	1.395.614
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.122	61.166	-	-	-	(61.205)	-	440.083
Cemig Ger. Itutinga S.A.	171.279	36.464	-	-	-	(29.198)	-	178.545
Cemig Geração Camargos S.A.	130.426	30.830	-	-	-	(29.686)	-	131.570
Cemig Geração Sul S.A.	167.571	37.399	-	-	-	(28.546)	-	176.424
Cemig Geração Leste S.A.	115.885	30.945	-	-	-	(26.144)	-	120.686
Cemig Geração Oeste S.A.	69.398	16.751	-	-	-	(16.251)	-	69.898
Rosal Energia S.A. (3)	-	1.407	-	123.490	-	-	-	124.897
Sá Carvalho S.A. (2)	-	3.930	-	90.517	-	-	-	94.447
Horizontes Energia S.A. (3)	-	8.471	-	46.482	-	-	-	54.953
Cemig PCH S.A. (3)	-	(2.343)	-	95.330	-	-	-	92.987
Usina Termelétrica do Barreiro S.A. (3)	-	48	-	18.358	-	-	-	18.406
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (3)	-	4.197	-	22.558	-	-	-	26.755
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (3)	-	67	-	2.774	-	-	-	2.841
Cemig Trading S.A. (3)	-	4.481	-	23.654	-	-	-	28.135
Total do Investimento	**7.209.862**	**55.390**	**234.201**	**669.553**	**(37.336)**	**(492.510)**	**(150.719)**	**7.488.441**

(1) Em virtude de resultado de análise dos indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reconheceu provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Madeira Energia (Usina Santo Antônio), de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido desssa investida em 31/12/2018

(2) Movimentações decorrentes do descruzamento de ativos entre a Companhia e a Energimp. Detalhamento da operação no tópico "Descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp – Aquisição de controle" desta nota;

(3) Em 30 de novembro de 2018, a Cemig, controladora da Companhia, concluiu a transação de reestruturação societária em que transferiu para a Companhia as suas subsidiárias integrais Rosal Energia, Sá Carvalho, Horizontes Energia, Cemig PCH, UTE Barreiro, Empresa de Comercialização de Energia Elétrica, Cemig Comercializadora de Energia Incentivada e Cemig Trading. A referida transferência foi realizada pelo montante de R$423.165, com base em Laudo de Avaliação patrimonial, a valores contábeis, na data-base de 30 de novembro de 2018.

A movimentação dos dividendos a receber em 2018 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	75.480	75.480
Proposta de dividendos feitos pelas investidas em 2018	131.279	492.510
Recebimentos	(107.917)	(469.148)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**98.842**	**98.842**

Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos	Resultado Abrangente	Outros	31/12/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	10.187	-	(2.641)	-	-	57.957
Guanhães Energia (1)	-	(13.099)	97.188	-	-	(59.071)	25.018
Hidrelétrica Pipoca	31.809	2.292	-	(8.078)	-	-	26.023
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	643.890	(109.129)	-	-	-	-	534.761
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	677.182	(94.678)	-	-	-	-	582.504
Baguari Energia	162.106	16.590	-	(30.274)	-	-	148.422
Central Eólica Praias Parajuru (2)	63.307	(1.489)	-	(406)	-	(1.311)	60.101
Central Eólica Volta do Rio (2)	81.228	(11.741)	-	-	-	(1.762)	67.725
Central Eólica Praias de Morgado (2)	59.586	(7.622)	-	-	-	(1.395)	50.569
Lightger	41.543	1.858	-	(2.569)	-	-	40.832
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	781.022	705	84.827	-	-	-	866.554
Aliança Norte (usina Belo Monte)	527.498	(2.352)	51.558	-	-	-	576.704
Aliança Geração	1.319.055	71.756	-	(148.641)	-	-	1.242.170
Retiro Baixo	161.848	9.688	-	(13.763)	-	-	157.773
Renova	688.625	(390.249)	18.000	-	(33.852)	-	282.524
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	(1.741)	2.658	-	-	-	3.699
Total do Investimento	**5.291.892**	**(519.024)**	**254.231**	**(206.372)**	**(33.852)**	**(63.539)**	**4.723.336**
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	**5.232.821**	**(519.024)**	**254.231**	**(206.372)**	**(33.852)**	**(4.468)**	**4.723.336**

(1) Passivo a descoberto revertido por meio de aportes.

(2) Reversão da retenção feita pela Cemig de 2% do preço de aquisição das ações dos Parques Eólicos, conforme sentença arbitral proferida em 2017.

Controladora	31/12/2016	*Equivalência Patrimonial*	Aportes	Dividendos	Resultado Abrangente	Outros	31/12/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	*10.187*	-	(2.641)	-	-	57.957
Guanhães Energia (1)	-	*(13.099)*	97.188	-	-	(59.071)	25.018
Hidrelétrica Pipoca	31.809	*2.292*	-	(8.078)	-	-	26.023
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	643.890	*(109.129)*	-	-	-	-	534.761
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	677.182	*(94.678)*	-	-	-	-	582.504
Baguari Energia	162.106	*16.590*	-	(30.274)	-	-	148.422
Central Eólica Praias Parajuru (2)	63.307	*(1.489)*	-	(406)	-	(1.311)	60.101
Central Eólica Volta do Rio (2)	81.228	*(11.741)*	-	-	-	(1.762)	67.725
Central Eólica Praias de Morgado (2)	59.586	*(7.622)*	-	-	-	(1.395)	50.569
Lightger	41.543	*1.858*	-	(2.569)	-	-	40.832
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	781.022	*705*	84.827	-	-	-	866.554
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	527.498	*(2.352)*	51.558	-	-	-	576.704
Aliança Geração	1.319.055	*71.756*	-	(148.641)	-	-	1.242.170
Retiro Baixo	161.848	*9.688*	-	(13.763)	-	-	157.773
Renova	688.625	*(390.249)*	18.000	-	(33.852)	-	282.524
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	*(1.741)*	2.658	-	-	-	3.699
Cemig Baguari	55	*(32)*	-	-	-	-	23
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.399.282	*179.689*	-	(187.149)	-	-	1.391.822
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.148	*62.230*	-	(62.256)	-	-	440.122
Cemig Ger. Itutinga S.A.	167.962	*37.410*	-	(34.093)	-	-	171.279
Cemig Geração Camargos S.A.	125.995	*31.058*	-	(26.627)	-	-	130.426
Cemig Geração Sul S.A.	165.133	*36.675*	-	(34.237)	-	-	167.571
Cemig Geração Leste S.A.	113.976	*29.707*	-	(27.798)	-	-	115.885
Cemig Geração Oeste S.A.	69.375	*17.011*	-	(16.988)	-	-	69.398
Total do Investimento	**7.773.818**	***(125.276)***	**254.231**	**(595.520)**	**(33.852)**	**(63.539)**	**7.209.862**
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	**7.714.747**	***(125.276)***	**254.231**	**(595.520)**	**(33.852)**	**(4.468)**	**7.209.862**

(1) Passivo a descoberto revertido por meio de aportes.

(2) Reversão da retenção feita pela Cemig de 2% do preço de aquisição das ações dos Parques Eólicos, conforme sentença arbitral proferida em 2017.

A movimentação dos dividendos a receber em 2017 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**34.565**	**34.565**
Proposta de dividendos feitos pelas investidas em 2017	206.372	595.520
Recebimentos	(165.457)	(554.605)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**75.480**	**75.480**

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2018			Em 31 de dezembro de 2017		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Coligadas							
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	4.656.593	18,13	9.546.672	5.327.114
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	100.434	49,00	35.000	118.280
Guanhães Energia	396.401.600	49,00	396.402	228.242	49,00	330.536	51.058
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	62.509	49,00	41.360	53.108
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	233.793	69,39	186.573	213.895
Central Eólica Praias de Parajuru (2)	-	-	-	-	49,00	70.560	88.976
Central Eólica Volta do Rio (2)	-	-	-	-	49,00	117.230	115.694
Central Eólica Praias de Morgado (2)	-	-	-	-	49,00	52.960	54.312
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	86.105	49,00	79.232	83.331
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.437.698.407	49,00	1.206.127	1.247.307	49,00	1.119.255	1.065.628
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.427.723	74,50	1.322.428	1.359.243	74,50	1.229.600	1.163.160
Aliança Geração	1.291.582	45,00	1.291.488	1.857.905	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	278.065	49,90	222.850	257.880
Renova (1)	41.719.724	36,23	2.919.019	(76.489)	36,23	2.919.019	779.808
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	22.165.114	49,00	22.165	10.470	49,00	11.102	7.549
Controladas							
Cemig Baguari	306.000	100,00	306	36	100,00	1	32
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.395.614	100,00	1.291.423	1.391.822
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	440.083	100,00	405.268	440.122
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	178.544	100,00	151.309	171.279
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	131.570	100,00	113.499	130.426
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	176.424	100,00	148.147	167.571
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	120.686	100,00	100.569	115.885
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	69.898	100,00	60.595	69.398
Rosal Energia S.A. (3)	46.944.467	100,00	46.944	124.897	-	-	-
Sá Carvalho S.A. (3)	361.200.000	100,00	36.833	94.447	-	-	-
Horizontes Energia S.A. (3)	39.257.563	100,00	39.258	54.953	-	-	-
Cemig PCH S.A. (3)	45.952.000	100,00	45.952	92.987	-	-	-
Usina Termelétrica do Barreiro S.A. (3)	16.902.000	100,00	16.902	18.406	-	-	-
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (3)	486.000	100,00	486	26.755	-	-	-
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (3)	1.000.000	100,00	1.000	2.841	-	-	-
Cemig Trading S.A. (3)	1.000.000	100,00	1.000	28.135	-	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (2)	70.560.000	100,00	71.835	79.594	-	-	-
Central Eólica Volta do Rio S.A. (2)	117.230.000	100,00	138.867	85.157	-	-	-

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;
(2) Movimentações decorrentes do descruzamento de ativos entre a Companhia e a Energimp. Detalhamento da operação no tópico "Descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp – Aquisição de controle" desta nota.
(3) Em 30 de novembro de 2018, a Cemig, controladora da Companhia, concluiu a transação de reestruturação societária em que transferiu para a Companhia as subsidiárias integrais Rosal Energia, Sá Carvalho, Horizontes Energia, Cemig PCH, UTE Barreiro, Empresa de Comercialização de Energia Elétrica, Cemig Comercializadora de Energia Incentivada e Cemig Trading.

Em 31 de dezembro de 2018, algumas controladas em conjunto apresentaram passivo circulante superior ao ativo circulante e/ou prejuízos acumulados relevantes, conforme segue:

Madeira Energia S.A. ("MESA"): Em 2018, a MESA apresentou prejuízo de R$1.743.636 e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R$663.103, decorrente, principalmente, de "Fornecedores", "Adiantamento de clientes" e "Debêntures". Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de contar com contratos de venda de longo prazo que garantem regularidade em sua geração operacional de caixa, concluiu, em dezembro de 2018, as negociações referentes ao reperfilamento de sua dívida junto ao BNDES, ajustando o fluxo de pagamento das dívidas à sua real capacidade de geração de caixa. Visando garantir a sua liquidez, a MESA pode contar com o suporte financeiro

de seus acionistas, nos termos do instrumento firmado para esta finalidade (Equity Support Agreement).

Renova Energia S.A. (“Renova”): Em 2018, a Renova Energia apresentou prejuízo de R$856.297, prejuízos acumulados de R$3.050.887, passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes consolidados no montante de R$457.663, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R$76.489, margem bruta negativa e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos, inclusive de construção dos parques eólicos e solares.;

Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova em 31 de dezembro de 2018.

Diante deste cenário, a investida em conjunto com seus acionistas, incluindo a Companhia, aprovaram um Plano de Restruturação Societário e Financeiro com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, equacionar a estrutura de capital e honrar os seus compromissos, incluindo a aprovação da proposta vinculante da AES para a compra de parques eólicos da investida e a renegociação de dívida com credores financeiros. A Administração da Companhia e a Administração da investida entendem que, com o sucesso das medidas aprovadas, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Contudo, em face do patrimônio líquido negativo da investida, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de sua participação na Renova. Não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a investida.

Os saldos integrais das coligadas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são como segue:

2018	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Lightger
Ativo						
Circulante	22.771	44.420	1.965	618.230	11.994	69.868
Caixa e equivalentes de caixa	17.792	8.161	1.127	68.645	3.721	58.418
Não circulante	84.902	201.025	226.796	22.453.401	94.867	131.640
Total do ativo	**107.673**	**245.445**	**228.761**	**23.071.631**	**106.861**	**201.508**
Passivo						
Circulante	7.239	6.795	488	1.281.333	11.521	44.205
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	53.259	6.578	8.614
Não circulante	-	4.857	31	17.133.705	32.831	71.198
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	10.219.548	32.831	71.198
Patrimônio líquido	100.434	233.793	228.242	4.656.593	62.509	86.105
Total do passivo e patrimônio líquido	**107.673**	**245.445**	**228.761**	**23.071.631**	**106.861**	**201.508**
Participação (%) da companhia	49,00	69,39	49,00	15,51	49,00	49,00
Valor contábil do investimento	**49.213**	**162.224**	**111.838**	**722.112**	**30.629**	**42.191**
Mais-valia da concessão	-	-	-	18.000	-	-
Valor contábil do investimento ajustado	**49.213**	**162.224**	**111.838**	**740.112**	**30.629**	**42.191**
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	50.188	73.856	-	3.005.553	29.270	45.178
Custos operacionais	(29.315)	(30.753)	-	(2.689.459)	(12.161)	(31.977)
Depreciação	(2.763)	(8.844)	-	-	(3.095)	(10.602)
Lucro bruto	**20.873**	**43.103**	**-**	316.094	**17.109**	**13.201**
Despesas gerais e administrativas	-	-	(1.882)	(194.849)	(324)	-
Receita financeira	1.593	3.038	478	127.777	596	3.479
Despesa financeira	(169)	(950)	(66)	(1.880.828)	(4.033)	(7.658)
Resultado operacional	**22.297**	**45.191**	**(1.470)**	**(1.631.806)**	**13.348**	**9.022**
Imposto de renda e contribuição social	(2.218)	(4.041)	(5.495)	(111.830)	(1.203)	(2.616)
Reversão de *impairment*	-	-	62.000	-	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**20.079**	**41.150**	**55.035**	**(1.743.636)**	**12.145**	**6.406**
Resultado abrangente do exercício						
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	20.079	41.150	**55.035**	(1.743.636)	12.145	6.406
Resultado Abrangente do Exercício	**20.079**	**41.150**	**55.035**	**(1.743.636)**	**12.145**	**6.406**

2018	Amazônia Energia	Renova	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo						
Circulante	111	294.783	46.994	711.921	478	4.802
Caixa e equivalentes de caixa	97	69	35.582	344.155	453	453
Não circulante	1.359.670	1.228.919	354.135	2.277.501	1.247.161	14.534
Total do ativo	**1.359.781**	**1.523.702**	**401.129**	**2.989.422**	**1.247.639**	**19.336**
Passivo						
Circulante	538	441.524	32.174	534.585	332	204
Empréstimos e financiamentos	-	341.568	13.660	149.120	-	-
Não circulante	-	1.158.667	90.890	596.932	-	8.662
Empréstimos e financiamentos	-	-	81.905	140.000	-	-
Patrimônio líquido	1.359.243	(76.489)	278.065	1.857.905	1.247.307	10.470
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.359.781**	**1.523.702**	**401.129**	**2.989.422**	**1.247.639**	**19.336**
Participação (%) da companhia	74,50	36,23	49,90	45,00	49,00	49,00
Valor contábil do investimento	**1.012.636**	**(27.712)**	**138.754**	**836.057**	**611.180**	**5.130**
Mais-valia da concessão	-	-	31.966	-	52.575	-
Valor justo reorganização societária	-	-	-	380.803	-	-
Passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	27.712	-	-	-	-
Valor contábil do investimento ajustado	**1.012.636**	**-**	**170.720**	**1.216.860**	**663.755**	**5.130**
Demonstração do resultado						
Receita líquida de vendas	-	-	71.137	906.852	-	-
Custos operacionais	-	(3.969)	(29.327)	(555.446)	-	(8.470)
Depreciação	-	(3.969)	(10.084)	(125.325)	-	-
Lucro bruto	**-**	**(3.969)**	**41.810**	**351.406**	**-**	**(8.470)**
Despesas gerais e administrativas	(207.500)	(93.123)	(3.945)	(31.091)	(2.481)	-
Receita financeira	2.213	1.045	1.953	30.345	995	338
Despesa financeira	(2.076)	(84.317)	(10.511)	(67.013)	(1.093)	(10)
Resultado operacional	**(207.363)**	**(180.364)**	**29.307**	**283.647**	**(2.579)**	**(8.142)**
Resultado de equivalência patrimonial	104.936	(675.933)	-	10.714	96.665	-
Imposto de renda e contribuição social	(684)	-	(2.835)	(96.042)	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**(103.111)**	**(856.297)**	**26.472**	**198.319**	**94.086**	**(8.142)**
Resultado abrangente do exercício						
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(103.111)	(856.297)	26.472	198.319	94.086	(8.142)
Resultado Abrangente do Exercício	**(103.111)**	**(856.297)**	**26.472**	**198.319**	**94.086**	**(8.142)**

2017	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	50.434	29.429	10.630	556.738	14.822
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.397	5.449	7.428	54.517	5.834
Não circulante	87.278	208.511	42.442	23.593.860	94.764
Total do ativo	**137.712**	**237.940**	**53.072**	**24.150.598**	**109.586**
Passivo					
Circulante	9.854	18.338	1.970	2.030.334	17.448
Fornecedor	1.423	9.705	252	202.503	5.668
Não circulante	9.578	5.707	44	16.793.149	39.030
Patrimônio Líquido	118.280	213.895	51.058	5.327.115	53.108
Total do passivo e patrimônio líquido	**137.712**	**237.940**	**53.072**	**24.150.598**	**109.586**
Participação (%) da companhia	49,00	69,39	49,00	18,13	49,00
Valor contábil do investimento	59.957	148.422	25.018	965.881	26.023
Mais-valia da concessão	-	-	-	151.384	-
Valor contábil do investimento ajustado	**57.957**	**148.422**	**25.018**	**1.117.265**	**26.023**
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	39.156	63.778	-	2.971.019	28.903
Custo das vendas	(17.796)	(36.151)	(637)	(1.857.730)	(18.564)
Depreciação	(3.513)	(8.826)	-	-	(3.094)
Lucro bruto	**21.360**	**27.627**	**(637)**	**1.113.289**	**10.339**
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	(817.254)	(983)
Provisão para Perda	-	-	(22.468)	-	-
Receita Financeira	4.135	6.179	929	114.973	1.836
Despesa Financeira	(1.945)	(709)	(3.021)	(1.551.186)	(4.586)
Resultado operacional	**23.550**	**33.097**	**(25.197)**	**(1.140.178)**	**6.606**
Imposto de renda e contribuição social	(2.759)	(10.758)	-	48.676	(1.590)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	**20.791**	**22.339**	**(25.197)**	**(1.091.502)**	**5.016**
Resultado Abrangente do Exercício					
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	20.791	22.339	(25.197)	(1.091.502)	5.016
Resultado Abrangente do Exercício	**20.791**	**22.339**	**(25.197)**	**(1.091.502)**	**5.016**

2017	Central Eólica Praias de Parajuru	Central Eólica Praias de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia
Ativo					
Circulante	41.204	11.044	16.135	50.552	97
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.373	6.595	4.704	1.201	70
Não circulante	120.747	135.773	232.818	142.146	1.163.092
Total do ativo	**161.951**	**146.817**	**248.953**	**192.698**	**1.163.189**
Passivo					
Circulante	26.105	89.522	126.180	30.340	29
Fornecedor	573	2.173	873	19.809	-
Não circulante	46.870	2.983	7.079	79.027	-
Patrimônio Líquido	88.976	54.312	115.694	83.331	1.163.160
Total do passivo e patrimônio líquido	**161.951**	**146.817**	**248.953**	**192.698**	**1.163.189**
Participação (%) da companhia	49,00	49,00	49,00	49,00	74,50
Valor contábil do investimento	**43.598**	**26.613**	**56.690**	**40.832**	**866.554**
Mais-valia da concessão	16.503	23.956	11.035	-	-
Valor contábil do investimento ajustado	**60.101**	**50.569**	**67.725**	**40.832**	**866.554**
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	20.582	14.331	22.482	41.727	-
Custos Operacionais	(15.609)	(17.372)	(29.139)	(28.341)	-
Depreciação	(9.521)	(10.004)	(16.819)	(10.564)	-
Lucro bruto	4.973	(3.041)	(6.657)	13.386	-
Despesas gerais e administrativas	(1.975)	(967)	(3.356)	(1.665)	(642)
Receita Financeira	3.471	1.857	3.116	3.837	1.595
Despesa Financeira	(6.095)	(7.943)	(11.649)	(9.121)	(5)
Resultado operacional	**374**	**(10.094)**	**(18.546)**	**6.437**	**947**
Imposto de renda e contribuição social	(274)	(723)	(2.644)	(2.614)	(1)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	**100**	**(10.817)**	**(21.190)**	**3.823**	**947**
Resultado Abrangente do Exercício					
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	100	(10.817)	(21.190)	3.823	947
Resultado Abrangente do Exercício	**100**	**(10.817)**	**(21.190)**	**3.823**	**947**

2017	Renova	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo					
Circulante	31.242	23.875	621.660	516	4.954
Caixa e Equivalentes de Caixa	342	14.256	467.542	455	4.895
Não circulante	1.679.389	365.562	2.398.524	1.065.355	11.135
Total do ativo	**1.710.631**	**389.437**	**3.020.184**	**1.065.871**	**16.089**
	-	-	-	-	-
Passivo	-	-	-	-	-
Circulante	395.295	27.182	448.128	243	1.182
Fornecedor	39.305	2.898	43.582	-	1.047
Não circulante	535.528	104.375	714.151	-	7.358
Patrimônio Líquido	779.808	257.880	1.857.905	1.065.628	7.549
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.710.631**	**389.437**	**3.020.184**	**1.065.871**	**16.089**
	-	-	-	-	-
Participação (%) da companhia	36,23	49,90	45,00	49,00	49,00
Valor contábil do investimento	**282.524**	**129.429**	**836.057**	**522.158**	**3.699**
Mais-valia da concessão	-	28.344	-	54.546	-
Valor justo reorganização societária	-	-	406.113	-	-
Valor contábil do investimento ajustado	**282.524**	**157.773**	**1.242.170**	**576.704**	**3.699**
Demonstração do Resultado	-	-	-	-	-
Receita líquida de vendas	-	67.204	919.788	-	-
Custos Operacionais	(4.484)	(33.369)	(554.751)	-	(3.844)
Depreciação	(4.484)	(10.099)	(126.553)	-	-
Lucro bruto	(4.484)	33.835	365.037	-	(3.844)
Despesas gerais e administrativas	(1.121.010)		(10.530)	(855)	-
Receita Financeira	3.817	2.816	29.596	85	291
Despesa Financeira	(139.273)	(12.344)	(64.844)	(6)	-
Resultado operacional	(1.260.950)	**24.307**	**319.259**	**(776)**	**(3.553)**
Imposto de renda e contribuição social	121.415	(2.526)	(103.559)	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	**(1.139.535)**	**21.781**	**215.700**	**(776)**	**(3.553)**
	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(1.139.535)	21.781	215.700	(776)	(3.553)
Outros resultados abrangentes	(99.019)	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**(1.238.554)**	**21.781**	**215.700**	**(776)**	**(3.553)**

Investimento na usina Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. ("MESA") e do FIP Melbourne

A Companhia possui participação direta de 8,54% e indireta de 6,97% na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R$740.112 em 31 de dezembro de 2018 (R$1.117.265 em 31 de dezembro de 2017).

A MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA") estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizavam, em 31 de dezembro de 2018, R$20.787.932 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, estão sendo realizados por meio das receitas, sendo que todas as unidades geradoras da Usina estão em operação.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira

Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação independente concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência que venham a ser firmados e ou de termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da SAESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da Companhia aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Aumentos de capital na Madeira Energia S.A.

Em 28 de agosto de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovado um aumento de capital na MESA de até R$972.512. No mesmo ato, os acionistas Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"),, Odebrecht Energia do Brasil S.A. e Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia subscreveram e integralizaram os créditos que detinham contra a MESA, no montante de R$754.669, remanescendo um capital a subscrever de R$217.843 relativo ao direito de subscrição da Companhia e de sua coligada indireta SAAG Investimento S.A. ("SAAG").

Em 02 de outubro de 2018, em razão da Cemig GT e da SAAG não terem exercido o seu direito de subscrição no aumento de capital mencionado, a acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. subscreveu e integralizou parcialmente as sobras verificadas, no montante de R$85.000. Na mesma data, o Conselho de Administração da MESA homologou parcialmente o aumento de capital aprovado em 28 de agosto de 2018, no valor de R$839.670, alterando o capital social da MESA para R$10.386.341. As participações direta e indireta da Cemig GT passaram a ser, assim, de 8,44% e 6,86%, respectivamente. O total dos recursos aportados foi totalmente destinado à integralização na Santo Antônio Energia S.A.

Em AGE realizada em 03 de outubro de 2018 foi aprovado novo aumento de capital na MESA, de até R$300.000. Na mesma data, a Companhia, a SAAG e Furnas Centrais Elétricas S.A. subscreveram ações no valor de R$25.320, R$26.068 e R$124.620, respectivamente, que foram integralizadas até 05 de outubro de 2018. Após a homologação desse aumento, o capital social da MESA passou a ser de R$10.562.350

Em AGE realizada em 29 de novembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital na MESA de até R$ 130.000. Os acionistas Furnas e SAAG subscreveram e integralizaram os valores de R$55.198 e R$2.238, respectivamente até 21 de dezembro de 2018. A

Companhia não exerceu o seu direito de preferência no aumento de capital aprovado, cujo prazo encerrou-se em 29 de dezembro de 2018.
Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito da MESA, totalmente integralizado, era de R$ 10.619.786 sendo as participações direta e indireta da Companhia de 8,54% e 6,97%, respectivamente.

FID (Fator de Disponibilidade)

Em 31 de julho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da SAESA de antecipação da tutela recursal para suspender a exigência da aplicação do Fator de Disponibilidade (FID) em relação às unidades geradoras da UHE Santo Antônio não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Referida decisão, que determinava à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica – CCEE que adotassem os procedimentos necessários à eficácia de tal decisão nas contabilizações e liquidações da referida Câmara, foi suspensa pelo STJ e em seguida foi reestabelecida, após deferimento da medida liminar em Reclamação Constitucional no STF. No entanto, em 10 de abril de 2018 o STF negou seguimento à Reclamação Constitucional, reestabelecendo os efeitos da decisão proferida pelo STJ. Em face da decisão do STF, a CCEE, após autorização da ANEEL, concordou com o parcelamento do débito referente ao Fator de Disponibilidade, no valor de aproximadamente R$738.000, que foi registrado no passivo da SAESA na rubrica de fornecedores, e está sendo pago em 36 parcelas iguais, a partir de setembro de 2018, acrescidas de atualização monetária e juros.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a SAAG, empresa veículo através da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), no valor de aproximadamente R$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Companhia e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R$678.551, nas suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante

a International Chamber of Comerce ("ICC"), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Investimento na usina Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação indireta da Companhia na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo de R$2.762.388 em 31 de dezembro de 2018. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e consequente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à ANEEL que, "até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte". A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2018 é de R$1.643.000.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a "Operação Buona Fortuna", em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos adicionais de investigação interna independente aos que já foram efetuados.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Investimento na Renova Energia S.A. ("Renova")

Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Renova apresentou prejuízo de R$856.297, possui prejuízos acumulados de R$3.050.887, bem como passivos circulantes consolidados em excesso aos ativos circulantes consolidados no montante de R$457.663, patrimônio líquido negativo de R$76.489 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos inclusive de construção dos parques eólicos e solares.

Face a este cenário, em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração da Renova, aprovou um plano de reestruturação financeira e societária com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, que prevê, dentre outras ações:

a) a substituição e reperfilamento das dívidas com partes relacionadas, sendo R$768 milhões (R$ 594 milhões em 31 de dezembro de 2018) detidos pela Companhia e de R$253 milhões (R$178 milhões em 31 de dezembro de 2018) detidos pela Light Comercializadora de Energia S.A., na data base março de 2019, por meio de instrumentos de dívida de emissão da Renova no valor de aproximadamente R$1,021 bilhões, data base março de 2019, com prazo de 6 anos, 1 ano de carência, juros de 155% de CDI e garantia real e fidejussória.
b) o reperfilamento das dívidas da Renova com Citibank e BTG Pactual, nos montantes de aproximadamente R$ 176 milhões e 179 milhões (R$ 171 milhões e R$ 170 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente), com prazo de 6 anos, 1 ano de carência, juros de 155% de CDI e garantia real.
c) a aprovação da proposta vinculante para a venda do complexo eólico Alto do Sertão III.

A continuidade operacional da Renova depende do sucesso da implementação das medidas acima, da continuidade do fluxo de dividendos de suas investidas, bem como da obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Negociações Alto Sertão III

Conforme Fato Relevante publicado em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração da Renova aprovou a proposta vinculante da AES Tietê Energia S.A. para aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão III. A conclusão da transação de venda está sujeita ao cumprimento das obrigações precedentes comuns a esse tipo de transação que envolve, dentre outras, a obtenção das aprovações necessárias.

Penhora das ações da Chipley detidas pela Renova

A Renova tomou conhecimento da decisão do Juiz da 12ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, da Comarca de São Paulo, nos autos do processo nº 100080656-2016.8.26-

0002, que determinou a penhora das ações de emissão da sociedade Chipley SP Participações S.A. ("Chipley") detidas pela Renova, em razão de dívida contraída junto ao Banco BTG Pactual S.A. A Chipley é controlada pela Renova e detém diretamente participação de 51% na empresa Brasil PCH S.A.. A Renova tem interposto todas as medidas processuais cabíveis para afastar as penhoras, que encontram-se pendentes de julgamento. Como consequência da penhora das ações o fluxo do pagamento de dividendos para a Renova encontra-se suspenso.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 19 de janeiro de 2018, a Renova respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado à investigação que está sendo conduzida por esta Autoridade Policial em determinados aportes realizados pela Renova em projetos de desenvolvimento em anos anteriores e pelos seus acionistas controladores, incluindo a Companhia. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente.

Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, pelo presidente do Conselho Fiscal e pelo presidente do Conselho de Administração, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, estão acompanhando a investigação interna.

Os trabalhos de investigação interna estão em andamento e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas demonstrações financeiras da Renova e da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Investimento na Parajuru, Volta do Rio e Morgado

Em 17 de maio de 2018, foi celebrado, entre a Companhia e a Energimp S.A. ("Energimp") o "Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças" referente ao descruzamento das participações societárias detidas conjuntamente pela Companhia e pela Energimp nas empresas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Parajuru"), Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio") e Central Eólica Praia de Morgado S.A. ("Morgado") e à quitação da dívida que a Energimp possuía junto à Companhia, mediante processo de alienação e permuta de ativos.

A dívida da Energimp junto à Companhia teve origem no descumprimento do prazo de entrada em operação dos 3 (três) parques eólicos, acordado na aquisição pela Companhia de 49% da participação nestes parques detida pela Energimp, em fevereiro de 2009. Em função desse atraso foi apurado um ajuste no preço original de aquisição com as devidas atualizações financeiras e indenizações, por meio de Procedimento Arbitral perante à Câmara de Arbitragem do Mercado, cuja sentença foi proferida em 30 de maio de 2017.

Em 20 de dezembro de 2018, mediante cumprimento das condições suspensivas previstas no "Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças", o descruzamento de ativos foi concluído e consistiu na aquisição pela Companhia de 51% da participação societária,

detida pela Energimp, nas empresas Parajuru e Volta do Rio, as quais eram controladas em conjunto e que se tornaram, assim, suas subsidiárias integrais. Por outro lado, a Energimp passou a deter a totalidade das ações da Morgado, a partir da aquisição de 49% da participação nessa empresa, de titularidade da Companhia.

O valor total da contraprestação paga por 51% de participação em Parajuru e Volta do Rio encontra-se demonstrada a seguir:

Ajuste do preço de aquisição das investidas Volta do Rio, Parajuru e Morgado, pago em 2009	37.335
Atualização financeira do ajuste do preço de aquisição (nota 30)	76.896
Indenizações	2.108
Ajutes nos termos da negociação do descruzamento dos ativos (1)	(12.466)
Dívida da Energimp reconhecida no processo de arbitragem	103.873
Participação de 49% da Cemig GT em Morgado (2)	38.870
Valor a pagar em caixa (3)	23.953
Valor total da contraprestação paga por 51% de participação em Parajuru e Volta do Rio	**166.696**

(1) atualizados de acordo com critérios específicos do acordo. Na conclusão da operação, em 20 de dezembro de 2018, foi feita a avaliação a valor justo dos ativos líquidos adquiridos, sendo apurada uma perda correspondente a diferença do valor justo dos ativos líquidos e o valor utilizado como referência na operação de descruzamento dos ativos no montante de R$12.466;
(2) O valor justo de Morgado para fins de descruzamento de ativos foi calculado através do fluxo de caixa descontado da investida, sendo que o valor contábil era de R$23.292 e apurado um ganho de capital pelo ajuste a valor justo de R$15.578;
(3) Devolução à Energimp do excedente dado em pagamento para liquidação da dívida, sendo que R$5.219 já foram pagos em 2018, R$16.000 serão pagos em 2019 e R$2.735 foram depositados em conta vinculada para garantia de eventuais contingências futuras.

Até 20 de dezembro de 2018, período anterior à aquisição, a Companhia detinha participação de 49% no capital de Parajuru e de Volta do Rio, com controle compartilhado. Dessa forma, nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras dessas controladas em conjunto eram reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Conforme previsto no pronunciamento contábil IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia remensurou pelo valor justo a participação detida anteriormente, reconhecendo a diferença no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Parajuru	Volta do Rio	Total
Valor justo na data da transação	145.880	180.976	326.856
Participação detida pela Companhia antes da aquisição de controle	49%	49%	
Valor da participação original da Cemig GT avaliada pelo valor justo na data da aquisição	71.481	88.679	160.160
Valor contábil original	50.652	29.815	80.467
Remensuração da participação anterior de controladas adquiridas	20.829	58.864	79.693

A seguir encontra-se apresentada a alocação do valor justo da participação adquirida e da remensuração da participação anterior:

	Parajuru	Volta do Rio	Total
Valor total da contraprestação paga por 51% de participação em Parajuru e Volta do Rio	74.399	92.297	166.696
Valor da participação original avaliada pelo valor justo na data da aquisição – 49%	71.481	88.679	160.160
Total	145.880	180.976	326.856
Mais valia da infraestrutura (1)	66.286	95.820	162.106
Patrimônio líquido das empresas adquiridas	79.594	85.156	164.750
Total	145.880	180.976	326.856

(1) Mais valia correspondente ao direito de autorização de geração de energia eólica concedido às investidas, identificável e com vida útil definida.

Os efeitos acima encontram-se apresentados no segmento operacional de geração.

Reestruturação societária de subsidiárias integrais de geração e comercialização

Em 14 de dezembro de 2018, foi aprovada pelo Conselho de Administração a reestruturação societária envolvendo a transferência de subsidiárias integrais de geração e comercialização de energia elétrica da controladora Cemig para a Cemig GT. Por envolver entidades sob controle comum, essa restruturação está fora do escopo da IFRS 3/ CPC 15 (R1).

Essa transferência, que contou com a anuência prévia da ANEEL, foi realizada pelo montante de R$423.163, com base em Laudo de Avaliação patrimonial, a valores contábeis, na data-base de 30 de novembro de 2018, conforme segue:

	Patrimônio Líquido em 30/11/2018 (data-base)
Sá Carvalho S.A.	90.517
Horizontes Energia S.A.	46.482
Rosal Energia S.A.	123.490
Cemig PCH S.A.	95.330
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	22.558
Usina Termelétrica Barreiro S.A.	18.358
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	2.774
Cemig Trading S.A.	23.654
	423.163

Conciliação do valor pago com a demonstração dos fluxos de caixa:	
Contraprestação transferida para aquisição das participações societárias	423.163
Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos na combinação de negócios	(119.847)
Valor desembolsado, líquido do caixa e equivalentes de caixa adquiridos	303.316

O acervo líquido contábil de cada uma das empresas em 30 de novembro de 2018 descritos nos laudos de avaliação está demonstrado a seguir:

	Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Cemig PCH	Cemig Trading	Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	Horizontes Energia	Rosal Energia	Sá Carvalho	UTE Barreiro	Total
Ativo									
Circulante	**2.946**	**31.243**	**24.363**	**23.447**	**21.752**	**28.056**	**31.109**	**19.257**	**182.173**
Caixa e equivalentes de caixa	2.643	18.972	18.929	18.183	19.982	6.650	18.007	16.481	119.847
Consumidores e revendedores	-	10.958	5.281	-	1.346	18.106	6.822	1	42.514
Tributos compensáveis	-	1.312	111	17	329	1.672	379	125	3.945
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	-	-	93	61	3.401	2.530	6.085
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-	1.194	2.255	-	3.449
Outros créditos	303	1	42	5.247	2	373	245	120	6.333
Não circulante	**-**	**65.732**	**-**	**-**	**33.466**	**104.820**	**124.851**	**754**	**329.623**
Depósitos vinculados a litígios	-	2.702	-	-	2.138	386	7.091	744	13.061
Tributos compensáveis	-	-	-	-	-	431	355	-	786
Outros créditos	-	-	-	-	-	340	-	-	340
Imobilizado	-	63.030	-	-	31.328	103.365	117.405	10	315.138
Intangível	-	-	-	-	-	298	-	-	298
Total do ativo	**2.946**	**96.975**	**24.363**	**23.447**	**55.218**	**132.876**	**155.960**	**20.011**	**511.796**
Passivo									
Circulante	**139**	**1.180**	**638**	**828**	**8.221**	**8.742**	**40.010**	**1.463**	**61.221**
Fornecedores	111	604	-	44	7.392	6.256	12.573	251	27.231
Impostos, taxas e contribuições	5	283	21	9	648	959	2.297	824	5.046
Imposto de renda e contribuição social	18	204	615	681	83	-	10.167	312	12.080
Encargos regulatórios	-	5	-	-	3	690	676	76	1.450
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	13.574	-	13.574
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	-	-	686	553	-	1.239
Transações com partes relacionadas	-	84	-	-	89	139	140	-	452
Outras obrigações	5	-	2	94	6	12	30	-	149
Não circulante	**33**	**465**	**71**	**61**	**515**	**644**	**25.433**	**190**	**27.412**
Fornecedores	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Impostos, taxas e contribuições	-	59	-	-	107	-	120	15	301
Imposto de renda e contribuição social	27	406	71	61	384	25	21.530	107	22.611
Encargos regulatórios	-	-	-	-	-	562	2.949	68	3.579
Outras obrigações	6	-	-	-	24	56	834	-	920
Patrimônio líquido	**2.774**	**95.330**	**23.654**	**22.558**	**46.482**	**123.490**	**90.517**	**18.358**	**423.163**
Capital social	1.000	45.952	1.000	486	39.258	46.944	36.833	16.902	188.375
Reservas de capital	-	-	-	-	-	160	-	886	1.046
Reservas de lucros	778	2.192	200	97	5.901	9.389	7.367	-	25.924
Ajustes de avaliação patrimonial	-	30.733	-	-	-	49.683	39.009	-	119.425
Lucros acumulados	996	16.453	22.454	21.975	1.323	17.314	7.308	570	88.393
Total do passivo e Patrimônio Líquido	**2.946**	**96.975**	**24.363**	**23.447**	**55.218**	**132.876**	**155.960**	**20.011**	**511.796**

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora e em determinadas investidas, os órgãos de Governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos.

Considerando que os trabalhos em andamento ainda são preliminares, não é possível até o presente momento, mensurar eventuais efeitos destas análises, bem como eventuais impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, suas controladas e controladora, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	2018			2017		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	**7.439.599**	**(4.899.564)**	**2.540.035**	**6.342.503**	**(4.268.303)**	**2.074.200**
Terrenos	231.141	(16.174)	214.967	220.582	(13.450)	207.132
Reservatórios, barragens e adutoras	3.282.178	(2.131.683)	1.150.495	3.009.602	(1.938.497)	1.071.105
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.113.821	(800.133)	313.688	1.039.564	(754.945)	284.619
Máquinas e equipamentos	2.766.671	(1.913.617)	853.054	2.030.392	(1.525.069)	505.323
Veículos	31.747	(27.222)	4.525	28.712	(25.611)	3.101
Móveis e utensílios	14.041	(10.735)	3.306	13.651	(10.731)	2.920
Em Curso	**119.186**	**-**	**119.186**	**88.690**	**-**	**88.690**
Ativos em formação	119.186	-	119.186	88.690	-	**88.690**
Imobilizado líquido	**7.558.785**	**(4.899.564)**	**2.659.221**	**6.431.193**	**(4.268.303)**	**2.162.890**

Controladora	2018			2017		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	**6.354.911**	**(4.415.024)**	**1.939.887**	**6.339.089**	**(4.268.227)**	**2.070.862**
Terrenos	226.882	(15.919)	210.963	220.582	(13.450)	207.132
Reservatórios, barragens e adutoras	3.006.652	(2.010.201)	996.451	3.009.602	(1.938.497)	1.071.105
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.036.543	(767.280)	269.263	1.039.564	(754.945)	284.619
Máquinas e equipamentos	2.039.652	(1.584.089)	455.563	2.026.978	(1.524.993)	501.985
Veículos	31.532	(27.027)	4.505	28.712	(25.611)	3.101
Móveis e utensílios	13.650	(10.508)	3.142	13.651	(10.731)	2.920
Em Curso	**85.318**	**-**	**85.318**	**84.985**	**-**	**84.985**
Ativos em formação	85.318	-	85.318	84.985	-	84.985
Imobilizado líquido	**6.440.229**	**(4.415.024)**	**2.025.205**	**6.424.074**	**(4.268.227)**	**2.155.847**

A movimentação do imobilizado é como segue:

Consolidado	2017	Adição	Transferência	Ativos oriundos de Combinação de Negócios e Reestruturação Societária	Baixa	Depreciação	2018
Em serviço	**2.074.200**	**-**	**21.981**	**594.932**	**(6.786)**	**(144.292)**	**2.540.035**
Terrenos (1)	207.132	-	6.303	4.027	(3)	(2.492)	214.967
Reservatórios, barragens e adutoras	1.071.105	-	186	155.298	(2.042)	(74.052)	1.150.495
Edificações, obras civis e benfeitorias	284.619	-	1.460	44.524	(263)	(16.652)	313.688
Máquinas e equipamentos	505.323	-	10.706	390.896	(4.475)	(49.396)	853.054
Veículos	3.101	-	2.829	20	-	(1.425)	4.525
Móveis e utensílios	2.920	-	497	167	(3)	(275)	3.306
Em curso	**88.690**	**59.038**	**(22.948)**	**16.947**	**(22.541)**	**-**	**119.186**
Imobilizado líquido	**2.162.890**	**59.038**	**(967)**	**611.879**	**(29.327)**	**(144.292)**	**2.659.221**

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

Controladora	2017	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	2018
Em serviço	**2.070.862**	**-**	**17.503**	**(6.748)**	**(141.730)**	**1.939.887**
Terrenos	207.132	-	6.303	(3)	(2.469)	210.963
Reservatórios, barragens e adutoras	1.071.105	-	78	(2.043)	(72.689)	996.451
Edificações, obras civis e benfeitorias	284.619	-	1.199	(267)	(16.288)	269.263
Máquinas e equipamentos	501.985	-	6.597	(4.435)	(48.584)	455.563
Veículos	3.101	-	2.829	-	(1.425)	4.505
Móveis e utensílios	2.920	-	497	-	(275)	3.142
Em curso	**84.985**	**41.344**	**(18.470)**	**(22.541)**	**-**	**85.318**
Imobilizado líquido	**2.155.847**	**41.344**	**(967)**	**(29.289)**	**(141.730)**	**2.025.205**

Consolidado	2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara /Miranda (1)	Outras transferências (2)	Transferência	Baixa	Depreciação	2017
Em serviço	**3.053.781**	**-**	**(875.749)**	**14.418**	**43.141**	**(8.021)**	**(153.370)**	**2.074.200**
Terrenos	274.455	-	(60.938)			(507)	(5.878)	207.132
Reservatórios, barragens e adutoras	1.590.003	-	(440.923)	-	2.940	(4.091)	(76.824)	1.071.105
Edificações, obras civis e benfeitorias	369.448	-	(68.657)	-	956	-	(17.128)	284.619
Máquinas e equipamentos	812.749	-	(305.231)	14.418	38.966	(3.423)	(52.156)	505.323
Veículos	4.225	-	-	-	-	-	(1.124)	3.101
Móveis e utensílios	2.901	-	-	-	279	-	(260)	2.920
Em curso	**116.371**	**32.591**	**(130)**	**-**	**(43.141)**	**(17.001)**		**88.690**
Imobilizado líquido	**3.170.152**	**32.591**	**(875.879)**	**14.418**	**-**	**(25.022)**	**(153.370)**	**2.162.890**

(1) Valores transferidos para a rubrica de ativos financeiros da concessão referentes às usinas Jaguara, Miranda e Volta Grande (mais detalhes na nota explicativa nº 12).

(2) Refere-se à incorporação de créditos ICMS sobre ativos adquiridos em exercícios anteriores antes registrados como tributos compensáveis e que a Companhia concluiu não serem passíveis de aproveitamento para fins fiscais.

Controladora	2016	Adição	Usinas	Outras	Transferência			

			V.Grande/Jaguara /Miranda (1)	transferências (2)		Baixa	Depreciação	2017
Em serviço	**3.053.781**	**-**	**(875.749)**	**14.418**	**39.727**	**(8.021)**	**(153.294)**	**2.070.862**
Terrenos	274.455	-	(60.938)	-	-	(507)	(5.878)	207.132
Reservatórios, barragens e adutoras	1.590.003	-	(440.923)	-	2.940	(4.091)	(76.824)	1.071.105
Edificações, obras civis e benfeitorias	369.448	-	(68.657)	-	956	-	(17.128)	284.619
Máquinas e equipamentos	812.749	-	(305.231)	14.418	35.552	(3.423)	(52.080)	501.985
Veículos	4.225	-	-	-	-	-	(1.124)	3.101
Móveis e utensílios	2.901	-	-	-	279	-	(260)	2.920
Em curso	**114.599**	**27.244**	**(130)**	**-**	**(39.727)**	**(17.001)**	**-**	**84.985**
Imobilizado líquido	**3.168.380**	**27.244**	**(875.879)**	**14.418**	**-**	**(25.022)**	**(153.294)**	**2.155.847**

(1) Valores transferidos para a rubrica de ativos financeiros da concessão referentes às usinas Jaguara, Miranda e Volta Grande (mais detalhes na nota explicativa nº 12).

(2) Refere-se à incorporação de créditos ICMS sobre ativos adquiridos em exercícios anteriores antes registrados como tributos compensáveis e que a Companhia concluiu não serem passíveis de aproveitamento para fins fiscais.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,18%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração.

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, Barragem e Adutora	2	Veículos	14,29
Edificação - Casa de Força	2	Equipamento Geral de Informática	16,67
Edificação - Outras	3,33	Equipamento geral	6,25
Gerador	3,33	Edificação - Outras	3,33
Turbina Hidráulica	2,5		
Conduto Forçado	3,13		
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57		
Urbanização e Benfeitorias	3,33		

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	2018	2017
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,73	217.210	217.109
Depreciação acumulada			(99.287)	(90.649)
Total em operação			**117.923**	**126.460**
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	603	340
Total em construção			**603**	**340**

16. INTANGÍVEIS

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

Consolidado	2018			2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	**262.559**	**(71.424)**	**191.135**	**89.923**	**(66.001)**	**23.922**
Servidão	11.749	(2.664)	9.085	11.451	(1.990)	9.461
Concessão Onerosa	19.169	(11.930)	7.239	19.169	(11.251)	7.918
Direitos de Exploração (1)	162.106	-	162.106	-	-	-
Outros	69.535	(56.830)	12.705	59.303	(52.760)	6.543
Em Curso	**6.448**	**-**	**6.448**	**8.718**	**-**	**8.718**
Ativos em formação	6.448	-	6.448	8.718	-	8.718
Intangível Líquido	**269.007**	**(71.424)**	**197.583**	**98.641**	**(66.001)**	**32.640**

(2) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às investidas que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

Controladora	2018			2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	**94.147**	**(69.880)**	**24.267**	**89.923**	**(66.001)**	**23.922**
Servidão	11.451	(2.664)	8.787	11.451	(1.990)	9.461
Concessão Onerosa	19.169	(11.930)	7.239	19.169	(11.251)	7.918
Outros	63.527	(55.286)	8.241	59.303	(52.760)	6.543
Em Curso	**6.448**	**-**	**6.448**	**8.718**	**-**	**8.718**
Ativos em formação	6.448	-	6.448	8.718	-	8.718
Intangível Líquido	**100.595**	**(69.880)**	**30.715**	**98.641**	**(66.001)**	**32.640**

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	2017	Adição	Ativos oriundos de Combinação de Negócios e Reestruturação Societária	Capitalização/ Transferência	Baixa	Amortização	2018
Em serviço	**23.922**	**-**	**166.869**	**4.924**	**(116)**	**(4.464)**	**191.135**
Servidão	9.461	-	298	-	-	(674)	9.085
Concessão onerosa	7.918	-	-	-	-	(679)	7.239
Direitos de exploração (1)	-	-	162.106	-	-	-	162.106
Outros	6.543	-	4.465	4.924	(116)	(3.111)	12.705
Em Curso	**8.718**	**2.654**	**-**	**(4.924)**	**-**	**-**	**6.448**
Ativos em formação	8.718	2.654	-	(4.924)	-	-	6.448
Total	**32.640**	**2.654**	**166.869**	**-**	**(116)**	**(4.464)**	**197.583**

(1) Referem-se a mais valia das concessões de geração de energia eólica, adquiridas em combinação de negócios, conforme nota explicativa nº 14. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações contábeis da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado para a rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

Controladora	2017	Adição	Capitalização/ Transferência	Baixa	Amortização	2018
Em serviço	**23.922**	**-**	**4.924**	**(115)**	**(4.464)**	**24.267**
Servidão	9.461	-	-	-	(674)	8.787
Concessão onerosa	7.918	-	-	-	(679)	7.239
Outros	6.543	-	4.924	(115)	(3.111)	8.241
Em Curso	**8.718**	**2.654**	**(4.924)**	**-**	**-**	**6.448**
Ativos em formação	8.718	2.654	(4.924)	-	-	6.448
Total	**32.640**	**2.654**	**-**	**(115)**	**(4.464)**	**30.715**

Consolidado e Controladora	2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara/ Miranda	Capitalização/ Transferência	Baixa	Amortização	2017
Em serviço	**26.532**	**-**	**(81)**	**2.327**	**-**	**(4.856)**	**23.922**
Servidão	10.136	-	-	-	-	(675)	9.461
Concessão onerosa	8.597	-	-	-	-	(679)	7.918
Outros	7.799	-	(81)	2.327	-	(3.502)	6.543
Em Curso	**9.220**	**1.858**	**-**	**(2.327)**	**(33)**	**-**	**8.718**
Ativos em formação	**9.220**	1.858	-	(2.327)	(33)	-	8.718
Total	**35.752**	**1.858**	**(81)**	**-**	**(33)**	**(4.856)**	**32.640**

A taxa de amortização média anual é de 19,95%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, direitos de exploração, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear e considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Suprimento e transporte de energia elétrica	394.684	420.268	369.797	409.716
Materiais e serviços	90.042	51.775	66.317	44.796
	484.726	**472.043**	**436.114**	**454.512**

(1) As transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 27.

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
ICMS	18.348	60.635	13.387	57.723
PASEP	4.884	9.782	3.885	9.047
COFINS	22.149	45.139	18.742	41.748
INSS	4.895	3.816	4.046	3.522
ISSQN	1.752	992	1.369	900
Outros	5.636	13.302	5.024	13.098
	57.664	**133.666**	**46.453**	**126.038**
Não Circulante				
PASEP	628	535	576	535
COFINS	3.817	3.295	3.548	3.295
	4.445	**3.830**	**4.124**	**3.830**
	62.109	**137.496**	**50.577**	**129.868**

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em dezembro de 2017 e julho de 2018 foram realizadas captações de recursos no exterior nos montantes de US$1 bilhão (R$3,2 bilhões) e US$500 milhões (R$1,9 bilhão) em Eurobonds, respectivamente, com vencimento da parcela principal em 2024. Além disso, em 2018 foi realizado o pagamento antecipado de dívidas, no valor total de R$1,5 bilhão, com custo de 140% do CDI e vencimento original em dezembro de 2021. Essas iniciativas de 2017 e 2018, em conjunto, equilibraram o fluxo de caixa e alongaram o prazo médio das dívidas, além de melhorarem a qualidade de crédito da Companhia.

A Companhia mensurou os efeitos relacionados a renegociação das dívidas em 2017 e não identificou alterações relevantes nas condições financeiras entre a dívida original e os novos termos da dívida renegociada que indicassem a necessidade de reconhecimento dos efeitos no resultado do exercício, conforme previsto no Pronunciamento Contábil CPC 48 (“Instrumentos Financeiros”).

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 2018			Consolidado 2017
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	229	-	229	4.383
Eurobonds	2024	9,25%	USD	43.924	5.812.200	5.856.124	3.333.149
(-) Custos de Transação				-	(21.319)	(21.319)	(15.400)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(34.269)	(34.269)	(47.690)
Dívida em Moeda Estrangeira				**44.153**	**5.756.612**	**5.800.765**	**3.274.442**
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2018	140,00% do CDI	R$	-	-	-	742.364
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R$	-	-	-	121.470
FINEP	2018	TJLP+5% e TJLP+8%	R$	-	-	-	2.359
Consórcio Pipoca	2019	IPCA	R$	185	-	185	185
Caixa Econômica Federal (2)	2021	TJLP + 2,50%	R$	-	55.576	55.576	-
Caixa Econômica Federal (2)	2022	TJLP + 2,50%	R$	-	107.791	107.791	-
(-) Custos de Transação				-	-	-	(8.854)
Dívida em Moeda Nacional				**185**	**163.367**	163.552	**857.524**
Total de Empréstimos e Financiamentos				**44.338**	**5.919.979**	**5.964.317**	**4.131.966**
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	2019	IPCA + 6,00%	R$	156.361	-	156.361	301.065
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R$	53.446	995.885	1.049.331	1.010.202
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única	2018	CDI + 1,70%	R$	-	-	-	703.021
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série	2018	CDI + 1,60%	R$	-	-	-	507.692
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R$	17.240	16.082	33.322	32.093
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única	2021	140,00% do CDI	R$	341.821	680.825	1.022.646	1.683.557
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				-	-	-	(12.405)
(-) Custos de Transação				(8.995)	(18.070)	(27.065)	(37.028)
Total de Debêntures				**559.873**	**1.674.722**	**2.234.595**	**4.188.197**
Total Geral				**604.211**	**7.594.701**	**8.198.912**	**8.320.163**

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 2018			Controladora 2017
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	229	-	229	4.383
Eurobonds	2024	9,25%	USD	43.924	5.812.200	5.856.124	3.333.149
(-) Custos de Transação				-	(21.319)	(21.319)	(15.400)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(34.269)	(34.269)	(47.690)
Dívida em Moeda Estrangeira				**44.153**	**5.756.612**	**5.800.765**	**3.274.442**
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2018	140,00% do CDI	R$	-	-	-	742.364
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R$	-	-	-	121.470
FINEP	2018	TJLP+5% e TJLP+8%	R$	-	-	-	2.359
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R$	185	-	185	185
(-) Custos de Transação				-	-	-	(8.854)
Dívida em Moeda Nacional				**185**	**-**	185	**857.524**
Total de Empréstimos e Financiamentos				**44.338**	**5.756.612**	**5.800.950**	**4.131.966**
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	2019	IPCA + 6,00%	R$	156.361	-	156.361	301.065
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R$	53.446	995.885	1.049.331	1.010.202
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única	2018	CDI + 1,70%	R$	-	-	-	703.021
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série	2018	CDI + 1,60%	R$	-	-	-	507.692
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R$	17.240	16.082	33.322	32.093
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única	2021	140,00% do CDI	R$	341.821	680.825	1.022.646	1.683.557
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				-	-	-	(9.470)
(-) Custos de Transação				(8.995)	(18.070)	(27.065)	(37.028)
Total de Debêntures				**559.873**	**1.674.722**	**2.234.595**	**4.191.132**
Total Geral				**604.211**	**7.431.334**	**8.035.545**	**8.323.098**

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;

(2) Refere-se ao saldo de empréstimos das Eólicas Volta do Rio e Praias de Parajuru, decorrente da operação de descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14;

(3) O FIC Pampulha possuía aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 27.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo "simples", não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou sua controladora Cemig, superior a R$50 milhões ("*cross default*").

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas							
Euro	229	-	-	-	-	-	229
Dólar Norte Americano	43.924	-	-	-	-	5.812.200	5.856.124
Total por Moedas	**44.153**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.812.200**	**5.856.353**
Indexadores							
IPCA (1)	227.232	344.724	328.642	338.601	-	-	1.239.199
CDI (2)	341.821	340.412	340.413	-	-	-	1.022.646
TJLP (3)	-	46.891	93.783	22.693	-	-	163.367
Total por Indexadores	**569.053**	**732.027**	**762.838**	**361.294**	**-**	**-**	**2.425.212**
(-) Custos de Transação	(8.995)	(9.029)	(9.005)	(36)	-	(21.319)	(48.384)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	-	(34.269)	(34.269)
Total Geral	**604.211**	**722.998**	**753.833**	**361.258**	**-**	**5.756.612**	**8.198.912**

Controladora	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas							
Euro	229	-	-	-	-	-	229
Dólar Norte Americano	43.924	-	-	-	-	5.812.200	5.856.124
Total por Moedas	**44.153**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.812.200**	**5.856.353**
Indexadores							
IPCA (1)	227.232	344.724	328.642	338.601	-	-	1.239.199
CDI (2)	341.821	340.412	340.413	-	-	-	1.022.646
Total por Indexadores	**569.053**	**685.136**	**669.055**	**338.601**	**-**	**-**	**2.261.845**
(-) Custos de Transação	(8.995)	(9.029)	(9.005)	(36)	-	(21.319)	(48.384)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	-	(34.269)	(34.269)
Total Geral	**604.211**	**676.107**	**660.050**	**338.565**	**-**	**5.756.612**	**8.035.545**

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA
(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI
(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação Acumulada em 2018 %	Variação Acumulada em 2017 %	Indexador	Variação Acumulada em 2018 %	Variação Acumulada em 2017 %
Dólar Norte-Americano	17,13	1,50	IPCA	3,75	2,95
Euro	11,83	15,41	CDI	6,40	9,93
			TJLP	(0,29)	(6,67)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**8.320.163**	**8.323.098**
Passivos oriundos de Combinação de Negócios (1)	163.367	-
Financiamentos obtidos	1.946.269	1.946.269
Custos de Transação	(7.876)	(7.876)
Recursos antecipados	9.625	9.625
Financiamentos obtidos líquidos	**1.948.018**	**1.948.018**
Variação Monetária	43.924	43.924
Variação Cambial	579.609	579.609
Encargos Financeiros Provisionados	848.586	848.586
Amortização dos Custos de Transação	19.718	19.718
Encargos Financeiros Pagos	(856.547)	(856.547)
Amortização de Financiamentos	(2.880.331)	(2.880.331)
Subtotal	**8.186.507**	**8.026.075**
(+) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	12.405	9.470
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**8.198.912**	**8.035.545**

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**8.633.671**	**8.643.585**
Financiamentos Obtidos	3.252.374	3.252.374
Custos de Transação (2)	(15.530)	(15.530)
Juros Pagos Antecipadamente (2)	(48.097)	(48.097)
Financiamentos Obtidos líquidos	**3.188.747**	**3.188.747**
Variação Monetária e Cambial	93.983	93.983
Variação Cambial		
Encargos Financeiros Provisionados	913.275	913.275
Amortização dos Custos de Transação	28.684	28.684
Amortização dos Juros Pagos Antecipadamente	406	406
Encargos Financeiros Pagos	(1.080.075)	(1.080.075)
Amortização de Financiamentos	(3.473.225)	(3.473.225)
Subtotal	**8.305.466**	**8.315.380**
(+) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	14.697	7.718
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**8.320.163**	**8.323.098**

(1) Refere-se a saldo de empréstimos das Eólicas Volta do Rio e Praias de Parajuru, decorrente da operação de descruzamento de ativos entre Cemig GT e Energimp. Mais detalhes vide nota explicativa nº 14;

(2) Inclui dedução de tributos que não tiveram efeito caixa, no montante de R$9.573.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig da seguinte forma:

	2018
Aval e Fiança	7.039.580
Recebíveis	463.367
Ações	695.736
Sem Garantia	229
TOTAL	**8.198.912**

Captações de recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Estrangeira				
Eurobonds (1)	Julho de 2018	2024	9,25%	1.946.269
(-) Custos de transação				(7.876)
(+) Recursos antecipados (2)				9.625
Total de captações				**1.948.018**

(1) Em julho de 2018, a Companhia realizou a liquidação financeira da reabertura dos Eurobonds emitidos originalmente em 05 de dezembro de 2017, no montante de US$ 500 milhões, correspondente a R$1,946 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a., e vencimento de principal em dezembro de 2024;

(2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – "*Covenants*"

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas ("*Covenants*") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Índice Requerido Parajuru e Volta do Rio	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	-	Semestral e anual
Eurobonds (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 31/12/2017 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 31/12/2017 5,0 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	-	Semestral e anual
Financiamento Caixa Econômica Federal Parajuru e Volta do Rio (3)	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	-	-	Manter Índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amotização)
	Patrimônio Líquido/Passivo Total	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente

(1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R$2.240 milhões.

(2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant "de manutenção" de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 2,0x (1,75x em dez/17) e um covenant "de incorrência" de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.

(3) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Votla do Rio possuem Covenants Financeiros com exibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.

As cláusulas restritivas foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Passivo				
Reserva Global de Reversão – RGR	4.523	8.753	1.996	8.753
Compensação Financ.pela Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH	5.804	14.622	3.737	13.549
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	38.346	51.639	38.346	51.639
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	851	740	686	595
Prog.de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	6.631	6.612	6.631	6.612
Fundo Nacional de Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	1.668	2.359	1.187	1.945
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	139.986	150.050	132.348	146.231
Pesquisa Expansão Sistema Energético	997	1.314	732	1.111
	198.806	**236.089**	**185.663**	**230.435**
Passivo Circulante	**139.457**	**151.532**	**131.615**	**149.698**
Passivo Não Circulante	**59.349**	**84.557**	**54.048**	**80.737**

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig GT mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os empregados e aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Obrigações atuariais reconhecidas nas Demonstrações Financeiras

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico IAS 19/CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2018.

Dívida pactuada com o fundo de Pensão - FORLUZ

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R$147.540 (R$163.049 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contratos de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 31 de dezembro de 2018, o montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R$85.417 (R$64.109 em 31 de dezembro de 2017), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Cemig GT ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em 28 de março de 2019, o Conselho de Administração da Cemig autorizou a celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A relativo ao ano de 2017. O montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência do déficit de 2017 apurado no Plano A é de R$40.356, através de 167 parcelas mensais. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

Informações atuariais

2018	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total Consolidado
Valor Presente das Obrigações	2.483.291	515.889	10.374	94.372	3.103.926
Valor Justo dos Ativos do Plano	(2.071.598)	-	-	-	(2.071.598)
Passivo Líquido inicial	**411.693**	**515.889**	**10.374**	**94.372**	**1.032.328**
Ajuste ao Teto de Ativo (*Asset Ceiling*)	44.518	-	-	-	44.518
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**456.211**	**515.889**	**10.374**	**94.372**	**1.076.846**

2017	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total Consolidado
Valor Presente das Obrigações	2.362.784	398.630	8.441	61.558	2.831.413
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.946.151)	-	-	-	(1.946.151)
Passivo Líquido inicial	**416.633**	**398.630**	**8.441**	**61.558**	**885.262**
Ajuste ao Teto de Ativo (*Asset Ceiling*)	19.269	-	-	-	19.269
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	**435.902**	**398.630**	**8.441**	**61.558**	**904.531**

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado e Controladora)	**2.199.918**	**356.833**	**7.662**	**184.867**	**2.749.280**
Custo do Serviço Corrente	1.286	2.539	59	772	4.656
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	221.417	37.126	798	19.260	278.601
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	39.024	-	-	6	39.030
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	94.068	14.276	371	12.411	121.126
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(8.623)	13.133	97	(12.273)	(7.666)
	124.469	27.409	468	144	152.490
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(141.544)	(141.544)
Benefícios pagos	(184.306)	(25.277)	(546)	(1.941)	(212.070)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2017 (Consolidado e Controladora)	**2.362.784**	**398.630**	**8.441**	**61.558**	**2.831.413**
Custo do Serviço Corrente	1.009	2.259	56	335	3.659
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	215.130	37.916	784	5.799	259.629
Perdas (Ganhos) Atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	106.575	87.318	1.759	5.806	201.458
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(9.038)	16.154	(115)	23.110	30.111
	97.537	103.472	1.644	28.916	231.569
Benefícios pagos	(193.169)	(26.388)	(551)	(2.236)	(222.344)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018 (Consolidado e Controladora)	**2.483.291**	**515.889**	**10.374**	**94.372**	**3.103.926**

Em 2017, a Companhia realizou modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%. As alterações mencionadas implicaram em uma redução de R$141.544 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado.

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado e Controladora)	1.860.778
Retorno real dos investimentos	233.600
Contribuições do Empregador	36.079
Benefícios pagos	(184.306)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2017 (Consolidado e Controladora)	**1.946.151**
Retorno real dos investimentos	278.441
Contribuições do Empregador	40.175
Benefícios pagos	(193.169)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2018 (Consolidado e Controladora)	**2.071.598**

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2018 e 2017 são como segue:

Controladora e Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.009	2.259	56	335	3.659
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	215.130	37.916	784	5.799	259.629
Rendimento Sobre os Ativos do Plano	(175.541)	-	-		(175.541)
Despesa Total em 2018 conforme cálculo atuarial	**40.598**	**40.175**	**840**	**6.134**	**87.747**

Controladora e Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.286	2.539	59	772	4.656
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	221.417	37.126	798	19.260	278.601
Rendimento Sobre os Ativos do Plano	(185.467)	-	-	-	(185.467)
Custo do serviço passado	-	-	-	(141.544)	(141.544)
Despesa (Recuperação de Despesa) Total em 2017 conforme cálculo atuarial	**37.236**	**39.665**	**857**	**(121.512)**	**(43.754)**

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado e Controladora)	**357.099**	**356.833**	**7.662**	**184.867**	**906.461**
Despesa Reconhecida no Resultado	37.236	39.665	857	20.032	97.790
Contribuições Pagas	(36.079)	(25.277)	(546)	(1.941)	(63.843)
Alterações no plano - Serviço Passado - ganho	-	-	-	(141.544)	(141.544)
Perdas atuariais (1)	77.646	27.409	468	144	105.667
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017 (Consolidado e Controladora)	**435.902**	**398.630**	**8.441**	**61.558**	**904.531**
Despesa Reconhecida no Resultado	40.598	40.175	840	6.134	87.747
Contribuições Pagas	(40.175)	(26.388)	(551)	(2.236)	(69.350)
Perdas atuariais (1)	19.886	103.472	1.644	28.916	153.918
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2018 (Consolidado e Controladora)	**456.211**	**515.889**	**10.374**	**94.372**	**1.076.846**

				2018	2017
Passivo Circulante				**57.052**	**52.395**
Passivo Não Circulante				**1.019.794**	**852.136**

(1) Reconhecidas diretamente no resultado abrangente.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R$72.335 (R$82.993 em 2017), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R$15.412 (R$14.797 em 2017).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2019 é como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	231	3.197	76	582	4.086
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	216.300	45.813	921	8.475	271.509
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(175.137)	-	-	-	(175.137)
Estimativa da despesa total em 2019 conforme cálculo atuarial	**41.394**	**49.010**	**997**	**9.057**	**100.458**

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2019 é como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	188.834	28.522	575	3.753	221.684

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2019 no montante de R$41.716 para amortização de déficit do Plano A e R$21.212 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
9,59	11,31	12,72	12,67	16,50

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2018 Consolidado	2017 Consolidado
Ações	7,11%	6,71%
Títulos de Renda Fixa	71,92%	74,68%
Imóveis	4,69%	7,61%
Outros	16,28%	11,00%
Total	**100,00%**	**100,00%**

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2018 Consolidado	2017 Consolidado
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	192.335	185.174
Imóveis da Forluz ocupados pela Companhia	192.101	216.500
	384.436	**401.674**

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2018			2017		
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Seguro de Vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,02%	9,13%	9,16%	9,48%	9,60%	9,57%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,02%	9,13%	9,16%	9,48%	9,60%	9,57%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,01%	4,01%	4,01%	4,00%	4,00%	4,00%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	4,01%	Não aplicável	5,26%	4,00%	Não aplicável	6,08%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49 M	Winklevoss D30%	Winklevoss D30%	AT 49 M	Winklevoss D30%	Winklevoss D30%
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1,00%	-	-	-	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2018:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total Consolidado
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	49.521	9.761	192	(3.398)	56.076
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(50.382)	(9.925)	(195)	3.599	(56.903)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	271.278	70.905	1.427	16.905	360.515

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço

Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	2017	Passivos oriundos de reestruturação societária (1)	Adições	Reversões	Liquidações	2018
Trabalhistas	48.964	842	17.016	(15)	(11.906)	54.901
Cíveis	251	-	44	(83)	(44)	168
Tributárias	9.046	-	71	(6.179)	(64)	2.874
Regulatórias	2.206	-	330	-	(15)	2.521
Ambientais	-	47	28	-	(27)	48
Outras	35.843	-	4.725	(1.875)	(497)	38.196
Total	**96.310**	**889**	**22.214**	**(8.152)**	**(12.553)**	**98.708**

(1) Refere-se aos saldos transferidos em decorrência da reestruturação societária de subsidiárias integrais de geração e comercialização de energia elétrica da controladora Cemig para a Cemig GT. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.

Controladora	2017	Adições	Reversões	Liquidações	2018
Trabalhistas	48.948	16.993	-	(11.906)	54.035
Cíveis	251	44	(83)	(44)	168
Tributárias	9.046	71	(6.179)	(64)	2.874
Regulatórias	2.206	330	-	(15)	2.521
Ambientais	-	27	-	(27)	-
Outras	35.843	4.721	(1.875)	(494)	38.195
Total	**96.294**	**22.186**	**(8.137)**	**(12.550)**	**97.793**

Consolidado	2016	Adições	Reversões	Liquidações	2017
Trabalhistas	46.286	17.965	-	(15.287)	48.964
Cíveis	364	13	(113)	(13)	251
Tributárias	7.145	2.717	(816)	-	9.046
Regulatórias	50	2.739	(4)	(579)	2.206
Outras	51.451	5.193	(19.232)	(1.569)	35.843
Total	**105.296**	**28.627**	**(20.165)**	**(17.448)**	**96.310**

Controladora	2016	Adições	Reversões	Liquidações	2017
Trabalhistas	46.286	17.949	-	(15.287)	48.948
Cíveis	364	13	(113)	(13)	251
Tributárias	7.145	2.717	(816)	-	9.046
Regulatórias	50	2.739	(4)	(579)	2.206
Outras	51.451	5.193	(19.232)	(1.569)	35.843
Total	**105.296**	**28.611**	**(20.165)**	**(17.448)**	**96.294**

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$164.362 (R$167.948 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R$54.901 (R$48.964 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$36.391 (R$37.328 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R$2.874 (R$9.046 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A redução do montante provisionado em 31 de dezembro de 2018, decorre da reavaliação da probabilidade de perda provável para possível devido à jusrisprudência favorável à Companhia.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$21.146 (R$23.319 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R$2.521 (R$2.206 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R$139.844 (R$135.707 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R$38.412 foram provisionados (R$36.094 em 31 de dezembro de 2017). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito à prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R$28.716, que atualizado representa o valor de R$64.786 (R$63.027 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R$71.554 (R$73.334 em 31 de dezembro de 2017) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxilio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R$330.390 (R$310.225 em 31 de dezembro de 2017). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na análise dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R$76.209 (R$126.880 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R$74.572 (R$72.584 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R$317.460 (R$287.515 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias. Esta decisão confirmada no julgamento do Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região. Contra este novo julgamento foi interposto recurso especial cuja admissibilidade aguarda apreciação.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R$225.132 (R$201.586 em 31 de dezembro de 2017). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

<u>Questões Ambientais</u>

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Civis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia

invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF) e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R$147.636 (R$126.159 em 31 de dezembro de 2017).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R$87.159 (R$79.378 em 31 de dezembro de 2017).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R$10.738 (R$64.241 em 31 de dezembro de 2017), para os quais não há saldo provisionado pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível. A redução do saldo da contingência em 31 de dezembro de 2018 deve-se principalmente à extinção de processos judiciais em função de decisão favorável à Companhia.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.
Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da

TR para os demais períodos, motivo da redução no valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas, que é de R$5.072 (R$21.318 em 31 de dezembro de 2017). Nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Capital Social

Em 18 de setembro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") aprovou o aumento do capital social da Companhia em R$762.290, por meio da integralização de reservas de lucros no montante de R$662.290 e de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no montante de R$100.000, em atendimento ao art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R$2.600.000 (1.837.710 em 31 de dezembro de 2017), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Reservas de Lucros

	2018	2017
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	170.269	140.730
Reserva Incentivos Fiscais – SUDENE	45.016	45.016
Reserva de Retenção de Lucros	2.147.329	2.516.854
	2.362.614	**2.702.600**

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	590.783	428.459
Reserva legal – 5%	5%	5%
Reserva legal constituída	29.539	21.423

Reserva de Retenção de Lucros

As reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de Incentivos Fiscais

A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O lucro da exploração apurado não resultou em redução de imposto de renda no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que 50% do lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado ao pagamento de dividendos obrigatórios ao acionista único da Companhia.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig GT foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

Em 18 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2018 no montante de R$50.000. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R$17.000, reconhecidos no resultado do exercício de 2018.

O cálculo dos dividendos para os exercícios de 2018 e 2017 é conforme segue:

	2018	2017
Dividendos Obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	590.783	428.459
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	295.392	214.230
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	7.500	-
	302.892	**214.230**
Dividendos Declarados		
Juros sobre Capital Próprio	50.000	-
Dividendos Estatutários	252.892	214.230
	302.892	**214.230**
Dividendos por ação		
Dividendos Obrigatórios (em R$)	**0,1046**	**0,0740**

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**564.230**	**564.230**
Proposta dividendos	252.892	239.036
Declaração de JCP	50.000	50.000
IRPJ sobre JCP	(7.500)	(7.500)
Pagamento	(213.574)	(200.000)
Saldo de dividendos oriundos de combinação de negócios	446	0
Saldo dividendos oriundos de reorganização societária	13.574	0
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**660.068**	**645.766**

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**605.000**
Proposta dividendos	214.230
Pagamento	(255.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**564.230**

Destinação do Resultado de 2018 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada até o dia 30 de abril de 2019, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2018, no montante de R$590.783 e da realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R$34.413:

- R$29.539 sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
- R$50.000 para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
- R$252.892 sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R$292.765 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros.

Lucro por ação – básico e diluído

O lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2018	2017
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do exercício	590.783	428.459
Lucro por ação – básico e diluído (em R$)	0,2039	0,1479

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 28 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

Ajustes de avaliação patrimonial

	2018	2017
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(406.692)	(305.104)
Custo Atribuído de Imobilizado	424.214	458.626
Ajustes de avaliação patrimonial	**17.522**	**153.522**

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem nos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial.

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

24. RECEITAS

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	6.858.482	7.135.743	6.378.659	6.698.053
Receita de Transmissão – com impostos (b)	589.055	519.184	592.859	521.658
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	321.425	316.881	-	-
Receita de Construção (d)	95.712	24.827	95.712	24.827
Transações com energia na CCEE (e)	185.469	651.132	147.106	640.145
Receita de Indenização da Transmissão (f)	250.375	373.217	250.375	373.217
Receita de Indenização da Geração (g)	55.332	271.607	55.332	271.607
Outras receitas operacionais	128.377	45.937	140.228	64.065
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (h)	(1.609.990)	(1.551.787)	(1.485.542)	(1.443.116)
	6.874.237	**7.786.741**	**6.174.729**	**7.150.456**

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	2018		2017		2018		2017	
	MWh (1)	R$	MWh (1)	R$	MWh (1)	R$	MWh (1)	R$
Industrial	15.100.812	3.245.245	14.486.304	3.357.639	13.399.018	3.004.036	13.581.588	3.151.950
Comercial	3.190.021	707.999	2.226.405	569.263	3.158.567	706.940	2.226.405	569.263
Rural	1.343	331	-	-	1.343	331	-	-
Subtotal	**18.292.176**	**3.953.575**	**16.712.709**	**3.926.902**	**16.558.928**	**3.711.307**	**15.807.993**	**3.721.213**
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	1.160	-	18.033	-	2.500	-	3.058
	18.292.176	**3.954.735**	**16.712.709**	**3.944.935**	**16.558.928**	**3.713.807**	**15.807.993**	**3.724.271**
Suprim. Outras Concessionárias (2)	12.121.762	2.907.757	12.841.006	3.244.356	11.858.718	2.670.074	12.841.006	3.016.656
Suprimento não Faturado Líquido	-	(4.010)	-	(53.548)	-	(5.222)	-	(42.874)
	30.413.938	**6.858.482**	**29.553.715**	**7.135.743**	**28.417.646**	**6.378.659**	**28.648.999**	**6.698.053**

(1) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes.
(2) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente às obrigações de desempenho atendidas por operar e manter as redes e linhas de transmissão pertecentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP. adicionada ao ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo da concessão, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R$12.934 em 2018.

(c) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

(d) Receita de Construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho atendida por construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos de contrato. A margem de construção é zero, sendo os custos equivalentes às receitas.

(e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Receita de Indenização de Transmissão

Em 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R$250.375 (R$373.217 em 2017) correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber.

Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 e 13 destas demonstrações financeiras consolidadas.

(g) Receita de Indenização da Geração

Em 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R$55.332 (R$271.607 em 2017) referente à atualização do saldo do ativo financeiro relativo à indenização das Usinas São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12.

(h) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Tributos sobre a Receita				
ICMS	556.966	616.858	511.805	579.834
COFINS	623.766	546.773	571.536	499.303
PIS-PASEP	135.415	118.695	124.082	108.393
ISSQN	2.786	2.323	2.484	2.323
	1.318.933	**1.284.649**	**1.209.907**	**1.189.853**
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	17.238	14.721	17.064	14.721
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	153.006	72.662	153.006	72.662
PROINFA	39.971	39.437	39.971	39.437
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.057	15.079	9.506	12.785
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	12.057	15.079	9.506	12.785
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	6.028	7.542	4.753	6.394
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	8.587	12.439	6.885	10.564
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	42.113	90.179	34.944	83.915
	291.057	**267.138**	**275.635**	**253.263**
	1.609.990	**1.551.787**	**1.485.542**	**1.443.116**

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal (a)	332.119	383.148	306.221	364.628
Participação dos Empregados no Resultado	16.817	984	16.794	984
Obrigações Pós-Emprego (Recuperação de Despesas)	72.335	(58.551)	72.335	(58.551)
Materiais	43.102	24.236	40.070	22.364
Serviços de Terceiros (b)	148.108	142.763	125.734	126.269
Depreciação e Amortização	148.756	158.226	146.194	158.150
Provisões (c)	117.442	149.604	124.920	149.588
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	213.698	350.191	176.403	314.899
Energia Elétrica Comprada para Revenda (d)	3.853.066	4.169.830	3.764.279	4.109.536
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (e)	95.712	24.827	95.712	24.827
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	80.665	126.373	77.417	122.090
	5.121.820	**5.471.631**	**4.946.079**	**5.334.784**

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) - 2018

Em março de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2018), com período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018, sendo elegíveis, sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tivessem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na Companhia até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional. Em 2018, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2018, incluindo as verbas rescisórias, foi de R$6.731, correspondente à adesão de 37 empregados.

Em 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R$49.483, correspondente à adesão, até a data mencionada, de 249 empregados.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) - 2019

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na Companhia até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional. O PDVP 2019 teve a adesão de 78 empregados.

O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R$11.648, correspondente à adesão de 78 empregados, foi registrado no resultado do exercício de 2018.

Reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2019)

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 01 a 10 de abril de 2019, com alteração dos requisitos para adesão, mantendo-se as mesmas condições financeiras.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2018	/2017	2018	2017
Comunicação	3.235	3.261	3.093	3.167
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	25.836	21.605	18.891	17.060
Conservação e Limpeza de Prédios	28.921	28.964	23.231	23.675
Mão de Obra Contratada	7.948	4.325	7.936	4.325
Fretes e Passagens	2.379	2.622	2.374	2.613
Hospedagem e Alimentação	3.036	3.266	3.006	3.137
Vigilância	10.049	12.110	7.882	10.441
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	988	772	908	753
Tecnologia da Informação	12.726	14.516	10.436	13.028
Manutenção e Conservação de Veículos	387	216	342	199
Energia Elétrica	4.680	4.364	4.238	4.020
Meio Ambiente	10.141	9.108	8.050	8.144
Limpeza de Faixas	4.040	2.377	4.025	2.323
Serviços de Reprografia	1.305	1.315	1.230	1.265
Serviços advocatícios e Custas Processuais	3.636	5.098	3.634	5.088
Outros	28.801	28.844	26.458	27.031
	148.108	**142.763**	**125.734**	**126.269**

c) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (reversão) (nota 8)	(4.628)	17.514	2.863	17.514
Perda estimada para Outros Créditos a Receber (1)	453	8.208	453	8.208
Provisão (Reversão) para Contingências (nota 22)				
Trabalhistas	17.001	17.965	16.993	17.949
Cíveis	(39)	(100)	(39)	(100)
Tributárias	(6.108)	1.901	(6.108)	1.901
Regulatórias	330	2.735	330	2.735
Ambientais	28	-	27	-
Outras	2.850	(14.039)	2.846	(14.039)
	14.062	8.462	14.049	8.446
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 28)	107.555	115.420	107.555	115.420
	117.442	**149.604**	**124.920**	**149.588**

(1) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Energia de curto prazo - CCEE	168.413	26.773	132.218	15.597
Energia adquirida no Ambiente Livre	4.001.734	4.458.436	3.996.645	4.458.436
Contratos Bilaterais	53.689	53.875	-	-
Créditos de PASEP/COFINS	(370.770)	(369.254)	(364.584)	(364.497)
	3.853.066	**4.169.830**	**3.764.279**	**4.109.536**

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal	6.542	801	6.542	801
Materiais	65.669	15.008	65.669	15.008
Serviços de Terceiros	24.195	9.152	24.195	9.152
Outros	(694)	(134)	(694)	(134)
	95.712	**24.827**	**95.712**	**24.827**

f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Arrendamentos e Aluguéis	22.842	20.445	22.175	19.827
Propaganda e Publicidade	3.097	4.099	3.077	4.099
Subvenções e Doações	6.023	6.382	4.613	3.580
Despesa Concessão Onerosa	2.681	3.087	2.681	3.087
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.521	1.803	1.294	1.562
Anuidade CCEE	3.446	4.068	3.446	4.068
Seguros	2.905	3.414	2.887	3.413
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	21.768	43.130	21.768	43.130
FORLUZ – Custeio Administrativo	6.436	5.817	6.436	5.817
Perdas com outros créditos (nota 14)	12.466	-	12.466	-
Outros	(2.520)	34.128	(3.426)	33.507
	80.665	**126.373**	**77.417**	**122.090**

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	67.033	62.343	56.667	39.133
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	10.710	11.250	5.908	8.876
Variação Monetária	12.482	10.999	12.292	10.999
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados	11.324	82.840	11.196	82.840
Rendas de Antecipação de Pagamento	22.590	39.810	18.997	38.624
Ganhos com Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap) (Nota 28)	892.643	-	892.643	-
Atualização financeira obtida no processo de arbitragem (1)	76.896	-	76.896	-
Encargos de créditos com pessoas ligadas (Nota 27)	56.320	13.438	56.320	13.438
Outras	26.717	6.008	26.616	5.994
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(12.927)	(10.153)	(12.317)	(9.296)
	1.163.788	**216.535**	**1.145.218**	**190.608**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos (Nota 19)	(848.586)	(913.683)	(848.586)	(913.683)
Amortização do custo de transação (Nota 19)	(19.718)	(28.684)	(19.718)	(28.684)
Variação Monetária – Forluz	(15.412)	(14.797)	(15.412)	(14.797)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos (Nota 19)	(43.924)	(37.345)	(43.924)	(37.345)
Variações Monetárias	(11.455)	(12.260)	(11.159)	(12.058)
Variações Cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	(579.609)	(56.638)	(579.609)	(56.638)
Atualização Financeira - Adiantamento de Clientes (Nota 8)	(8.402)	(44.513)	(8.402)	(44.513)
Perdas com Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap) (Nota 28)	-	(32.462)	-	(32.462)
Outras	(13.128)	(23.739)	(11.556)	(23.588)
	(1.540.234)	**(1.164.121)**	**(1.538.366)**	**(1.163.768)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(376.446)**	**(947.586)**	**(393.148)**	**(973.160)**

(1) Atualização financeira da dívida assumida pela Energimp decorrente de decisão favorável à Companhia em processo de arbitragem, que tem origem no descumprimento do prazo de entrada em operação de parques eólicos, acordado na aquisição de 49% da participação nestes parques, em 2009. Mais informações na nota explicativa nº 14.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
ICMS – antecipação (1)	-	-	-	-	901	-	-	-
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (2)	-	-	536	2.768	-	-	(1.335)	(1.578)
Prestação de Serviços (3)	948	-	1.376	-	-	-	-	
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	659.622	564.230	-	-	-	-
Valor a receber (4)	6.243	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Mútuo Partes Relacionadas (5)	408.114	-	-	-	8.114	-	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	5.669	-	64.111	40.162	70.491	27.130	(778.456)	(525.109)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (7)	6.785	49.048	-	-	8.767	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (7)	-	5.084	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	-	-	5.785	-	-	-	(86.409)	(77.282)
Prestação de Serviço (8)	1.792	1.657	-	-	11.492	12.648	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	90.664	72.315	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	130	130	-	-	15.913	9.258	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de Serviço (8)	211	211	-	-	898	864	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	-	-	1.424	-	-	-	(21.132)	(19.357)
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	-	-	-	-	-	-	(92)	(975)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.718	2.581	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	-	-	1.303	-	-	-	(19.154)	(15.305)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	584	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	-	-	515	1.744	-	-	(81.453)	(178.691)
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (9)	87.285	-	-	-	6.793	-	-	-
Contas a receber (10)	445.108	350.200	-	-	37.355	-	-	-
Ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia (11)	51.734	-	-	-	51.734	-	-	-
Ressarcimento de cessão de contrato de compra e venda de energia (12)	10.196	-	-	-	10.196	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	-	-	230	725	-	-	(3.276)	(9.025)
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	-	-	18	46	-	-	(257)	(535)
Prestação de Serviço (8)	90	90	-	-	1.275	1.272	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	374	1.128	403	404	60.364	54.350	(29)	(529)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (6)	-	-	1.460	3.605	-	-	(18.075)	(39.593)
Prestação de Serviço (8)	130	404	-	-	566	1.273	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Outras Partes Relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (3)	-	-	-	-	-	5.132	(663)	-
Operações com Energia Elétrica (6)	22.303	22.212	792	3.263	248.199	210.263	(25.984)	(41.670)
Não Circulante								
Mútuo Partes Relacionadas (13)	-	-	-	-	9.263	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	53.038	214.663	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	159.616	447.073	-	-	3.150	3.752	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (Nota 19)	-	(12.405)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	21.498	14.659	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (Nota 19)		-	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (14)	-	-	27.876	24.632	-	-	(40.598)	(37.236)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (15)	-	-		-	-	-	(20.396)	(22.133)
Custeio Administrativo (16)	-	-		-	-	-	(6.436)	(5.817)
Arrendamento Operacional (17)	-	-	382	1.391	-	-	(13.089)	(16.380)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (14)	-	-	428.335	411.270	-	-		-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (18)	-	-	26.940	25.822	-	-	(41.015)	(40.522)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (18)	-	-	499.323	338.673	-	-		-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

(1) Refere-se à receita financeira da antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais;
(2) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
(3) Refere-se à prestação de serviços celebrado entre a Cemig Telecomunicações (incorporada pela Cemig em 31/03/2018) e a Cemig D e Cemig Geração e Transmissão, instituído pelo Despacho 2.735/2016;
(4) Refere-se ao valor que deverá ser devolvido pela controladora Cemig em decorrência de ajuste no laudo de avaliação a valores contábeis da reestruturação societária de subsidiárias integrais de geração e comercialização (mais detalhes sobre esta operação na nota explicativa nº 14;
(5) Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controladora Cemig no montante de R$400.000. Sua liquidação ocorrerá em parcela única em dezembro de 2019, acrescido de juros correspondentes a 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig H uma Nota Promissória no valor global de R$442.258, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período 15 meses de vigência do contrato;
(6) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
(7) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feitos em 2017 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia pela Cemig GT. O pagamento da última parcela foi realizado em janeiro de 2019;
(8) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção;
(9) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivadora vincendos nos meses de janeiro a outubro de 2019, que deverá ser quitado até 09 de julho de 2019 e atualizados à taxa de 155% do CDI. As antecipações de pagamentos possuem garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos;
(10) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante total de R$445 milhões, a ser liquidado em parcelas mensais, com o vencimento final em dezembro de 2021 e atualização financeira calculada pela variação de 150% a 155% do CDI. O contas a receber possui garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos;
(11) Em 20 de fevereiro de 2019, a Companhia assinou o 8º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia eólica celebrado junto à Renova, prorrogando o vencimento da parcela única de 10 de janeiro de 2019 para até 09 de julho de 2019. A atualização financeira é calculada com base na variação de 155% do CDI. Em 31 de dezembro de 2018, o valor a ser ressarcido pela Renova como indenização pela suspensão do fornecimento de energia do período de julho a setembro de 2018 é de R$51.734. O valor a ser ressarcido pela Renova possui garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos;
(12) Em 20 de fevereiro de 2019, a Companhia assinou o contrato de ressarcimento decorrente de Termo de Cessão de compra e venda de energia do período de 01 a 31 de dezembro de 2018. O valor de R$10.196 deverá ser quitado até 09 de julho de 2019 com atualização financeira calculada na variação de 155% do CDI. O valor a ser ressarcido pela Renova possui garantias, compartilhadas entre Cemig e Light, relacionadas à participação acionária e dividendos de investidas da Renova e também a projetos eólicos a serem desenvolvidos;

(13) Refere-se à receita financeira do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a Cemig D no montante de R$630.000, liquidado em novembro e dezembro de 2018, acrescido de juros no montante de R$9.263 correspondentes a 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Cemig D uma Nota Promissória no valor global de R$639.110, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período de 104 dias de vigência do contrato. O mútuo teve anuência da Aneel;
(14) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide Nota Explicativa nº 21);
(15) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
(16) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
(17) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até outubro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e fevereiro de 2019 (contrato encontra-se em processo de renovação, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034, estando esta em negociação), reajustado anualmente pelo IPCA tendo seus preços revisados a cada 60 meses conforme preço de mercado;
(18) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 21).

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2018, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2018			2017		
				Cemig GT 0,75%	Demais controladas 8,65% (1)	Total (consolidado) 9,39%	Cemig GT 26,85%	Demais controladas 8,32% (1)	Total (consolidado) 35,17%
ETAU (2)	Debêntures	108% do CDI	01/12/2019	75	870	945	2.706	838	3.544
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	54	620	674	5.375	1.666	7.041
CEMIG D	Nota Promissória	151% do CDI	24/10/2019	397	4.599	4.996	-	-	-
				526	**6.089**	**6.615**	**8.081**	**2.504**	**10.585**

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig GT, que também possuem participação nos fundos de investimentos;
(2) ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia para cumprir eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são demonstrados na tabela abaixo:

	2018	2017
Remuneração	4.965	4.015
Participação nos Resultados	736	105
Benefícios Assistenciais	526	342
	6.227	**4.462**

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Nível	2018		2017	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Títulos e Valores Mobiliários	2	28.312	28.312	21.291	21.291
Consumidores, Revendedores e Concessionários Transporte de Energia	2	956.059	956.059	939.640	939.640
Fundos Vinculados	2	90.710	90.710	18.344	18.344
Adiantamentos a Fornecedores	2	94.070	94.070	103.998	103.998
Valores a receber de partes relacionadas	2	921.288	921.288	351.709	351.709
Depósitos Vinculados a Litígios	2	374.374	374.374	309.994	309.994
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	3	2.408.930	2.408.930	2.337.135	2.337.135
Indenizações a Receber – Transmissão	3	1.296.314	1.296.314	1.928.038	1.928.038
		6.170.057	**6.170.057**	**6.010.149**	**6.010.149**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	2	297.561	297.561	398.639	398.639
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	-	-	1.214	1.214
Letras Financeiras – Bancos	2	96.876	96.876	142.881	142.881
Letras Financeiras do Tesouro	1	56.572	56.572	364.561	364.561
Debêntures	2	1.586	1.586	5.675	5.675
		452.595	**452.595**	**912.970**	**912.970**
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	813.335	813.335	8.649	8.649
Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa **(2)**	3	-	-	547.800	547.800
Indenizações a Receber – Geração	3	816.202	816.202	1.900.757	1.900.757
		2.082.132	**2.082.132**	**3.370.176**	**3.370.176**
		8.252.189	**8.252.189**	**9.380.325**	**9.380.325**
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(8.198.912)	(8.198.912)	(8.320.163)	(8.320.163)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(147.540)	(147.540)	(163.049)	(163.049)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ	2	(85.417)	(85.417)	(64.109)	(64.109)
Concessões a Pagar	3	(18.747)	(18.747)	(21.227)	(21.227)
Fornecedores	2	(484.726)	(484.726)	(472.043)	(472.043)
Adiantamento de Clientes	2	(40.267)	(40.267)	(190.758)	(190.758)
		(8.975.609)	**(8.975.609)**	**(9.231.349)**	**(9.231.349)**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	-	-	(41.111)	(41.111)
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	3	(419.148)	(419.148)	(311.593)	(311.593)
		(419.148)	(419.148)	**(352.704)**	**(352.704)**
		(9.394.757)	**(9.394.757)**	**(9.584.053)**	**(9.584.053)**

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.
(2) Os ativos vinculados à infraestrutura de transmissão passaram a ser reconhecidos a partir de 2018 como ativos de contrato, conforme requerido pela IFRS 15. Mais detalhes na nota explicativa nº 13 – Ativos de contrato.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classificam os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do

mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig GT.

Indenizações a Receber – Transmissão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig.

Indenizações a Receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia referem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de *swap*: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec ("PUT SAAG") foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM).

A movimentação das opções de venda e outras informações sobre os instrumentos derivativos estão demonstradas no item "b) Instrumentos Financeiros – Derivativos", desta nota explicativa.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 140,53% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 2,56% a 2,85%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Instrumentos Financeiros – Derivativos

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto "Estrutura de Investimento"), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento ("Opções de Venda"), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7%

ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Companhia utiliza o modelo Black-Scholes-Merton ("BSM") para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG. Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de dezembro de 2018 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP's. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R$419.148 (R$311.593 em 31 de dezembro de 2017), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**196.173**
Variação do valor Justo	120.754
Reversões	(5.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**311.593**
Variação do valor justo	**107.555**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**419.148**

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 4,86% a 8,86% ao ano e volatilidade entre 23% e 83% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R$395.569 e R$448.684, respectivamente.

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados, conforme demonstrado na nota explicativa nº 23.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 31 de dezembro de 2018, no montante de R$892.643 (ajuste negativo de R$32.462 em 31 de dezembro de 2017), registrado no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora dos instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 2018	Valor justo 2018	Valor Conforme contrato 2017	Valor justo 2017
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US$1.000.000	679.530	626.888	50.792	(32.462)
US$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US$500.000	32.781	186.447	-	-
					712.311	**813.335**	**50.792**	**(32.462)**

(1) Para a emissão original de US$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com isso em R$3,25/US$ e teti em R$5,00/US$ e swap da totalidade dos juros, com troca de cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018 foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R$3,85/US$ e teto em R$5,00/US$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25%a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.

(2) Em milhares de US$

A Companhia utiliza metodologia de marcação à mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes.

O valor justo apurado em dezembro de 2018 foi de R$813.335, que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação do derivativo em 31 de dezembro de 2018, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e possuem *accrual* de R$712.311, em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (swap e *call spread*), ao fim do período contábil, em R$1,2 bilhão referente à opção (*call spread*), parcialmente compensado por R$43 milhões referentes ao swap, totalizando R$1,15 bilhão.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução em 25% e 50% do valor justo estimado para o cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 2018	Cenário provável	Cenário Possível Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 25%	Cenário Remoto Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 50%
Swap ponta ativa	5.981.249	5.933.662	4.874.919	3.921.229
Swap ponta passiva	(6.095.357)	(5.977.168)	(6.130.070)	(6.268.786)
Opção/Call Spread	927.444	1.196.040	588.372	192.526
Instrumento derivativo de hedge	**813.336**	**1.152.534**	**(666.779)**	**(2.155.031)**

Foram aplicados ao cálculo do valor justo estimado os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2018, em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 6)	297.561	398.639	223.247	364.092
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	183.346	535.622	14.631	408.925
Contas a Receber – Renova (nota 27)	507.038	350.200	507.038	350.200
Mútuo com partes relacionadas (nota 27)	408.114	-	408.114	-
Adiantamentos a Fornecedores	94.070	103.998	89.321	71.975
Geração – indenização a receber – SELIC (nota 12)	-	1.084.346	-	1.084.346
Fundos Vinculados	90.710	18.344	90.656	18.326
	1.580.839	**2.491.149**	**1.333.007**	**2.297.864**
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 19)	(1.022.646)	(3.745.699)	(1.022.646)	(3.748.634)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 19)	(163.367)	(2.359)	-	(2.359)
Adiantamento de Clientes CDI (nota 8)	(40.267)	(147.066)	(40.267)	(147.066)
	(1.226.280)	**(3.895.124)**	**(1.062.913)**	**(3.898.059)**
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	**354.559**	**(1.403.975)**	**270.094**	**(1.600.195)**

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2019, a taxa SELIC será de 6,5%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco – Alta nas Taxa de juros nacionais Consolidado	31/12/2018	31/12/2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 6,50%	Cenário Possível -25% SELIC 4,88%	Cenário Remoto -50% SELIC 3,25%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 6)	297.561	316.902	312.082	307.232
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	183.346	195.263	192.293	189.305
Contas a Receber – Renova (nota 27)	507.038	539.995	531.781	523.517
Mútuo com partes relacionadas (nota 27)	408.114	434.641	428.030	421.378
Adiantamento a Fornecedores	94.070	100.185	98.661	97.127
Fundos Vinculados	90.710	96.606	95.137	93.658
	1.580.839	1.683.592	1.657.984	1.632.217
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 19)	(1.022.646)	(1.089.118)	(1.072.551)	(1.055.882)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 19)	(163.367)	(173.986)	(171.339)	(168.676)
Adiantamento de Clientes (nota 8)	(40.267)	(42.884)	(42.232)	(41.576)
	(1.226.280)	**(1.305.988)**	**(1.286.122)**	**(1.266.134)**
Ativo Líquido	**354.559**	**377.604**	**371.862**	**366.083**
Efeito Líq. da Variação das Taxas de Juros		**23.045**	**17.303**	**11.524**

Risco de Inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 12)	2.408.930	2.337.135	-	-
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 12)	1.296.314	1.928.038	1.296.314	1.928.038
Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa – IPCA (1)	-	496.121		496.121
	3.705.244	**4.761.294**	**1.296.314**	**2.424.159**
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(1.239.199)	(1.343.545)	(1.239.199)	(1.343.545)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 20)	(147.540)	(163.049)	(147.540)	(163.049)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ (nota 20)	(85.417)	(64.109)	(85.417)	(64.109)
	(1.472.156)	**(1.570.703)**	**(1.472.156)**	**(1.570.703)**
Ativo Líquido	**2.233.088**	**3.190.591**	**(175.842)**	**853.456**

(1) Os ativos vinculados à infraestrutura de transmissão passaram a ser reconhecidos a partir de 2018 como ativos de contrato, conforme requerido pela IFRS 15. Mais detalhes na nota explicativa nº 13 – Ativos de contrato.

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2019, a taxa IPCA será de 4,0881%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação Consolidado	31/12/ 2018	31/12/2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,0881%	Cenário Possível -25% IPCA 3,07%	Cenário Remoto -50% IPCA 2,04%
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 12)	2.408.930	2.507.409	2.482.790	2.458.171
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 12)	1.296.314	1.349.309	1.336.060	1.322.812
	3.705.244	**3.856.718**	**3.818.850**	**3.780.983**
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 19)	(1.239.199)	(1.289.859)	(1.277.194)	(1.264.529)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 21)	(147.540)	(153.572)	(152.064)	(150.556)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ (nota 21)	(85.417)	(88.909)	(88.036)	(87.163)
	(1.472.156)	**(1.532.340)**	**(1.517.294)**	**(1.502.248)**
Ativo Líquido	**2.233.088**	**2.324.378**	**2.301.556**	**2.278.735**
Efeito Líquido da Variação da inflação		**91.290**	**68.468**	**45.647**

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	2018		2017	
	Moeda Estrangeira	R$	Moeda Estrangeira	R$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	1.511.336	5.856.124	1.007.785	3.333.149
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	52	229	1.105	4.383
Passivo Líquido Exposto	**1.511.388**	**5.856.353**	**1.008.890**	**3.337.532**

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2019, será uma redução de 2,19% para o dólar (R$3,8000) e uma redução de 1,12% para o Euro (R$4,3700). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	31/12/2018	31/12/2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 3,8 Euro 4,37	Cenário +25% Dólar 4,75 Euro 5,46	Cenário +50% Dólar 5,70 Euro 6,56
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	5.856.124	5.743.966	7.179.957	8.615.948
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	229	226	283	340
Passivo Líquido Exposto	**5.856.353**	**5.744.192**	**7.180.240**	**8.616.288**
Efeito Líquido da Variação Cambial		**(112.161)**	**1.323.887**	**2.759.935**

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano para a variação do CDI, conforme descrito em maiores detalhes no tópico " Operações de Swap" desta nota explicativa.

Risco de Liquidez

A Cemig GT apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequencia uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dividas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	70.862	292.669	946.032	4.535.612	6.811.794	12.656.969
Concessões a pagar	207	419	1.832	8.289	13.780	24.527
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.623	5.263	24.045	141.746	19.617	193.294
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	800	1.612	7.373	43.442	108.043	161.270
	74.492	**299.963**	**979.282**	**4.729.089**	**6.953.234**	**13.036.060**
Pré-fixadas						
Fornecedores	479.480	5.246	-	-	-	484.726
	553.972	**305.209**	**979.282**	**4.729.089**	**6.953.234**	**13.520.786**

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2018, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R$24.486.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada periodicamente.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de agências de riscos;
2. Patrimônio líquido mínimo igual ou superior a R$400 milhões;
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em quatro grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) (1)
RF	Instituições cujo risco de crédito é do Governo Federal	-	Entre 6% e 9%
A1	Superior a R$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R$1,0 bilhão e R$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
A3	Entre R$400 milhões e R$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos RF e A1 deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva ("*covenant*") referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, e cláusulas de "*cross default*".

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

d) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Total do Passivo	11.971.944	11.916.796	11.591.625	11.784.433
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	(301.696)	(403.339)	(226.830)	(366.169)
Passivo Líquido	**11.670.248**	**11.513.457**	**11.364.795**	**11.418.264**
Total do Patrimônio Líquido	**4.980.136**	**4.793.832**	**4.980.136**	**4.793.832**
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	**2,34**	**2,40**	**2,28**	**2,38**

29. SEGUROS

A Companhia mantem apólices de seguros visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação a seguir, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2018 a 29/04/2019 29/04/2018 a 29/04/2019	US$4.385 US$14.000	US$49
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2018 a 02/11/2019	R$21.775	R$22
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2019 a 08/01/2020	R$271.446	R$59
Equipamentos de telecomunicações (3)	Incêndios	08/01/2018 a 08/01/2019	R$11.514	R$5
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R$1.000 mil.	(2)	07/12/2018 a 07/12/2019	R$ 992.147	R$ 1.332

(1) Valores expressos em milhares de reais.
(2) O limite de indenização (LMI) é de R$230.662 mil.
(3) A nova contratação do seguro está em processo administrativo.

A Cemig GT, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados.

30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem compra de energia e arrendamentos operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em Diante	Total
Compra de Energia	3.963.302	3.041.180	3.056.640	3.813.670	3.394.364	37.159.377	54.428.533
Arrendamentos Operacionais (1)	16.654	15.138	4.582	-	-	-	36.374
	3.979.956	**3.056.318**	**3.061.222**	**3.813.670**	**3.394.364**	**37.159.377**	**54.464.907**

1) Refere-se ao total dos pagamentos mínimos futuros não canceláveis de aluguel de frota de veículos para atividades fins, com reajuste anual pelo IGP-M, sem termos de renovação, bem como aluguel de imóveis das sedes administrativas para atividades fins (mais detalhes na nota explicativa nº 27).

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Prorrogação e celebração de novos TARDs com partes relacionadas

Em 20 de fevereiro de 2019 a Cemig GT e a Renova assinaram o 1º aditivo ao TARD 01/2018 e o 8º aditivo ao TARD 047/2016, prorrogando os pagamentos a serem realizados pela Renova para até 09 de julho de 2019, atualizados a 155% do CDI desde a data do vencimento original até a data da efetiva quitação.

Na mesma data foram assinados novos TARDs, para reconhecimento de dívidas contraídas pela Renova no montante total de R$139.483, cuja liquidação está prevista para até 09 de julho de 2019 atualizada a 155% do CDI.

Negociações Alto Sertão III - Renova

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração deliberou o aceite de nova proposta vinculante, apresentada pela AES TIETÊ ENERGIA S.A., para a aquisição das ações representativas da totalidade do capital social das sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Eólico Alto Sertão III pertencentes à Renova. A operação ainda está sujeita à negociação satisfatória dos documentos definitivos entre as partes envolvidas, que deverão contemplar, dentre outras disposições, o cumprimento de condições precedentes e a obtenção das aprovações necessárias para a sua conclusão.

Celebração de Contrato para Aquisição de Participação na Renova e Realização de OPA

Em 21 de março de 2019, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações referente à aquisição, pela Cemig GT e Light Energia S.A. (“Light Energia”), de até 7.282.036 ações de emissão da Renova de titularidade da CG I Fundo de Investimento em Participações (“CG I”) e de certas pessoas a ele relacionadas. Dentre as ações a serem adquiridas de CG I incluem-se as ações hoje vinculadas ao Acordo de Acionistas da Renova, celebrado em 19 de dezembro de 2014.

As ações da CG I serão adquiridas na proporção de 67,85% pela Cemig GT e 32,15% pela Light Energia e, como contrapartida, a CG I receberá títulos de valor mobiliário subscritos pela Light Energia e pela Cemig GT observada a proporção acima, que correspondam ao valor nominal de R$14,68 por ação de emissão da Renova, ordinária ou preferencial que estará sujeita a a ajustes decorrentes, entre outros: (i) dos custos incorridos para regularização fundiária da Renova; e (ii) da materialização de certas contingências até a data de fechamento da transação.

O Contrato também prevê que certas ações ordinárias de titularidade da CG I serão convertidas em ações preferenciais para que a Cemig GT possa formar units da Renova nos termos previstos no artigo 54 do Estatuto Social da Renova. Em razão disso, após o fechamento, a Cemig GT será titular de 50% ou menos das ações ordinárias de emissão da Renova. Nos termos do Contrato, Cemig GT e Light Energia deverão notificar o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR para que este se manifeste sobre o exercício (ou não) de

seu direito de venda conjunta (tag along), conforme previsto no acordo de acionistas celebrado em 06 de novembro de 2012.

O fechamento da aquisição de ações está sujeito ao cumprimento das condições usuais deste tipo de transação e ao fechamento dos atos da reestruturação financeira da Renova.

Além disso, o Conselho de Administração da Cemig GT aprovou, condicionado ao Fechamento da Aquisição das Ações, a realização por Cemig GT e por Light Energia de oferta pública de aquisição das ações em circulação de emissão da Renova, em data a ser oportunamente anunciada, em que será oferecido aos acionistas da Renova tratamento igualitário àquele conferido à CG I.

Renegociação de dívidas - Renova

O Conselho de Administração da Cemig GT deliberou, em 21 de março de 2019 sobre as seguintes operações para equacionamento de suas dívidas:

1) Reperfilamento das dívidas com partes relacionadas, sendo R$768 milhões detidos pela Cemig GT e de R$253 milhões detidos pela Light Comercializadora de Energia S.A. (“LightCom”), datas base março de 2019. E das dívidas com CitiBank e BTG Pactual, nos montantes de aproximadamente R$176 milhões e R$179 milhões, respectivamente.

As dívidas reperfiladas terão prazo de 6 anos, sendo uma ano de carência e juros de 155% do CDI com garantia real.

As operações acima ainda estão sujeitas à negociação satisfatória dos documentos definitivos entre as partes envolvidas.

****

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Cledorvino Belini
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Comercial

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Geração e Transmissão, interina e cumulativamente

Daniel Faria Costa
Diretor de Gestão de Participações

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretoria sem denominação específica, interina e cumulativamente

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Gestão Empresarial, interina e cumulativamente

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses outros acionistas. Os órgãos de Governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidas pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras, a controlada em conjunto Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2018, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 14, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada em conjunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas 12 e 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuem registrados ativo financeiro e ativo de contrato da concessão nos montantes de R$4.521.446 mil e R$1.129.310 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

No caso da transmissão, a infraestrutura da concessão será recuperada através dos valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida ("RAP") durante o prazo da concessão e através da indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

No caso da geração, o ativo financeiro da concessão está representados pelas bonificações pela outorga das usinas de geração de energia hidrelétricas loteadas em 2016 e pela parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não foi completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão de transmissão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da RAP, nos termos e prazos do Contrato de Concessão. Adicionalmente, a avaliação da infraestrutura da concessão leva em consideração a remuneração pela taxa interna de retorno do projeto e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2018, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão de transmissão no montante de R$95.712 mil.

Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão de geração também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não foi completamente amortizado ao final do prazo de concessão, e consequentemente será indenizada pelo poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia e suas controladas sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia e suas controladas para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Como parte de nossos procedimentos recalculamos também o valor da infraestrutura da concessão registrado pela Companhia e suas controladas e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidas pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia e suas controladas sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12 e 13, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável de determinados investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Conforme divulgado na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial no montante de R$4.205.308 mil e determina anualmente, ou sempre que aplicável, a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total da Companhia nas investidas. Em 2018, como resultado dessa análise, a Companhia entendeu existir indicativos de desvalorização dos investimentos diretos e indiretos que possuiu na Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Guanhães Energia S.A. e Renova Energia S.A. e, consequentemente, procedeu com a análise e identificação do seu valor recuperável, reconhecendo eventuais perdas, quando aplicável.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas controladas, o grau de subjetividade das estimativas de valor justo utilizadas pela Administração e a existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a análise de informações internas e externas que pudessem indicar desvalorização significativa dos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, tais como histórico de recebimento de dividendos e variação do valor de suas ações cotadas em bolsa (quando aplicável); (ii) análise do processo, controles e premissas utilizadas pela Administração para identificação de indicativos de *impairment* e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável; (iii) envolvimento dos nossos especialistas de *valuation* para nos auxiliar na análise das premissas e cálculo para determinação do valor recuperável dos seus ativos, quando aplicável; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, que está consistente com a avaliação da

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos investimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em

Building a better working world

Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2018 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 28-03-2019. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2018, como também com base no Parecer, sem ressalva, da Ernest & Youg Auditores Auditores Independentes-EY, emitido em 29-03-2019, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019.

Belo Horizonte, 29 de março de 2019.

aa.) José Afonso Bicalho Beltrão da Silva
Camila Nunes da Cunha Pereira Paulino
Cláudio Morais Machado
Marco Antônio de Rezende Teixeira
Rodrigo de Mesquita Pereira

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

Geração e Transmissão S.A.

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 865ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 26-03-2019, aprovamos a conclusão, em 26-03-2019, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2018; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2018 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declararamos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 26 de março de 2019.

aa.) Cledorvino Belini - Diretor-Presidente
Daniel Faria Costa - Diretor de Gestão de Participações
Dimas Costa - Diretor Comercial
Maurício Fernandes Leonardo Júnior - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Ronaldo Gomes de Abreu - Diretor sem denominação específica; e, interina e cumulativamente, como Diretor de Gestão Empresarial e Diretor de Geração e Transmissão

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Geração e Transmissão S.A.

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 865ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 26-03-2019, aprovamos a conclusão, em 26-03-2019, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2018; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2018 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 26 de março de 2019.

aa.) Cledorvino Belini - Diretor-Presidente
Daniel Faria Costa - Diretor de Gestão de Participações
Dimas Costa - Diretor Comercial
Maurício Fernandes Leonardo Júnior - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Ronaldo Gomes de Abreu - Diretor sem denominação específica; e, interina e cumulativamente, como Diretor de Gestão Empresarial e Diretor de Geração e Transmissão

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do "background check" de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por José Pais Rangel, Conselheiro de Administração e Coordenador do Comitê, e pelos membros Gilberto José Cardoso e Pedro Carlos de Mello. Foi eleito pelo Conselho de Administração, em Reunião Extraordinária realizada no dia 11-06-2018, em decorrência da reforma estatutária.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2018

No segundo semestre de 2018, o Comitê reuniu-se em 18 (dezoito) ocasiões e mais 12 (doze) vezes no início do primeiro semestre de 2019, além de 3 (três) participações nas reuniões do Conselho de Administração. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal no segundo semestre de 2018 e uma já no primeiro semestre de 2019. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 6 (seis) reuniões com a participação dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 30-06-2018 e de 31-12-2018. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos a contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e também pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contato regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos-GC foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da

administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna-AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2018 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2018, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2018.

Belo Horizonte, 28 de março de 2019.

COMITÊ DE AUDITORIA

JOSÉ PAIS RANGEL - Coordenador

PEDRO CARLOS DE MELLO - Membro

GILBERTO JOSÉ CARDOSO - Membro